



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**MOACI VILARINO DA CUNHA JÚNIOR**

**LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS:  
ASPECTOS CONTRIBUTIVOS DAS INSTITUIÇÕES-MEMÓRIA NA SUA  
PRESERVAÇÃO E NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DA CIDADE  
DE IGARASSU – PE**

**RECIFE  
2017**

**MOACI VILARINO DA CUNHA JÚNIOR**

**LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS:  
ASPECTOS CONTRIBUTIVOS DAS INSTITUIÇÕES-MEMÓRIA NA SUA  
PRESERVAÇÃO E NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DA CIDADE  
DE IGARASSU – PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

**Área de Concentração:** Memória da Ciência e Tecnologia.

**Linha de Pesquisa:** Informação e Memória.

**Orientadora:** Profa. Dra. Maria Cristina Guimarães Oliveira

**RECIFE  
2017**

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

C972I Cunha Júnior, Moaci Vilarino da  
Lembranças e esquecimentos: aspectos contributivos das instituições-  
memória na sua preservação e na construção da identidade cultural da  
cidade de Igarassu-PE / Moaci Vilarino da Cunha Júnior. – Recife, 2017.  
136 f.: il., fig.

Orientadora: Maria Cristina Guimarães Oliveira.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro  
de Artes e Comunicação. Ciência da Informação, 2017.

Inclui referências.

1. Ciência da informação. 2. Instituições-Memória. 3. Identidade  
cultural. 4. Igarassu-PE. I. Oliveira, Maria Cristina Guimarães  
(Orientadora). II. Título.

020 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2017-170)



Serviço Público Federal  
Universidade Federal de Pernambuco  
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - PPGCI

MOACI VILARINO DA CUNHA JÚNIOR

*Lembranças e esquecimentos: aspectos contributivos das instituições-memória na sua preservação e na construção da identidade cultural da cidade de Igarassu - PE*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em: 21/02/2017

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup> D<sup>ra</sup> Maria Cristina Guimarães Oliveira (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>ª</sup> D<sup>ra</sup> Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto (Examinador Externo)  
Universidade Federal da Paraíba



Dedico esta pesquisa ao meu amado filho Moaci Neto, que mesmo tão pequeno entendeu minhas ausências nas brincadeiras de super herói.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por todas as bênçãos que me concedeu, proporcionando-me a concretização deste grande sonho, que se tornou realidade.

À Karla Cunha, minha esposa e amiga, testemunha das noites em claro, dos meus sucessos e insucessos. Meu muito obrigado por cada palavra motivadora quando a vontade era desistir.

À minha família: pais, irmãos e sobrinha, que torceram muito por mim, para que eu conseguisse realizar os meus sonhos, em especial a Rosa Cunha, minha mãe, que nunca mediu esforços para minha formação acadêmica e profissional, me ensinando que o maior bem que um pai pode deixar para o filho é a educação.

À Profa. Dra. Maria Cristina Guimarães Oliveira, minha orientadora, por ter transmitido sua experiência acadêmica e profissional com tanta dedicação, compromisso, paciência e competência tornando possível a realização deste trabalho, minha eterna gratidão e respeito.

Aos professores do PPGCI que compartilharam sua sabedoria e conhecimento, contribuindo para a minha formação acadêmica, em especial ao Prof. Fábio Pinho, pelo “atestado” no segundo encontro da disciplina de Fundamentos, cresci como pessoa quando entendi o ensinamento escondido nesta cena de “stand up”, minha eterna admiração.

Aos distintos membros da banca examinadora, meus agradecimentos pelo tempo e atenção dispensados a este trabalho, sinalizando os caminhos para prosseguir na busca do conhecimento e enriquecimento da pesquisa

Aos amigos que entraram na minha vida durante o mestrado, compartilhando angústias, alegrias, conhecimento e trazendo palavras de apoio nas horas difíceis: os colegas da turma 2015 do Mestrado, porque seria impossível esquecer o quanto foram importantes nessa etapa da minha vida. Com vocês aprendi a perceber que a vida oferece todo dia uma oportunidade para sermos felizes. Sem vocês o caminhar pela estrada acadêmica teria sido muito mais difícil, em especial a Wagner Medeiros e Daiane Carvalho, pela amizade e participação na minha pesquisa, a Flávio Amaral, meu doutor, por tantas “consultas” via rede social, a Lígia Santos e Adelma Ferreira, nossos encontros e conversas diárias serão eternamente guardadas em meu coração.

Aos funcionários do PPGCI, em especial à secretária Suzana Mesquita, pela dedicação em suas atividades, ajudando e motivando, não apenas a mim, mas a todos os alunos da pós-graduação.

Aos gestores e colaboradores de cada instituição pesquisada, que abriram as portas dos seus espaços para que essa pesquisa pudesse ser realizada, em especial: ao Sr. Jorge Barreto, gestor do museu, referência na história de Igarassu; a bibliotecária Izabela Nóbrega, gestora do arquivo da Câmara de Vereadores, incansável na guerra pela preservação; Padre Josivan, enviado de Deus para organizar e disseminar as informações da Pinacoteca do Convento de Santo Antônio; Lex Ane Cavalcanti, colaboradora da Casa do Patrimônio, pelo empenho de fornecer todas informações necessárias, e por fim, a Lucicleide Pereira, gestora da Biblioteca Pública, pelo acolhimento, carinho e dedicação.

À Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Igarassu – FACIG, na pessoa do seu patrono Sr. Jurandir Bezerra Lins (*In Memoriam*) e a Profa. Lúcia Ferreira, por confiarem no meu trabalho, me proporcionando meios para continuar minha trajetória acadêmica.

Aos colegas da Biblioteca Pública de Igarassu e da Biblioteca da Faculdade de Igarassu pela parceria, de modo especial à amiga incondicional Elany Lucena, com seu cuscuz que alimentava meu corpo e minha alma, e Maria Alice, pelas palavras de incentivo e o socorro nas incontáveis cópias e impressões desde a preparação para a seleção.

Um agradecimento especial a Ilza da Silva Fragoso, mestre em Ciência da Informação – PPGCI/UFPB, sempre solícita, sua pesquisa foi pedra fundamental para o alicerce desta dissertação.

E por fim, aos meus queridos alunos que me motivam todos os dias a nunca desistir, bem como cada amigo que me incentivou a começar essa caminhada. Meu muito obrigado!

*“Olhando teus campos, teus canaviais  
menino ainda hoje, eu sinto que sou  
Teu povo tão bravo  
Teus feitos heróicos  
Serão para sempre lembrados por nós  
Toda vida, Igarassu!”*

(CAPIBA)

## RESUMO

Os estudos da Ciência da Informação relacionados à memória, principalmente em torno da preservação têm ocasionado diálogos sobre os mecanismos sociais, produtores da memória coletiva, bem como a problemática dos lugares de memória. Os estudos realizados por Halbwachs (1990), Nora (1993) e Le Goff (2003) demonstram que é papel social dos museus, bibliotecas e outras instituições memória, preservar e manter a memória da humanidade. Em Igarassu-PE, mesmo contando com cinco instituições responsáveis pela preservação memorial da cidade, o Arquivo José de Souza Leite Neto, a Biblioteca Pública Municipal Hercília Bezerra Bandeira de Melo, Casa do Patrimônio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Museu Histórico de Igarassu e o Museu Pinacoteca do Convento de Santo Antônio, grande parte da sua população não conhece seu passado, suas lembranças parecem perdidas no esquecimento, sendo evidenciadas apenas nas datas festivas, como o aniversário da cidade. Por isso, a partir de um estudo descritivo-qualitativo, oriundo da análise de conteúdo de relatórios e documentos de cada instituição acima citada, este trabalho analisou a contribuição destes espaços na preservação da memória, bem como na construção da identidade cultural no município de Igarassu – PE, chegando as seguintes considerações: as instituições-memória preservam a memória da cidade, no entanto pouco contribuem para a construção da identidade cultural do Igarassuense, tendo em vista as práticas custodialistas presentes em alguns espaços, a falta de estrutura, a ausência de mão de obra qualificada, a escassez de recursos financeiros, além da inexistência de políticas públicas municipais que vislumbrem esses lugares de memória. Vale ressaltar que a presente investigação não pretendeu esgotar o debate sobre a questão, acreditando na possibilidade de estudos sobre a criação de uma Rede Memorial entre as instituições-memória de Igarassu, como alternativa eficiente de disseminação da informação, contribuindo de forma eficaz para a construção da identidade cultural do seu povo.

**Palavras-chave:** Ciência da Informação. Instituições-Memória. Identidade Cultural. Igarassu – PE.

## ABSTRACT

Information Science studies related to memory, especially around preservation, have led to dialogues about the social mechanisms, producers of collective memory, as well as the problematic of places of memory. Studies by Halbwachs (1990), Nora (1993) and Le Goff (2003) demonstrate that it is the social role of museums, libraries and other institutions memory, preserve and maintain the memory of humanity. In Igarassu-PE, even with five institutions responsible for the memorial preservation of the city, the José de Souza Leite Neto Archive, the Municipal Public Library Hercília Bezerra Bandeira de Melo, Heritage House of the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN) The Historical Museum of Igarassu and the art gallery of the Convent of Santo Antônio, a great part of its population does not know its past, its memories seem lost in the forgetfulness, being evidenced only in the festive dates, like the anniversary of the city. Therefore, based on a descriptive-qualitative study, from the content analysis of reports and documents of each institution mentioned above, this study analyzed the contribution of these spaces in the preservation of memory, as well as in the construction of cultural identity in the municipality of Igarassu - PE, arriving at the following considerations: memory institutions preserve the memory of the city, but little contribute to the construction of the cultural identity of Igarassuense, in view of the custodial practices present in some spaces, the lack of structure, the absence of skilled labor, shortage of financial resources, and the absence of municipal public policies that glimpse these places of memory. It is worth mentioning that the present investigation did not intend to exhaust the debate on the subject, believing in the possibility of studies on the creation of a Memorial Network between the Igarassu memory institutions, as an efficient alternative of information dissemination, contributing in an effective way to the construction of the cultural identity of its people.

**Keywords:** Information Science. Institutions-Memory. Cultural identity. Igarassu - PE.

## LISTA DE SIGLAS

<b>APTB</b>	Associação Pernambucana de Teatro de Bonecos
<b>BRAPCI</b>	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
<b>CDU</b>	Classificação Decimal Universal
<b>Ceduc</b>	Coordenação de Educação Patrimonial
<b>CI</b>	Ciência da Informação
<b>DAF</b>	Diretoria de Articulação e Fomento
<b>DPH</b>	Departamento de Pesquisa Histórica
<b>ENANCIB</b>	Encontro Nacional de Ciência da Informação
<b>FGV</b>	Fundação Getúlio Vargas
<b>FUNDARPE</b>	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
<b>IAHGP</b>	Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano
<b>ICEI</b>	Instituto de Cooperação Econômica Internacional
<b>IFLA</b>	Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas
<b>IFPE</b>	Instituto Federal de Pernambuco
<b>IHGig</b>	Instituto Histórico e Geográfico de Igarassu
<b>ILB</b>	Instituto Legislativo Brasileiro
<b>IIB</b>	Instituto Internacional de Bibliografia
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>LAI</b>	Lei de Acesso à Informação
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
<b>MinC</b>	Ministério da Cultura
<b>PCNs</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais
<b>SAPL</b>	Sistema de Apoio ao Processo Legislativo
<b>SBPE</b>	Sistema de Bibliotecas Públicas de Pernambuco
<b>SIGA</b>	Sociedade Igarassuense de Cultura, História e Gestão Social
<b>SPHAN</b>	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>UFPE</b>	Universidade Federal de Pernambuco
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1	Mapa do Estado do Brasil em 1631	81
Figura 2	Paisagem de Igarassu	82
Figura 3	Massacre na costa pernambucana	95
Figura 4	Construção da Igreja dos Cosme e Damião	96
Figura 5	Saque em Igarassu	96
Figura 6	Crônica da morte	97
Figura 7	Mapa das instituições-memória de Igarassu	118

### QUADROS

Quadro 1	Relação das categorias estudadas e respectivas subcategorias	24
Quadro 2	Análise da Categoria A no Arquivo José de Souza Leite Neto	100
Quadro 3	Análise da Categoria A na Biblioteca Pública Hercília Bezerra Bandeira de Melo	102
Quadro 4	Análise da Categoria A na Casa do Patrimônio de Igarassu – Iphan	105
Quadro 5	Análise da Categoria A no Museu Histórico de Igarassu	108
Quadro 6	Análise da Categoria A no Museu Pinacoteca do Convento de Santo Antônio	110
Quadro 7	Análise da Categoria B no Arquivo José de Souza Leite Neto	111
Quadro 8	Análise da Categoria B na Biblioteca Pública Hercília Bezerra Bandeira de Melo	113
Quadro 9	Análise da Categoria B na Casa do Patrimônio de Igarassu – Iphan	114
Quadro 10	Análise da Categoria B no Museu Histórico de Igarassu	115
Quadro 11	Análise da Categoria B no Museu Pinacoteca do Convento de Santo Antônio	117

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	14
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA</b>	21
2.1	PERCURSOS METODOLÓGICOS	22
<b>3</b>	<b>MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE A MEMÓRIA</b>	26
3.1	A MEMÓRIA E SUAS RELAÇÕES	36
3.1.1	Cultura e memória	37
3.1.2	Identidade e memória	40
3.1.3	Patrimônio e memória	43
3.2	A MEMÓRIA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	47
<b>4</b>	<b>LUGARES DE MEMÓRIA OU DE ESQUECIMENTO?</b>	51
4.1	A MEMÓRIA NAS BIBLIOTECAS	56
4.2	A MEMÓRIA NOS ARQUIVOS	61
4.3	A MEMÓRIA NOS MUSEUS	63
<b>5</b>	<b>O PARADIGMA CUSTODIAL E PÓS-CUSTODIAL NOS LUGARES DE MEMÓRIA</b>	68
5.1	O PARADIGMA CUSTODIALISTA	70
5.2	O PARADIGMA PÓS-CUSTODIAL	73
5.3	SISTEMAS DE INFORMAÇÕES MEMORIAIS	76
<b>6</b>	<b>AS INSTITUIÇÕES MEMÓRIA DA CIDADE DE IGARASSU</b>	80
6.1	ARQUIVO JOSÉ DE SOUZA LEITE NETO	83
6.2	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL HERCÍLIA BEZERRA BANDEIRA DE MELO	85
6.3	CASA DO PATRIMÔNIO DE IGARASSU - IPHAN	88
6.4	MUSEU HISTÓRICO DE IGARASSU	92
<b>6.5</b>	<b>MUSEU PINACOTECA DO CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO</b>	94
<b>7</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS</b>	99
7.1	CATEGORIA A: A IMAGEM DAS INSTITUIÇÕES	99
7.2	CATEGORIA B: O CONTEÚDO INFORMACIONAL DAS INSTITUIÇÕES	111
7.3	RELAÇÕES ENTRE AS INSTITUIÇÕES-MEMÓRIA DE IGARASSU	118
7.4	A REDE MEMORIAL IGARASSUENSE: UM PROJETO FUTURO	119

<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>122</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>125</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da história, o homem gera novos conhecimentos a partir do processamento das informações que recebe do exterior. Estas informações, produto do próprio ser humano, estão inseridas em diferentes contextos: científico, político, artístico e cultural. Portanto, a informação tem sido um elemento significativo no desenvolvimento humano, tendo um importante papel na sociedade contemporânea. (CAPURRO; HJORLAND, 2007 e SOUZA, 2007)

Diante das inúmeras áreas que utilizam da informação como objeto de estudo, não podemos explicá-la em um único conceito. O termo ganha significados diferentes conforme a finalidade a que se destina. Sendo assim, esta pesquisa entende “informação” como sendo um fenômeno característico à atividade do homem, relacionado aos aspectos socioculturais na qual essa informação é produzida (AZEVEDO NETTO, 2015). Ela deve ser registrada em algum suporte e institucionalizada. Ou como sugere Ribeiro (2005):

**[...] um conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada.<sup>1</sup> (p.82)**

Pensando neste tipo de informação, o homem se preocupou em desenvolver formas de reuni-las, preservá-las e disponibilizá-las, seja na construção de bibliotecas na Antiguidade e na Idade Média, algumas antes mesmo do surgimento da escrita (MARTINS, 2002), seja na invenção de Gutenberg, ou mais recentemente nas informações “que pairam no espaço virtual”, a chamada informação nas nuvens. (ROBREDO, 2011).

Nesse contexto surge a Ciência da Informação (CI), que “investiga as propriedades da informação, as forças que governam o fluxo da informação e os meios de processamento da informação para um máximo de acessibilidade e uso” (SOUZA, 2007, p.77). Saracevic (1996, p.60) afirma também que “a necessidade da Ciência da Informação é tornar mais acessível um acervo crescente de conhecimento”.

---

<sup>1</sup> Grifo da autora.

A ciência da informação, no decorrer de sua trajetória como área de conhecimento, é considerada uma ciência interdisciplinar em razão das relações estabelecidas com outros campos científicos (SARACEVIC, 1996). Da mesma forma, Araújo (2011) pontua que a característica da CI de ser uma ciência interdisciplinar como uma potencialidade para fazer de um campo agregador das tradições e riquezas das áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

No entanto, outros autores, como Souza (2007) veem a interdisciplinaridade da CI como um “mito”, assegurando que tal ciência está “mais afeita à abordagem transdisciplinar, tendo em vista que, seus estudos iniciais foram elaborados por indivíduos de múltiplas profissões”, a autora ainda completa que em lugar da interdisciplinaridade, defendida por Saracevic (1996), pode se lançar “um novo olhar sobre o fato do grupo de profissionais, de formação diferente, está mais para heterogeneidade, uma das características da transdisciplinaridade”. (SOUZA, 2007, p.88).

De acordo com Rabello (2008) a CI primeiramente foi pensada como disciplina, para só então, seus pesquisadores se preocuparem em justificá-la histórica e epistemologicamente. O autor, dessa forma, afirma que durante muito tempo, esses estudiosos se detiveram mais em questões de ordem prática e teórico-disciplinares do que naquelas de ordem científicas.

Ao se assumir enquanto ciência, a CI começou a responder aos problemas informacionais da sociedade, de sua origem voltada ao uso da informação nos diferentes contextos. Saracevic (1996) aponta que os problemas informacionais existiam há um longo tempo, e sempre estiveram presentes na sociedade, no entanto sua importância real ou percebida mudou e essa mudança foi responsável pelo surgimento da CI. Ou seja, a Ciência da Informação desenvolveu-se historicamente porque os problemas informacionais modificaram completamente sua importância para a sociedade, visto que, preservar e transmitir o conhecimento para aqueles que necessitam deles é uma responsabilidade social. Assim, verifica-se que as origens da área de Ciência da Informação remetem a uma série de estudos independentes, que partindo de objetivos e pontos de vista distintos vêm consolidando esse campo científico.

Um dos estudos mais importantes surgiu por iniciativa de dois advogados belgas, Paul Otlet e Henri La Fontaine, que dentre algumas ações fundamentais para o campo, foi a criação, em 1982, do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB),

com atividades como a Repertório Bibliográfico Universal, A Criação da Classificação Decimal Universal, a normalização pelo uso de fichas catalográficas, entre outros. Otlet preocupou-se em estabelecer bases teóricas para uma nova disciplina chamada Documentação, por isso o advogado é comumente identificado como o precursor da CI, visto que muitas das suas ideias seriam retomadas décadas depois por seus teóricos. (ARAÚJO, 2011)

Deste modo, como era de se esperar, as várias vertentes que influenciaram o desenvolvimento da Ciência da Informação, acabaram por delimitar paradigmas epistemológicos distintos, embora inter-relacionados e complementares, a saber: Físico; Cognitivo e Social. (ALMEIDA, 2007)

O Paradigma Físico é apontado por alguns autores como uma das raízes da área de Ciência da Informação. Este paradigma não valoriza o usuário no processo de recuperação da informação, pois não considera suas percepções e interpretações. (CAPURRO, 2003). Apenas por volta dos anos 70 o paradigma da informação deslocou-se em direção a uma contextualização mais ampla, tendo como foco principal o usuário e seu conhecimento individual, dando origem assim ao Paradigma Cognitivo. (SARACEVIC,1996).

Esta pesquisa vai ater-se ao Paradigma Social, que enfoca a recuperação dos elementos subjetivos dos usuários para a definição do desenho dos sistemas de recuperação, considerando sua visão de mundo. A partir dessa concepção, a Ciência da Informação volta-se para um enfoque interpretativo, centrado no significado e no contexto social do usuário e do próprio sistema de recuperação da informação. Para tanto, a abordagem sócio-cognitiva é vista pelo seu principal teórico Birger Hjørland (2002; 2004) focando a interação do usuário individual e do ambiente social/organizacional.

Com o trabalho de Hjørland e com as contribuições de Capurro, Saracevic e Le Coadic, entre outros autores, o campo de estudos da informação social ganhou consistência e consolidou-se no âmbito da Ciência da Informação. O paradigma social da informação trouxe como consequência o desenvolvimento de um coletivismo metodológico histórico. Nesse cenário, a informação encontra-se atrelada às dimensões históricas, culturais, econômicas, tecnológicas, sociais e políticas. (RAMOS, 2008, p.37)

Neste contexto, Oliveira (2007) explica que a qualificação “social” não delimita um campo de estudo, ao contrário, amplia-o, visto que podemos considerar como social qualquer processo, organização ou consumo de informação, desde que ela

acontece entre grupos, segmentos, classes. “Ou seja, a geração e apropriação de informações só ocorre no âmbito da sociedade, ou melhor dizendo – das pessoas”. (OLIVEIRA, 2007, p.84)

Segundo Ramos (2008), a Informação Social privilegia os estudos sobre o trabalho informativo, os fluxos de informação e as funções sociais de instituições sociais e culturais, principalmente aqueles ligados com a preservação da memória registrada da humanidade, como bibliotecas, museus, arquivos e outros organismos que são entendidos como sistemas de informação.

É nesse sentido, os estudos envoltos nesse paradigma, relacionados à memória, principalmente em torno da preservação, têm ocasionado diálogos sobre os mecanismos sociais, produtores da memória coletiva, bem como a problemática das “instituições-memória” (LE GOFF, 2003), “lugares de memória” (NORA, 1993), “templos de memória” (COOK, 1998).

Desde sua concepção, os museus, as bibliotecas e os arquivos foram considerados Lugares da Memória da humanidade, pelo qual, a perspectiva da memória é vista como preservação. Ao preservar documentos, os lugares da memória guardam materialmente a memória de um povo, de uma cidade, de um país e, com isso, a ciência da informação desconsiderou um importante aspecto da memória: o esquecimento. (MONTEIRO; CARELLI; PICKLER, 2008, p.1)

Nem sempre tudo que está guardado, registrado, é lembrado. Esquecer é tão natural quanto lembrar. (IZQUIERDO, 2002). “O esquecimento é algo inerente e constante das diversas culturas, e ocorre por diferentes razões, seja por mediação entre grupos, por lutas ou mesmo disputa” (RIBEIRO, 2014). Logo, se não houver uma socialização, um bom uso das instituições-memória, muitas das informações que eles guardam serão esquecidas. Talvez, por isso, muitas sociedades estão perdendo sua identidade cultural, suas raízes, suas tradições.

O exterior exerce um importante papel na formação de nossa identidade, que está presente no nosso imaginário e é transmitida, fundamentalmente, por meio da cultura. A identidade é o que nos diferencia dos outros, o que nos caracteriza como pessoa ou como grupo social. Ela é definida pelo conjunto de papéis que desempenhamos e é determinada pelas condições sociais decorrentes da produção da vida material. (PATRIOTA, 2012, p.3)

Ora, se as instituições-memória estão impregnadas do passado da sociedade a qual pertencem, não teriam elas um grande peso na construção da identidade

cultural daquele povo? Em que medida, esses espaços contribuem para essa construção? Estariam as sociedades realmente perdendo sua identidade cultural? Essas são as perguntas norteadoras desta pesquisa, que tem como objeto de estudo a relação “Memória e Identidade Cultural”, e como universo, as instituições-memória do município de Igarassu – PE.

Distante 28 km da capital Recife, a cidade é considerada o berço da colonização de Pernambuco. A história do Brasil percorre as ruas do sítio histórico, composto por Igrejas e casarios centenários.

A palavra Igarassu é de origem tupi e significa: Igara = Canoa; Assu = Grande. A cidade, segundo a tradição, foi fundada em 27 de setembro de 1535, após a vitória dos portugueses sobre os índios Caetés (?) e por ordem do Capitão Afonso Gonçalves – que mandou erigir no local da vitória uma capela votiva consagrada aos Santos Cosme e Damião – hoje considerada a mais antiga do Brasil. (BARRETO NETO, 1999, p.6)

Na paisagem do conjunto arquitetônico do sítio histórico da cidade, identificamos pelo menos cinco instituições responsáveis em preservar a memória registrada do município, de seu povo, suas tradições, sua história. São elas: Arquivo José de Souza Leite Neto, a Biblioteca Pública Municipal Hercília Bezerra Bandeira de Melo, Casa do Patrimônio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Museu Histórico de Igarassu e o Museu Pinacoteca do Convento de Santo Antônio.

Cada uma, de modo particular, preserva o passado de uma cidade rica em história. No entanto, grande parte da população de Igarassu não conhece seu passado, suas lembranças parecem perdidas ao esquecimento, sendo evidenciadas apenas nas datas festivas, como o aniversário da cidade. Tradições perderam-se na poeira do tempo, e resistem apenas nas lembranças dos mais velhos, como acontecia nas memórias das sociedades orais. Diante do contexto: memória, sociedade, esquecimento, surge à questão proposta nesta pesquisa: As instituições-memória de Igarassu contribuem para a preservação da memória coletiva e a construção da Identidade Cultural dos Igarassuenses?

Já que a preservação da memória é um tema em destaque nos últimos anos, a preocupação com a conservação de registros de memória do município de Igarassu, nos diferentes contextos e suporte justifica a reflexão sobre o perigo de

esquecer ou perder tais registros que relatam fatos históricos marcantes de uma determinada sociedade. (LIMA, SANTIAGO, 2011).

No entanto, não basta apenas preservar. É preciso fazer com que o indivíduo conheça sua própria cultura, só assim ele entenderá a importância de mantê-la viva na memória como forma de resguardar o que fomos, o que somos, nossas peculiaridades, nossa identidade. Bosi (2007) afirma que a memória do homem depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo. A verdade é que um povo que não conhece suas raízes, não se reconhece no meio da multidão. Porque são nossas raízes culturais, familiares, sociais, que nos fazem singular diante das outras sociedades e nos dão uma identidade de povo, de nação.

Diante dos argumentos acima relatados sobre a importância de se preservar e disseminar a memória histórica e cultural de uma sociedade, este trabalho teve como objetivo geral analisar a contribuição das instituições-memória para a preservação da memória e construção da Identidade Cultural dos Igarassuenses

E a fim de alcançar este propósito, tornou-se essencial outros objetivos específicos, tais como: a) examinar a natureza, a missão, as ações e a memória registrada sobre o município nas instituições; b) avaliar a existência de relações entre as atividades das instituições-memória pesquisadas; c) Identificar o processo de disseminação das informações salvaguardadas nestes espaços; d) Propor a criação da Rede Memorial de Igarassu, a fim de favorecer a preservação e disseminação da memória coletiva / identidade cultural da cidade;

Diante do levantamento bibliográfico e documental realizado, a pesquisa está organizada em oito capítulos, incluindo a introdução e as conclusões. O primeiro introduz o estudo, apresentando o conceito e um breve histórico da Ciência da Informação, localizando dentro desta ciência o paradigma social, no qual a pesquisa está inserida. O capítulo também descreve o problema, a justificativa e os objetivos da pesquisa.

A metodologia da pesquisa é abordada no capítulo seguinte, explicando a caracterização do estudo segundo os objetivos, segundo os procedimentos técnicos e a abordagem do problema.

O terceiro capítulo analisa os múltiplos olhares da memória, tomando como ponto de partida os estudos realizados por Halbwachs (2013), Nora (1993) e Le Goff

(2003), e como forma de aprofundar o discurso, dialoga com autores que ajudam a ampliar os conceitos sobre memória, dentre eles: Pollak (1992), Murguia (2010), Dodebei (2010) e Candau (2014), entre outros. Em seguida, diante dos teóricos e dos conceitos de memória apresentados, explica as relações de proximidades existentes no universo da memória com a identidade, cultura e patrimônio. Por fim, discorre como a Ciência da Informação enxerga a memória, e qual memória é objeto de estudo desta ciência.

No quarto capítulo, a pesquisa trata dos Lugares de Memória, revisitando o conceito de Pierre Nora (1993). Disserta ainda sobre as instituições-memória, mas precisamente, as bibliotecas públicas, os arquivos e os museus, na perspectiva de espaços responsáveis pela guarda das lembranças e construção da Identidade Cultural de seus usuários.

O quinto capítulo analisa as conseqüências do paradigma custodial e pós-custodial nas instituições-memória, alegando que estes espaços, a princípio, formavam profissionais da informação que valorizavam exageradamente a guarda dos objetos/registro em detrimento da democratização do seu acesso, pondo em risco a memória coletiva da humanidade. Apresenta depois a ascensão do paradigma pós-custodial, a Lei de Acesso à Informação (LAI), além da noção de Sistema Memorial.

No sexto capítulo cada instituição é descrita, identificando seu histórico, sua missão, suas informações patrimoniais, bem como as ações de disseminação da memória local que acontecem nos espaços. A análise dos dados compõe o sétimo capítulo, onde optou-se pela análise de conteúdo, visto que a mesma constitui uma eficiente metodologia para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos pesquisados.

Por fim, as considerações finais são apresentadas no oitavo capítulo.

## 2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Pesquisar é uma tarefa que exige um planejamento semelhante ao de um cozinheiro. No preparo de uma receita, o cozinheiro precisa primeiramente identificar o que ele pretende fazer, qual seu objetivo, para então reunir os ingredientes, verificar se possui todas as ferramentas necessárias para a execução do prato. Esta analogia pesquisador/cozinheiro foi apresentada por Silva e Menezes (2005) e faz todo sentido, quando observamos que o sucesso de uma pesquisa também dependerá do procedimento seguido, do envolvimento do pesquisador com o tema e de sua habilidade em escolher o caminho/método para atingir os próprios objetivos.

Sendo assim, os pesquisadores são, conforme Santos (2004), frequentemente solicitados a caracterizar seus trabalhos, especialmente por ocasião da leitura por terceiros de qualquer etapa da investigação. Desta forma, utilizamos os três critérios empregados pelo autor, a fim de caracterizar este trabalho: quanto os objetivos, segundo os procedimentos técnicos e a abordagem do problema. Desta maneira, a investigação está sendo executada por meio dos procedimentos metodológicos apresentados adiante que foram avaliados como adequados para analisar a contribuição das instituições-memória para a preservação da memória coletiva e a construção da identidade cultural dos Igarassuenses.

Assim, os fenômenos estudados caracterizam-se, segundo seus objetivos, como uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, a partir de uma pesquisa documental, “ênfatizando não a quantificação ou descrição dos dados recolhidos, mas a importância das informações que podem ser geradas a partir de um olhar cuidadoso e crítico das fontes documentais”. (SILVA et al., 2009, p.4556)

Como característica da pesquisa descritiva, Gil (2010, p. 28) explica que:

[...] São inúmeros estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. [...] Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação. Nesse caso, tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa.

Para Oliveira (2010), a pesquisa descritiva é abrangente, permitindo uma análise do problema de pesquisa em relação aos aspectos sociais, econômicos, políticos, percepções de diferentes grupos, comunidades, entre outros aspectos.

O estudo, se caracteriza como descritivo justamente porque pretende analisar o papel das instituições-memória em relação à identidade cultural do município de Igarassu, descrevendo os diferentes fatores e elementos que influenciam este determinado fenômeno.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa se caracteriza como qualitativa. Oliveira (2010) conceitua esta abordagem como sendo:

[...] um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação. Esse processo implica em estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observações, questionários, entrevistas e análise de dados, a ser apresentados de forma descritiva. (OLIVEIRA, 2010, p.37)

Uma pesquisa descritiva e qualitativa exige um planejamento rigoroso quanto à definição de métodos e técnicas para a coleta e análise de dados. A fim de responder a problemática desta investigação, optou-se como melhor técnica de coleta de dados a pesquisa documental, tendo em vista que esse tipo de pesquisa técnica permite a verificação de uma problemática específica não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem revelando à sua maneira de ser, viver e compreender um fato social.

De acordo com Silva et al. (2009) “Estudar documentos implica fazê-lo a partir do ponto de vista de quem os produziu, isso requer cuidado e perícia por parte do pesquisador para não comprometer a validade do seu estudo.” (p.4557)

A técnica mais elaborada e de maior prestígio no campo da observação documental é a análise de conteúdo, que na concepção de Triviños (1987, p.160):

É um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

## 2.1 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Diante da necessidade de investigação, a metodologia empregada buscou identificar e analisar a contribuição das instituições-memória para a construção da identidade cultural no município de Igarassu – PE.

Primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que, de acordo com Martins e Theóphilo (2009), é uma estratégia necessária a qualquer pesquisa científica. Os autores indicam que este tipo de pesquisa procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, CDs, anais de congressos, buscando conhecer, analisar e explicar contribuições sobre determinado assunto, tema ou problema.

Sendo assim, realizou-se um levantamento bibliográfico, entre os teóricos da área, na temática memória, e suas relações com a Ciência da Informação. Para tanto, buscou-se publicações nos bancos de dados de Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), também nos Anais do Encontro Nacional de Ciência da Informação (ENANCIB), e ainda foram realizadas consultas às referências bibliográficas disponíveis em dissertações e teses sobre os assuntos relacionados à temática.

O passo seguinte foi definir o conjunto de documentos e fontes que fariam parte do material empírico de análise. Como a análise da totalidade dos documentos técnico-administrativos das instituições seria demorada, optou-se como fonte de pesquisa os relatórios administrativos anuais das instituições, além de manuais técnicos.

A coleta de documentos apresenta-se como importante fase da pesquisa documental, exigindo do pesquisador alguns cuidados e procedimentos técnicos acerca da aproximação do local onde se pretende realizar a “garimpagem” das fontes que lhes pareçam relevantes a sua investigação. Formalizar esta aproximação com intuito de esclarecer os objetivos de pesquisa e a importância desta constitui-se um dos artifícios necessários nos primeiros contatos e, principalmente, para que o acesso aos acervos e fontes seja autorizado. (SILVA et al., 2009, p.4558)

Neste momento, foi realizada uma leitura de todos os documentos apresentados pelos gestores a fim de selecionar e registrar aqueles que apresentavam dados considerados importantes para a investigação. A atenção esteve voltada às informações sobre a preservação e uso das memórias patrimoniais nestas instituições.

Após uma releitura dos relatórios e documentos, orientada pelo objeto da pesquisa, foi realizada a transcrição literal de todos os trechos dos documentos onde se percebia a função de instituição-memória de acordo com o conceito levantado na

revisão bibliográfica. Os dados relevantes de cada documento analisado foram registrados em instrumentos específicos em forma de ficha de leitura.

Para o desenvolvimento da análise dos dados contou-se, também, com os arquivos organizados de toda a documentação, com as fichas de leitura e com os instrumentais utilizados no levantamento de informações. Essa fase compreendeu um procedimento de análise horizontal (articulação e combinação dos dados), interpretação e de inferências sobre os dados contidos nos documentos e publicações.

A análise de uma instituição-memória pode estar relacionada à ação de diagnosticá-la, descrevendo o que ela é, como age e como se relaciona com outras instituições. No diagnóstico se faz presente um caráter empírico, ao considerar as observações realizadas pelo observador que carrega consigo uma série de noções preconcebidas que vão influenciar na sua visão e percepção. [...] (FRAGOSO, 2008, p.27).

De acordo com Pacheco Júnior, Pereira e Pereira Filho (2007) na análise de conteúdo elege-se as categorias e subcategorias que tenham impacto direto no alcance dos objetivos da pesquisa como prioridade à investigação, realizando o tratamento dos dados constantes nas categorias priorizadas, através de técnicas adequadas, efetivando-se análises criteriosas do material disponível para o pesquisador.

Sendo assim, foram selecionadas as categorias de análise para este estudo, conforme o Quadro 1.

**Quadro 1** – Relação das categorias e respectivas subcategorias de pesquisa

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
<b>CATEGORIA A: IMAGEM DA INSTITUIÇÃO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Missão</li> <li>2. Ações</li> <li>3. Marketing Institucional</li> </ol>
<b>CATEGORIA B: CONTEÚDO INFORMACIONAL</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Acervo / Documentos custodiados</li> <li>2. Processamento Técnico</li> <li>3. Sistema de Recuperação da Informação</li> </ol>

**Fonte:** Elaborado pelo autor

A categorização constitui-se, portanto, como um processo de classificação dos dados. Podem ser definidas previamente quando o pesquisador elege antes da análise as informações a serem procuradas no documento ou ao longo do processo de leitura, seguindo uma perspectiva compreensiva, hermenêutica. As categorias devem considerar o material a ser analisado e os objetivos da investigação, procurando atingi-los, respondê-los. Podem ser de matérias ou assuntos (temas), de sentido, de valores, de formas de ação, de posicionamento, dentre outras. (SILVA et al., 2009, p.4561)

Após o desenvolvimento do sistema de categorização, foi possível apreender as unidades de sentido e modalidades discursivas associadas ao conteúdo dos documentos, são elas: as de registro e as de contexto. De acordo com Gomes (2007) as unidades de registro são unidades que se referem aos elementos obtidos através da decomposição do conjunto da mensagem. Pode-se utilizar a palavra como uma unidade, como utilizado nos quadros de análise desta dissertação. Já as unidades de contexto, ainda segundo Gomes (2007), dizem respeito, à compreensão do contexto da qual faz parte a mensagem que está sendo analisada. Elas são formadas por partes ou segmentos do conteúdo necessários à compreensão do significado das unidades de registro.

Meireles e Cendón (2010) assim descrevem o desenvolvimento do método de categorização:

Para identificar as categorias e subcategorias, são definidas unidades de registro e unidades de contexto. São consideradas como unidades de registro as palavras que contribuem para a criação das categorias. As unidades de contexto são os parágrafos ou segmentos da mensagem utilizados como unidades de compreensão para identificar as palavras que foram definidas como unidades de registro. (p.82)

Depois de apreendida as características mais gerais da construção do discurso, foi construído um sistema de categorização, com agrupamentos em categorias e subcategorias, através da seleção de temas-chaves.

Gomes (2007) salienta que nem sempre a tarefa de formular categorias a partir dos dados coletados é simples. Muitas vezes, essa tarefa pode se transformar em uma atividade complexa, e isso só pode ser ultrapassado com a fundamentação e a experiência do pesquisador. Daí a importância de um levantamento consistente na fase inicial da pesquisa.

Depois de desenvolvido o sistema de categorização, chegou-se às unidades de sentido proveniente dos conteúdos dos documentos: unidades de registro e às unidades de contexto. Concluída esta etapa foi possível a exposição textual dos dados analisados, apresentada no sétimo capítulo desta dissertação, a fim de responder a problemática da pesquisa.

### 3 MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE A MEMÓRIA

Seja de modo individual ou coletivo, a memória é um dos elementos que constroem o indivíduo. Da mesma forma que nos individualiza, nos agrupa, nos transformando em sociedade. A memória que transforma o homem em um ser individual faz também dele parte de um todo. Nesse contexto não podemos pensar em construção de identidade cultural sem perpassar primeiramente pela construção da memória. Considerando tal concepção, o primeiro passo desta pesquisa tem por objetivo definir um conceito para memória, bem como seus elementos constitutivos e sua relação com a Ciência da Informação.

Memória remete ao passado, recordações, lembranças. O homem tem a necessidade de lembrar, pois ao revisitar sua história pode analisar acertos e erros na sua trajetória, podendo estabelecer caminhos diferentes para seu futuro, atualizando informações passadas, ou que ele representa como passadas.

A memória é necessária, para que a partir de conhecimentos acumulados, o homem consiga lidar de uma maneira diferente com novas situações na construção do presente. Logo, a tarefa da memória é fundamentalmente de preparação da experiência do homem, visto que somos tudo aquilo que lembramos, ou seja, a memória que temos. A memória não é só pensamento, imaginação e construção social; ela é também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências a partir de resíduos deixados anteriormente (SANTOS, 2003, p. 25-26).

Não é uma atividade simples constituir um conceito para memória, visto que a palavra pode ter significados diversos, com estudos em diferentes campos do conhecimento.

A princípio, como descreve Sá (2007, p.290), a memória pode ser objeto não só do “funcionamento de organismos vivos e de máquinas”, mas também da sociedade, da história, da política, das manifestações culturais, por exemplo, a arte e a literatura.

Também as áreas de humanas e sociais, a partir do final do século XIX, vêm proporcionando diálogos constantes sobre a memória, embora não seja um tema novo, visto que o assunto acompanha a civilização ocidental desde os gregos. (ORRICO, 2010).

Se pensarmos nas diversas áreas que pesquisam o tema, podemos pensar que existem muitas classificações para memória, e para cada classificação, uma

definição. Por isso, tomamos então como ponto de partida, os estudos realizados por Halbwachs (2013), Nora (1993) e Le Goff (2003), e como forma de aprofundarmos o discurso, dialogamos com autores que ajudam a ampliar os conceitos sobre memória, dentre eles: Pollak (1992), Murguia (2010), Dodebei (2010) e Candau (2014), entre outros.

Anteriormente aos estudos de Halbwachs<sup>2</sup> a ideia de que a memória era um fenômeno eminentemente individual e biológico era dominante nas pesquisas até então. Segundo Mendes, Castanho e Casimiro (2013) o sociólogo francês foi o primeiro teórico a analisar o caráter social da memória, com “influência marcadamente durkheimiana”. O termo memória coletiva, por exemplo, é original do pesquisador, que, de acordo com Silva (2009) o define da seguinte maneira:

Memória coletiva é o processo social de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo, comunidade ou sociedade. Este passado vivido é distinto da história, a qual se refere mais a fatos e eventos registrados, como dados e feitos, independentemente desses terem sido sentidos e experimentados por alguém. (p. 4)

Halbwachs (2013) apresenta então em suas pesquisas uma nova direção para o conceito de memória apresentando os quadros sociais que a compõem. O teórico acredita que, mesmo que a primeira vista pareça predominantemente particular, a memória refere-se ao coletivo, a um grupo; cada ser humano transporta consigo suas próprias lembranças, no entanto está constantemente relacionando-as na sociedade; já que as lembranças de cada indivíduo se mantêm coletivas, mesmo que sejam lembradas por outras pessoas, ainda que se trate de eventos em que apenas aquele indivíduo esteja envolvido.

Portanto, as memórias e lembranças dos homens são produtos da sociedade em que ele vive. Pollak (1992) menciona exatamente a Teoria de Halbwachs (2013), e assegura que a memória é a construção que se faz a partir das experiências passadas. Essa memória que ultrapassa a memória individual e biológica seria a memória coletiva, um quebra-cabeça, uma memória concebida por um grupo, um povo, uma nação, estabelecendo a identidade da história do grupo relacionado.

---

<sup>2</sup> Maurice Halbwachs (1877-1945) foi um sociólogo francês da escola durkheimiana. Na École Normale Supérieure, em Paris, estudou filosofia com Henri Bergson, o qual o influenciou enormemente. Lecionou em vários liceus antes de viajar à Alemanha em 1904, onde estudou na Universidade de Göttingen. Retornou à França em 1905, onde encontrou Émile Durkheim e se interessou por sociologia. Escreveu uma tese sobre o nível de vida dos operários, e sua obra mais célebre é o estudo do conceito de memória coletiva, que ele criou. Desde muito tempo socialista, Halbwachs foi detido pela Gestapo após a ocupação nazista de Paris e deportado para Buchenwald, onde foi executado em 1945.

Dessa forma, os acontecimentos, vividos individualmente ou coletivamente, podem ser acontecimentos dos quais as pessoas participaram ou não; pessoas e/ou personagens encontrados no decorrer da vida, incorporados ou pertencentes a outras épocas; e os lugares. Sobre a memória individual, Halbwachs salienta:

[...] Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transportar a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (HALBWACHS, 2013, p. 72).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, o antropólogo Joel Candau (2014) corrobora salientando que a memória, ao mesmo tempo em que modela o homem, é também por ele modelada. No preâmbulo da sua obra “Memória e identidade”, por exemplo, o autor afirma, citando Halbwachs, que as lembranças que guardamos de cada época de nossa vida se reproduzem sem cessar e permite que se perpetue como pelo efeito de uma filiação contínua, o sentimento da nossa identidade.

No livro “A memória coletiva”, publicado depois de sua morte, em 1950, Halbwachs sistematiza um percurso sociológico da memória, evidenciando assim seu caráter social, visto que, de acordo com o autor, a memória se apoiaria na história vivida e não na apreendida, já que para confirmar ou recordar uma lembrança não precisaria necessariamente testemunhos literais, mas sim um construto comum ou diversos pontos relacionando às memórias. Sendo assim,

[...] a memória coletiva se solidifica na continuidade, pois só retém do passado o que está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém, e deve ser vista sempre no plural – são memórias coletivas múltiplas, de diferentes grupos sociais situados num contexto espacial e temporal. (MENDES; CASTANHO; CASIMIRO, 2013, p.1043).

Nesse sentido, Halbwachs (2013) afirma que além da classificação de memória individual ou coletiva, somos capazes de pensar a memória de outra maneira: interior ou exterior, pessoal e social; ou mais exatamente como, memória autobiográfica e memória histórica. A segunda influenciaria a primeira, tendo em vista que a história de vida de um indivíduo também faz parte da história da comunidade que ele faz parte. A memória histórica, de acordo com o autor, é bem mais complexa que a primeira, no entanto ela só representaria o passado de forma

resumida e esquemática, ao passo que a memória individual nos remeteria a um panorama mais contínuo e denso do passado.

Assim posto, a memória coletiva compreende a memória do grupo e cada participante desse grupo se identifica com as mesmas memórias, a partir das inter-relações negociadas dentro do próprio grupo. Justamente é nessas relações é que resultam nossas lembranças repletas das memórias que nos rodeiam, de forma que, ainda que estejamos distantes destes grupos originários, estamos impregnados das memórias que se estabeleceram a partir do conjunto de experiências um dia vivido.

Candau (2014) não só recupera parte do conceito de memória coletiva proposto por Halbwachs (2013), como sugere uma nova classificação das memórias levando em conta três qualidades: primeiro o autor apresenta a protomemória, como uma memória que não gera arquivo, memória de baixo-nível ou memória trabalho; discorrendo sobre o tema, ele categoriza a segunda como uma memória evocação ou memória propriamente dita, partindo das lembranças individuais e pessoais de cada indivíduo. Já a terceira memória, a metamemória, relaciona-se à construção da identidade. É o entendimento que temos das nossas lembranças. Esta teoria dialoga com a teoria de memória coletiva de Halbwachs quando ambas acreditam que as memórias individuais se constroem dentro da memória coletiva, mas quem traz a tona as lembranças de algo é cada indivíduo e não a sociedade em geral com o qual é compartilhada a lembrança do passado. (CANDAU, 2014).

De certa forma, Candau aperfeiçoa o conceito de memória coletiva ao reduzir a possibilidade de confusão entre memórias individuais e coletivas, angústia que pode eventualmente surgir para alguns pesquisadores. Ele soluciona o problema propondo que as duas primeiras memórias, a protomemória e a memória propriamente dita, constituem faculdades individuais, logo, não podem ser compartilhadas. Para ele, só a terceira memória, a metamemória, aquela que se refere à memória coletiva, pode ser compartilhada, pois é um conjunto de representações da memória. (MATHEUS, 2011, p. 304).

Em resumo, retornando a Halbwachs (2013), a memória coletiva não deve ser considerada como único pontapé inicial para uma pesquisa sobre determinada comunidade, pois ela é um construto que advém tanto do plano individual quanto do coletivo; diante do exposto podemos salientar a importância dos seus estudos e parafraseando Murguia (2010), quando o teórico considera a obra de Halbwachs (2013) fundamental para a constituição da memória coletiva como um campo

disciplinar incorporando e influenciando outros campos como a antropologia, a sociologia, a história, e porque não a Ciência da Informação, entre outras.

Partimos a partir deste ponto para uma análise dos estudos de Nora<sup>3</sup> (1993) e já podemos perceber possíveis aproximações e afastamentos com as teorias de Halbwachs (2013).

A partir do conceito de memória coletiva, sob o mesmo prisma de Halbwachs, Nora ratifica que a memória se baseia no vivido, se enraíza na imagem, no objeto e é assegurada por grupos sociais. Visto que ela não se forma, pois, como um plágio, uma reprodução do passado. Isto porque, os seres, os fatos e as imagens não se apresentam à memória como estruturas finalizadas ou perfeitamente desenhadas. Silveira (2010) enfatiza que no momento em que são evocadas, durante o ato de recordar, as lembranças ligam-se sempre a outros elementos, os quais, por sua vez, as tornam diferentes. Certamente por isso, Pierre Nora ressalta que:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensíveis a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A memória instala a lembrança no sagrado. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A memória se enraíza no concreto, no gesto, na imagem, no objeto (NORA, 1993, p. 9).

Deste modo, apesar de ter sofrido alterações conforme o olhar de cada indivíduo, a memória sempre estará relacionada ao grupo ao qual pertence, por isso existirão memórias diferentes para grupos diferentes. Para Nora (1993) “tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto memória, mas já história”, e completa, afirmando que “[...] a necessidade de memória é uma necessidade da história” (p.14)

Sobre a construção da memória, de acordo com Nora (1993), é viva, e emerge da sociedade que ajudou a unir, se enraizando no concreto, no gesto, na imagem, no objeto. Por isso, “[...] a memória é um fenômeno sempre atual, um elo

---

<sup>3</sup> Pierre Nora (1931) é um historiador francês. Ocupa uma posição particular, que o qualifica como uma referência entre os historiadores franceses contemporâneos. É conhecido pelos seus trabalhos sobre a identidade francesa e a memória. Apresentou suas teorias na conferência “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, em 1984, publicada no Brasil pela Revista Projeto História em 1993.

vivido no eterno presente” (p.76). Enquanto fenômeno social pode ser entendido como a História, a tradição, a cultura de um povo. Para o autor, o que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca do repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar, evitando dessa forma que lembranças fossem esquecidas.

Esse medo em relação ao esquecimento é evidenciado na obra “A memória, a história e o esquecimento” de Ricoeur (2010). Não existe memória plena, para o autor, existe um diálogo entre a memória e o esquecimento, visto que a construção real da memória é derivada da potencialidade do esquecimento. É neste embate que se constrói a perspectiva de rememoração de eventos passados assim como da preservação de eventos presentes para utilização futura:

De um lado, o esquecimento nos amedronta. Não estamos condenados a esquecer tudo? De outro, saudamos com uma pequena felicidade o retorno de um fragmento do passado arrancado, como se diz, ao esquecimento. As duas leituras prosseguem no decorrer de nossa vida – com a permissão do cérebro (RICOEUR, 2010, p. 427).

Por isso, a fim de auxiliar o cérebro nesta necessidade de rememoração, temos a “memória de papel”, que, segundo Nora (1993), tornou-se uma instituição autônoma de museus, bibliotecas depósitos, centros de documentação, bancos de dados. Ele salienta que nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, o que evidenciaria a obrigação de preservação de uma memória que poderia desaparecer, nos forçando a acumular os vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do passado de cada homem, de cada sociedade, de cada cultura. Chama também a atenção para a necessidade individual da memória historicizada, que vem do exterior e nós a interiorizamos como uma obrigação, pois ela não é mais uma prática social:

A passagem de memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização da sua própria história. O dever da memória faz de cada um o historiador de si mesmo. [...] Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens. Não há nenhuma família na qual pelo menos um membro não se tenha recentemente lançado à reconstituição mais completa possível das existências furtivas de onde a sua emergiu. (NORA, 1993, p.17)

Mendes, Castanho e Casimiro (2013) evidenciam que, pelo fato de Nora (1993) garantir que a memória é vida, em detrimento a um passado morto, imagina-se que ela estaria presente apenas em lugares específicos, como por exemplo, museus, arquivos e bibliotecas, lugares que existiriam pelo sentimento da falta de memória espontânea. Nesse sentido ele apresenta a noção de lugares de memória e salienta que “é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas” (p.13), era preciso espaços onde se estampam as angústias e as esperanças de uma sociedade, bem como seus paradoxos e conflitos. São ainda:

Lugares mistos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade; numa espiritual do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel. Anéis de Moebius enrolados sobre si mesmos. Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1993, p. 22)

Silveira (2010) nos convida a observarmos de forma mais minuciosa as dinâmicas que atravessam os movimentos históricos. Analisaremos de imediato que o surgimento dos “Lugares de Memória” está explicitamente ligado ao exato momento que o homem constata a inviabilidade da memória conservar de maneira voluntária todas as experiências humanas, sendo, por isso, imprescindível a criação dessas instituições. Isto porque, segundo Nora (1993, p.13), são estes lugares que “secretam, vestem, estabelecem, constroem, decretam, mantêm pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação”, ou seja, são eles que, em último momento, possibilitam sua continuidade na história e no tempo.

Ainda Nora (1993) apresenta então a noção de lugares de memória apreendidos numa tríplice significação, que contribuem simultaneamente e em diferentes graus, para caracterizar estes lugares, no que tange a: lugares materiais (uma biblioteca, um arquivo, por exemplo), lugares funcionais (manual de aula, testamentos, atas de uma reunião) e lugares simbólicos (um minuto de silêncio, um canto de aniversário). Mendes, Castanho e Casimiro (2013) afirmam que o objetivo desses lugares era fundamentalmente bloquear o trabalho do esquecimento, e

ressaltam que “devido a metamorfose contemporânea, a memória verdadeira, transformada por sua passagem em história daria lugar a memória arquivística” (p.1045).

Oliveira (2013) salienta que os espaços descritos por Nora (1993), não se limitavam a materialidade, pois concentrado neste contexto está a representação simbólica que é essencial a qualquer monumento de pedra e cal. Para Murguia (2010, p.8) os lugares de memória têm, portanto, uma dupla funcionalidade: “simbólica, no sentido de representar dentro de uma cidade ou espaço dedicado à recordação social; e uma função informacional, no sentido de lembrar os acontecimentos, pessoas e lugares (...)” através dos registros deixados ao longo da história. Pautados nessas considerações, o autor entende “arquivos, bibliotecas e museus como lugares de Memória”, mas considera também que “o entendimento de cada um deles a respeito da memória, devesse ser aproximado, num encontro no qual, múltiplos olhares sobre o tema fossem apresentados”. (MURGUIA, 2010, p.8)

Vera Lucia Dodebei (2010) apresenta alguns pontos de divergências entre Halbwachs (2013) e Nora (1993) afirmando que os diferentes modos de “lembrar” correspondem a uma grande disputa de opiniões no campo dos estudos sobre a Memória. Para a autora Halbwachs, ao opor história e memória, leva-nos a compreender que a primeira diz respeito apenas ao passado (morto) e a segunda reflete um presente (vivo), de acordo com a mesma, essa polaridade faz com que Nora apresente “os lugares de memória” como uma possibilidade intermediária entre a história e a memória.

Os estudos que versam sobre história x memória utilizam, na maioria das vezes, as oposições: bom x mau; orgânica x artificial; viva x morta; simples x complexa; imóvel x dinâmica. Mas, esse modo de analisar a memória já nos indicou que esse não é o melhor caminho de operar com a interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade do campo. (DODEBEI, 2010, p.13)

A autora completa seu argumento sugerindo que...

O melhor seria, portanto, pensar em diferentes modos de lembrar a partir das diversas culturas. Esse enfoque considera o pressuposto de que o passado não está dado, mas, ao contrário, deve ser continuamente construído e apresentado. Uma vez que nossas memórias de eventos passados (individuais e coletivos) podem variar segundo graus e enfoques, isto nos leva a pensar “o que” lembramos e “como” lembramos”. (DODEBEI, 2010, p.13)

Por isso, a memória não pode ser estabelecida como uma cópia fiel do passado, já que os fatos, personagens, ações, paisagens e imagens não se apresentam à memória com um formato acabado ou delineado de maneira perfeita, longe disso, no momento de sua evocação, as lembranças se ligam sempre a outros elementos que as tornam diferentes, por isso a melhor maneira seria pensar em diferentes formas de lembrar, de rememorar que cada cultura apresenta, variando segundo graus e enfoques.

Instigado pelas discussões postas por Halbwachs (2013) e Nora (1993), nosso terceiro teórico, Jacques Le Goff<sup>4</sup> (2003) entende que conceituar memória é crucial para muitos campos do conhecimento. Como propriedade de preservar algumas informações, a memória remete-nos primeiramente a um conjunto de funções psíquicas, “graças às quais a humanidade pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (p.424). O autor ainda estabelece uma relação da memória como objeto de estudo de ciências como a psicologia, psicofisiologia, neurofisiologia, a biologia, a psiquiatria, e afirma que esses campos científicos podem colaborar para a apreensão das características e da problemática da memória social e histórica.

[...] Deste ponto de vista, o estudo da memória abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e, quanto às perturbações da memória, das quais a amnésia é a principal, a psiquiatria. Certos aspectos do estudo da memória, no interior de qualquer uma destas ciências, podem evocar, de forma metafórica ou de forma concreta, traços e problemas da memória histórica e da memória social. (LE GOFF, 2003, p.424)

Nesta perspectiva, psicólogos e psicanalistas começaram a observar a memória de uma maneira menos empírica, evidenciando também as teorias sobre o tema. Tais pesquisadores perceberam que sentimentos típicos do ser humano, como o afeto, o desejo, a raiva, a censura, podem intervir na memória individual, de forma consciente ou não. Da mesma forma, à memória coletiva, pode ser objeto de manipulação dos grupos que objetivam o poder em determinadas ocasiões históricas. “[...] Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.” (LE GOFF, 2003, p.427). Para o autor, os

---

<sup>4</sup> Jacques Le Goff (1924 - 2014) foi um historiador francês especialista em Idade Média. Autor de dezenas de livros e trabalhos, era membro da Escola dos Annales, empregou-se em antropologia histórica do ocidente medieval. Seus seminários exploraram os caminhos então novos da antropologia histórica. Ele publicou os artigos sobre as universidades medievais, o trabalho, o tempo, as maneiras, as imagens, as lendas.

esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Também em suas pesquisas, Le Goff (2003) não observava diferenciações entre a memória coletiva da memória social, mas ressalta que essa última é uma maneira essencial de aproximar os questionamentos do tempo e da história, referente aos quais a memória oscila, ora se retraindo, ora se transbordando.

Além disso, na visão de Le Goff (2003) a memória coletiva fazia referência à memória da sociedade oral, que são aquelas que precedem a invenção da escrita, onde todo conhecimento era transmitido oralmente por meio de narrações, rituais e mitos. O autor ainda destaca a importância do *mnemon*<sup>5</sup>, para poder-se compreender a passagem da memória oral à memória escrita. Segundo o autor, o *mnemon* é uma pessoa que guarda a lembrança do passado em vista de uma decisão de justiça. Pode ser uma pessoa cujo papel de "memória" está limitado a uma atividade repentina, verdadeiros arquivos orais. (LE GOFF, 2003).

Contudo, Le Goff (2003) assegurava que aconteceu uma mudança em relação a memória coletiva, se observarmos o desenvolvimento da memória no período da Pré-história até a antiguidade, visto que ela muda à medida que o homem passa a escrever seu cotidiano, suas aventuras, seus sentimentos. Dessa forma, quando a escrita começou a ser organizada em forma de documentos temos uma verdadeira mudança de paradigma: a capacidade de registrar, memorizar, rememorar, reordenar, reexaminar, entre outros.

O autor, assim como Nora (1993), também evidenciou a necessidade de lugares de memória coletiva, que seriam:

[...] Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações; estes memoriais têm a sua história (LE GOFF, 2003, p.467).

No entanto, mesmo “salvaguardada” em lugares específicos, a memória não é uma entidade em estado de repouso, como demonstra Murguia (2010), ao contrário, ela se define como um ser em constante mutação, que se mostra em múltiplos

---

<sup>5</sup> Do grego, *mnemonikós*, *mnemon*=atento. Adjetivo relacionado à memória. Os antigos gregos consideravam a memória uma entidade sobrenatural ou divina: era a deusa *Mnemosyne*, mãe das musas, que protegem as artes e a história. A deusa Memória dava aos poetas e adivinhos o poder de voltar ao passado e de lembrá-lo para a coletividade (CHAUI, 2003)

arranjos e rearranjos com outras associações. “Seu estado é de constante formação, mesmo porque o fim último dela seja a formação da identidade e identidades são também variadas” (p.31). Por isso, assegura Le Goff (2003), “tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas (p.422), isto posto fica evidente que a manipulação da memória pode ser uma arma poderosa para acabar com a identidade individual ou coletiva.

Le Goff (2003) conclui seu trabalho ratificando que a memória deve procurar salvar o passado para servir ao presente e ao futuro, por isso devemos lutar para que a memória coletiva sirva para a libertação do homem e não para sua servidão.

Diante das discussões dos teóricos citados, e considerando o estudo de Fragozo (2008) chegamos a algumas considerações quanto às funções e características da memória: ela tem contextualidade, funções e significações históricas; processa-se de forma dinâmica e possui os elementos tempo, espaço e movimento; tem possibilidade tridimensional, presente – passado – presente; possui continuidade; é construída em um espaço histórico; precisa de pontos de referência para manter suas funções; caracteriza-se por um movimento contínuo de aprendizagem e socialização e se dá por “evocação” e “repoetização do passado”; tem relação direta com identidade, cultura, tradição, patrimônio, informação e história.

Diante dos teóricos e conceitos de memória apresentados, começaremos, pois, nas próximas sessões, a explicitar as relações de proximidades existente no universo da memória com a identidade, cultura e patrimônio, deixando claro que não esgotamos aqui todos os conceitos.

### 3.1 A MEMÓRIA E SUAS RELAÇÕES

A memória, como já mencionado, é um processo mental de construção dinâmica interior da realidade. É vital para nossa sobrevivência, sendo fundamental para conseguirmos nos adaptar ao meio e para a conquista de novos conhecimentos. Diversos pesquisadores vinculam a memória ao esquecimento, como será visto posteriormente, no entanto a memória não tem seu foco apenas nesta característica, mas também é responsável por todas nossas ações, comportamentos, enfim, nossa identidade cultural. Para entender melhor como essa

característica da memória se estabelece, tomaremos como base Fragoso (2008), pontuando as relações entre memória e cultura, memória e identidade, além da memória e patrimônio.

### 3.1.1 Cultura e memória

A discussão do que se entende por cultura é de extrema importância para então podermos relacioná-la com a memória, visto que alguns pesquisadores trabalham com um conceito muito abrangente de cultura, e outros restringem ao universo das artes como objeto específico de sua atuação.

Botelho (2001) reconhece duas dimensões da cultura – antropológica e sociológica – igualmente importantes. A autora afirma que a abrangência dos termos de cada uma dessas dimensões estabelece parâmetros que permitem a delimitação de estratégias de suas respectivas políticas culturais (p.74).

A dimensão antropológica da cultura deve ser também objeto de estudo da Ciência da Informação, embora alguns autores, como Ramos (2008) acreditem que é no “contexto da dimensão sociológica da cultura que os conceitos de cultura e memória se aproximam” (p.42).

Ora, se a dimensão antropológica entende a cultura como tudo que o ser humano produz e elabora na vida em comunidade, tanto do ponto de vista material como simbólico, enxergamos aqui também uma aproximação de memória, informação e cultura.

Cultura e informação são assim conceitos/fenômenos interligados pela sua própria natureza. A primeira – funcionando como uma memória, transmitida de geração em geração, na qual se encontram conservados e reproduzíveis todos os artefatos simbólicos e materiais que mantêm a complexidade e a originalidade da sociedade humana – é a depositária da informação social. Por essa mesma razão, pode ser considerada como a “genoteca” da sociedade humana. Nela, os padrões culturais – religioso, filosófico, estético, científico ou ideológico – funcionam como “programas” ou gabaritos para a organização dos processos sociais e psicológicos, de forma semelhante aos sistemas genéticos, que fornecem tal gabarito para a organização dos processos orgânicos. (MARTELETO, 1995, p.2)

Neste sentido, a autora constrói um conceito nucleador para cultura, também a entendendo no seu sentido antropológico como “modo de relacionamento humano com seu real” ou ainda, como um conjunto de artefatos construídos pelos indivíduos em sociedade, de acordo com a autora, “palavras, conceitos, técnicas, regras,

linguagens, pelos quais dão sentido, produzem e reproduzem sua vida material e simbólica”, ainda explica que “os artefatos são culturais, em primeiro lugar, porque são criados pelas significações imaginárias sociais e, em segundo, porque são instituídos, funcionando como fontes extrínsecas de informação para os sujeitos sociais” (MARTELETO, 1995, p.2/3).

Sendo assim, nesta pesquisa, entende-se como cultura o conjunto de artefatos produzidos pelo homem para atuar, como forma de sobreviver, sobre o habitat que o cerca, ou seja, dessa maneira, a cultura pode ser um acervo material, mas também o conjunto das práticas humanas, sejam elas sociais ou individuais, como o modo de se relacionar com o mundo, as observações de ordem moral e valorativa, os diversos comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais (LARAIA, 2001).

Levando em conta essa definição, cada agrupamento social dispõe de culturas diferentes, que lhe confere maneiras diferentes de pensar, agir e se organizar política e economicamente distintas. Logo,

O ponto fundamental de referência de cada agrupamento não é a humanidade, mas o grupo. Daí a reação, ou pelo menos a estranheza, em relação aos estrangeiros. A chegada de um estranho em determinadas comunidades pode ser considerada como a quebra da ordem social ou sobrenatural. (LARAIA, 2001, p.73)

Ou seja, cada grupo expressa sua cultura de forma diferente e todo artefato estranho a uma determinada sociedade, tende a priori, em ser rejeitado por não fazer parte da cultura daquele grupo.

A nossa herança cultural, desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade. Por isto, discriminamos o comportamento desviante. (LARAIA, 2001, p.67)

No entanto, na contemporaneidade, não podemos pensar em uma cultura pura, autêntica e intocada. Conforme Morigi, Albuquerque e Marsoni (2013) às práticas culturais se modificam de acordo com o cenário a qual estiverem inseridos, sem que isso provoque o seu desaparecimento. Para as autoras, as culturas popular, erudita e midiática dialogam e se afetam mutuamente, cada uma delas se

apropria de elementos da outra e reelabora o seu repertório que constitui o seu patrimônio cultural.

García-Canclini (1997) aponta para o aparecimento de culturas híbridas, resultado de cruzamentos culturais entre as formas tradicionais e modernas, artesanais e industriais, principalmente levando em conta a influência dos meios de comunicação de massa, que acabou com as fronteiras entre o erudito, o popular e o massivo, ficando claro quanto a informação e a memória estão relacionadas com a cultura, e vice-versa.

Essa cultura híbrida, proveniente da diversidade de produtos e manifestações culturais, foi mencionada por Barros (1999) na sua reflexão sobre cultura, memória e identidade. O autor reflete o desafio da experiência cultural hoje e parece nos remeter a três ordens de situações/ problema:

1. A primeira, referente a sujeitos e grupos que resistem e sobrevivem fechados sobre si próprios, desenvolvendo mecanismos de controle da reprodução de seus sistemas de representação, esquivando-se do contato com o diferente [...]
2. A segunda, referente aos grupos e sujeitos de grandes centros urbanos industrializados, cujo processo de globalização da economia já atinge seu cotidiano cultural, através da exposição e do convívio com uma gama variada de representações que transcendem origens geográficas, limites nacionais e determinações temporais [...]
3. A terceira diz respeito àquele segmento da sociedade que, nem entrincheirado em suas singularidades, nem tocado pelas antenas da pós-modernidade através das infovias, vive mudanças em suas dinâmicas culturais originais sem, contudo, perder seus referentes, seus laços que o prendem a uma origem, a um grupo, a um tempo. (BARROS, 1999, p.34)

Chama-nos atenção a terceira situação/problema. Vejamos que, mesmo sofrendo mudanças na sua cultura, os indivíduos não perdem as referências que os originam, certamente porque mantiveram suas memórias intactas. Isto porque, como elemento essencial na identidade cultural, a memória estabelece um sistema seletivo e referencial, que irá identificar nos dias atuais os códigos e experiências culturais. A memória individual ou coletiva é, pois, um sistema onde se relacionam arcabouços culturais, políticos e econômicos enquanto códigos de representação. As representações do passado e do presente e os sonhos do futuro também habitam a memória, concedendo ao indivíduo identidade cultural e coletiva. (BARROS, 1999).

Podemos afirmar então, que a cultura e a memória são os elementos que constituem a identidade dos sujeitos, fazendo-os se reconhecerem naquela determinada sociedade, formando a identidade cultural do grupo, sendo assim conceitos interligados pela sua própria natureza, visto que, “os aspectos culturais são alicerces para a memória enquanto está constrói as identidades. Portanto, conclui-se que a cultura e também a memória são elementos identificadores de um grupo social.” (FRAGOSO, 2008, p.48)

Complementamos com o pensamento de Oliveira (2013) que sintetiza a relação entre memória, cultura e identidade, assegurando que a cultura se liga ao conceito de identidade, pois aquilo que o sujeito vivencia e dissemina, está envolto no conjunto de valores e práticas que ele acredita, ou seja, sua memória. Desta forma, o sujeito se reconhece como parte do grupo e identifica-se com o passado da comunidade. Assim sendo, partimos então para uma reflexão mais detalhada da relação entre memória e identidade.

### **3.1.2 Identidade e memória**

A identidade é bastante discutida nas Ciências Humanas e Sociais, no entanto, ela percorre todo debate que envolve o ser humano. Ela não surge com o indivíduo, mas vai se emoldurando ao longo de sua trajetória e das experiências compartilhadas. Podemos afirmar então, que a identidade é uma manifestação proveniente do diálogo entre o homem e a sociedade.

Seguindo este mesmo raciocínio, Fragoso (2008) afirma que a construção da identidade de cada ser humano é indissolúvel ao modo como ele se relaciona com os valores da(s) sociedade(s) e grupos(s) em que se localiza e do modo como organiza o seu percurso como projeto, à luz do seu passado. Essa forma de se conectar e de organizar sua trajetória como projeto à luz do passado diz respeito à memória e à identidade.

A memória é, pois, algo que atravessa, que marca, que estabelece pontos de convergências entre um eu individualizado e certos referentes histórico-sociais. Ao fazer isso, ela acaba por possibilitar a emergência de laços de solidariedade que instituem um lugar no mundo tanto para o sujeito que lembra/recorda, quanto para o grupo que lhe permite experienciar um sentimento de pertença. (SILVEIRA, 2012, p.7)

A relação entre memória e identidade é, de fato, muito próxima. É evocando o passado vivido, que o homem respalda suas ações no presente. As lembranças são como pontos de referência, norteados seus atos através de forças que existem fora dele e são presas pela sociedade.

Por isso, memória e identidade são realmente inseparáveis, tendo em vista que a memória constrói a identidade que se manifesta como existência da memória. No entanto, apesar de inseparáveis, são distintas, embora exista uma subordinação da identidade à memória no aspecto construtivo, sendo a memória uma ferramenta da identidade. (FRAGOSO, 2008)

É justamente a memória e suas representações da sociedade os pilares na introspecção de cada ser humano em busca do “eu”. Logo, a memória baseia-se essencialmente na busca e afirmação da identidade. Oliveira (2013) complementa esta perspectiva afirmando que a identidade é constantemente redefinida pela luta entre as forças do “eu” e o “outro”. São esses conflitos que forjam/criam/modelam as identidades, sempre, de acordo com a autora, em contraposição a outras identidades, e em luta por sua aceitação, “[...] Afinal, não há como existir o “eu” sem o “outro”, assim como as identidades não podem ser estáticas, haja vista a diversidade social e a pluralidade cultural das sociedades contemporâneas”. (OLIVEIRA, 2013, p.5).

Essa pluralidade cultural nas sociedades contemporâneas que resultaria em uma “crise identitária” é discutida por Stuart Hall em sua obra intitulada *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006). De acordo com o autor, os modelos massificados de consumo e comportamento, provenientes da globalização, evidenciam as crises de identidade, que deslocam as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalam as referências que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. Já não poderíamos então falar em “identidade”, mas em “identidades”, como consequência de um processo de multiplicidade cultural em todos os domínios da identidade:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2006, p.13)

Apesar de se admitir a crise da identidade, segundo Fragoso (2008), a opinião dentro da comunidade sociológica ainda está dividida. Existe quem, assim como Hall, acredite na iminência de um colapso da identidade moderna, diante das “fragmentações das paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, forneciam sólidas localizações como indivíduos sociais.

Michel Agier (2001) também menciona em seus estudos antropológicos os sentimentos de perda de identidade diante da circulação rápida das informações, das ideologias e das imagens acarretando dissociações entre lugares e culturas.

Em uma situação de mudança social acelerada, como a que se vive em todas as partes do mundo ao longo das últimas décadas, os estatutos sociais se recompõem e os indivíduos devem redefinir rapidamente sua posição, em uma ou duas gerações. Nesse momento, a questão identitária torna-se um problema de ajuste, simultaneamente social na sua definição e individual em sua experiência. A relação do indivíduo consigo próprio ao mesmo tempo que com sua cultura e sua linhagem se torna então problemática. (AGIER, 2001, p.10)

Diante deste contexto de crise da identidade derivada da globalização, tão mencionadas por Hall (2006) e Agier (2001), dificilmente teremos, outra vez, identidades “puras”, visto que o sujeito, através de seus posicionamentos, assume identidades múltiplas nos diversos momentos, sujeitos ao plano da história, da política, da representação e da diferença. Neste sentido, é preciso esclarecer que a identidade, tal qual a memória, não pretende estagnar o homem com o objetivo de reviver culturas passadas, pelo contrário, vislumbra ser um referencial na construção de práticas contemporâneas no sentido de o homem reconhecer-se como um grupo.

Neste sentido, Fragoso (2008, p. 44) sugere que as identidades oscilam entre as forças da “Tradição” e “Tradução”, entre suas origens e a negociação com as novas culturas (culturas híbridas).

[...]o sujeito, através de seus posicionamentos, assume identidades múltiplas nos diversos momentos e espaços onde sua história de vida adquire sentido e encontra ressonância. [...]neste novo momento histórico, pautado pela dinâmica da globalização das economias; pela transgressão e enfraquecimento das fronteiras nacionais; pelo progresso e expansão das tecnologias da informação e da comunicação; pelo questionamento dos centros hegemônicos e entrada em cena da “periferia” e pela intensificação do fenômeno da hibridização cultural. (SILVEIRA, 2010,, p.70-71)

Todo aquele que pretenda debater sobre a questão da identidade na contemporaneidade deve iniciar sua jornada se valendo da afirmação que, a marca mais latente da condição de pós-modernidade é a fragmentação. Silveira (2010) reafirma que

Antes do advento da modernidade o homem era capaz de definir e localizar suas ações a partir de referenciais políticos e sócio-culturais estáveis, no entanto com as mudanças oriundas da globalização e da distorção das noções de tempo e espaço surgem novas configurações para muitas esferas de sociabilidade com as quais passa a interagir. (p.73)

O homem já não sabe definir tão bem suas origens, suas semelhanças, suas diferenças, sua cultura, sua memória. Por isso, bem mais do que uma crise de identidade, vivemos uma crise de memória, basta lembrarmos que é a memória que constrói a identidade e, se a primeira está em crise, é lógico que não podemos negar a crise da segunda. Dessa forma, se faz necessário a preservação desta memória, a fim de preservarmos também nossa identidade, por isso a iminência de pensarmos o patrimônio e sua relação com a memória, como forma de preservação.

### **3.1.3 Patrimônio e memória**

A globalização trouxe consigo o sentimento de esfacelamento da identidade, proveniente, da já discutida, hibridez cultural. Esta ausência de referências culturais inaugurou no ser humano a vontade de retornar ao passado, em busca de algo que se “perdeu no tempo, ou com o tempo”, ou seja, uma urgência de resgatar as manifestações culturais que se relacionavam com sua identidade. Uma das ferramentas mais eficazes para esse “retorno ao passado” em busca de uma identidade perdida são o estudo e preservação do patrimônio.

Antes de discorrermos sobre a relação memória e patrimônio, abrimos um parêntese para conceituar o termo patrimônio. Para tanto, recorreremos a Gonçalves (2003), segundo o qual,

“Patrimônio” está entre as palavras que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos e financeiros, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos, sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente e oportuna formulação no Brasil. Parece não haver limite para o processo de qualificação desta palavra. (p.21-22).

Diante dessa afirmação, entendemos patrimônio como um conjunto de bens materiais e imateriais repassados por nossos antepassados e que deveriam ser transmitidos aos nossos descendentes, somados de novos significados, de acordo com novas realidades socioculturais. “O que herdamos, criamos, transformamos e transmitimos é o patrimônio tecido de nossa vida, um componente de nossa personalidade.” (DE VARINE, 2013, p. 43).

Corroborando com este autor, o patrimônio, para Candau (2014), funciona como um aparelho ideológico da memória. Para ele, a conservação dos vestígios, relíquias, testemunhos, impressões, traços, “serve de reservatório para alimentar as ficções da história que se constrói a respeito do passado e, em particular, a ilusão de continuidade.” (p.159)

Azevedo Netto (2015) afirma que na busca do processamento da informação acerca do patrimônio cultural, a CI produz metadocumentos no registro das mais diferentes características dos suportes que compõe o acervo de coisas de um determinado grupo, em um tempo e espaço. No entanto, o autor chama atenção para o aprofundamento dos estudos memoriais na área, que tem resultado na construção de aportes multidisciplinares para o entendimento da informação originária do patrimônio cultural, nas suas múltiplas apresentações.

O artigo 216, da Constituição Federal de 1988 também discorre, com bastante intensidade, a questão sobre Patrimônio Cultural. Um só artigo específico trata da conceituação, caracterização e formas de preservação do acervo histórico do País. Pelo texto, o patrimônio cultural engloba

[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 2012, p.57).

Percebemos que a constituição brasileira adota um conceito mais amplo de Patrimônio Cultural, rompendo com a visão elitista que considera apenas as manifestações das classes dominantes como objeto de preservação cultural, incorporando os costumes dos diversos grupos étnicos que constituíram a formação do povo brasileiro.

Fonseca (2003) considera que a ampliação da noção de patrimônio cultural é resultado dos efeitos da globalização. Se por um lado ela é benéfica, na medida em que aspectos de uma cultura até então considerada por olhares externos como tosca, primitiva ou exótica, ao serem reconhecidas e valorizadas passam a ser vistas de outra forma, por outro lado pode existir uma banalização deste conceito, onde tudo pode vir a se tornar patrimônio.

Ainda sobre a ampliação da noção de patrimônio cultural, Ceravolo (2010) afirma que o conceito foi se fragmentando em subdivisões que lhe foram modelando como campo de especialidade, sendo hoje complicado dele falar sem que se apontem diversas particularidades. A ideia de patrimônio então, de acordo com a autora, se atrela outras categorias como a memória, a identidade, a cidadania, “num crescendo que leva junto os seus contrários, ainda que de modo escamoteado, como o esquecimento, o abandono e a marginalização social” (p.46).

A fim de evitar esses contrários mencionados pela autora, é que se torna essencial a busca de meios de conservação e preservação do patrimônio, seja material ou imaterial, visto que, uma das principais funções do patrimônio, sem sombra de dúvidas, é a conservação da cultura de um grupo, de uma sociedade. É servir de ponte entre o passado e o presente, permitindo aos sujeitos conhecer seus costumes, suas tradições, ou seja, as singularidades da sua herança cultural, aquilo que os diferencia dos demais grupos existentes, reavivando-lhes o sentimento de identidade.

Tal herança cultural adquirida pode fornecer informações significativas acerca da história de um país e do passado da sociedade. Por terem esse papel, acabam por contribuir na formação da identidade desse país, como também na formação de grupos, nas categorias sociais e no resgate a memória, desencadeando assim uma ligação entre o cidadão e suas raízes. Em vista disso, sua preservação torna-se fundamental no que diz respeito ao desenvolvimento cultural de um povo, uma vez que reflete em sua formação sociocultural. (ROCHA, 2012, p.1-2)

Descobrir sua herança cultural significa encontrar-se, se diferenciar dos comportamentos de outros grupos. É justamente o patrimônio cultural que nos fornece informações importantes acerca da memória social de uma dada sociedade, como sua forma de se comunicar, seus relacionamentos, sua culinária, enfim, toda singularidade cultural existente naquele grupo.

Neste sentido, memória e patrimônio andam juntos, tendo em vista que o segundo é a forma de se preservar o primeiro. “O patrimônio possui a capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas a ele, e por isso, é alvo de estratégias que visam a sua promoção e preservação” (ROCHA, 2012, p.2)

Corroborando acerca das relações existentes entre memória e identidade, Oliveira (2013) certifica que é a partir da construção e do compartilhamento da memória que o homem se reconhece como parte integrante de um grupo e luta contra a invisibilidade de sua classe.

Bezerra (2012) faz uma constatação similar quando garante que o fortalecimento da identidade de um povo passa essencialmente pela questão do patrimônio,

[...] como elemento que fortalece o sentimento de pertencimento a uma comunidade, cultura ou tradição, que permite realizar o elo entre passado e presente. Esse elo entre presente e passado construído através da tradição, em especial da tradição oral, é algo comumente estabelecido nas comunidades onde a cultura escrita mesmo presente, não legou documentos e demais textos produzidos no interior destas mesmas comunidades. (BEZERRA, 2012, p.2-3).

No entanto para que exista o fortalecimento deste sentimento de pertencimento pela comunidade, não basta apenas preservar o patrimônio, mas é necessário propor práticas patrimoniais para esses bens, como defende Oliveira (2013) “o uso viabiliza não só o conhecimento, formação, interação, mas, sobretudo, a noção de pertencimento e identificação” (p.8).

Pensando da mesma forma, Azevedo Netto (2008) garante que a preservação do patrimônio só faz sentido quando o sujeito se identifica com ele, e é efetivada quando

[...] se promoverem ações que façam com que a comunidade se aproprie desses bens como maços de sua memória e identidade, mesmo que focada no território. Para tanto, esses grupos devem ser motivados a abandonar uma postura passiva no processo de transferência da informação, passando a um papel ativo, de ator, em que, além da informação transferida pelos pesquisadores, eles constroem as referências de significação dessa informação. (AZEVEDO NETTO, 2008, p.16)

Fragoso (2008) relaciona algumas ações que devem ser promovidas a fim de que os sujeitos criem o sentimento de pertencimento em relação aos patrimônios. A autora salienta que, primeiramente, é preciso disseminar as informações

patrimoniais<sup>6</sup>, como ação de divulgar, comunicar, disponibilizar, antes mesmo do ato de preservar, pois “é o conhecimento resultante do processamento da informação associado à vivência e à experiência, que leva o sujeito social a transformar-se, a mudar de atitude em relação ao que deve ser selecionado para preservação”. Completando seu raciocínio, ela salienta que “as ações de disseminar e preservar devem vir associadas em uma ação conjunta, como carregam os conceitos informação e conhecimento, em um movimento cíclico, na relação: o *que*, *para que* e *para quem* preservar.” (p.55)

A informação é o principal instrumento de preservação. A informação desvenda, exterioriza a memória. Nesse sentido, a informação conduz ao conhecimento e este à transformação, ou seja, à educação. A questão da preservação é também uma questão de educação, de conscientização que se efetiva como fruto da informação. Preservação também pressupõe a conscientização (FRAGOSO, 2008, p. 56).

Fica evidente a importância da informação no processo de preservação patrimonial, pois tanto os elementos simbólicos quanto o material necessitam de representações que auxiliem a identificação do bem preservado para identificar-se no compartilhamento de experiências, que acarretará na construção da memória coletiva.

Diante dessa necessidade de informação para entendermos o patrimônio, assim como a identidade cultural, na próxima seção discorreremos, como a Ciência da Informação enxerga a memória, e qual memória é objeto de estudo desta ciência.

### 3.2 A MEMÓRIA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Como já foi citado anteriormente, para Le Goff (2003), em um primeiro momento, a memória seria a capacidade de armazenamento de determinadas informações, quer por um indivíduo, que por um grupo, uma comunidade. No entanto, entendemos que o conceito de memória pode variar dependendo da área do conhecimento onde será estudada, a fim de atender as necessidades de cada pesquisa. Galindo (2012) procurando definir uma noção de memória para Ciência

---

<sup>6</sup> A informação representada nos patrimônios, quer seja no cultural ou em outras adjetivações, recebe a denominação informação patrimonial. É a informação pertencente a um patrimônio, ou seja, a um conjunto de bens materiais e imateriais, selecionados, armazenados em museus, arquivos, bibliotecas, centros de documentação e outras instituições, preservados para servirem de construto da memória e formação da identidade de um grupo social. (FRAGOSO, 2008, p.61)

da Informação reafirma que no conhecimento popular, o termo invoca o sentido de passado, muito próximo a disciplinas como arqueologia, história e arquitetura, todavia, para a Ciência da Informação “o tempo passado revela apenas parte de uma semântica incógnita, aplicada a circunstâncias muito específicas”. (p.222)

Na verdade, os lapsos da memória induziram o homem a procurar meios externos para perpetuar seus conhecimentos, seu passado, sua identidade, visto que a vontade de registrar e guardar seus saberes sempre existiu na natureza humana. Salvaguardando informações importantes estariam assegurando que as gerações futuras tivessem acesso a essa memória preservada, caso eventualmente ele pudesse ter a necessidade de uma consulta. É neste sentido que encontramos uma relação muito direta entre Memória e Informação:

Quanto à relação entre informação e memória, ela pode ser considerada, na medida em que um determinado elenco de informações que se referem ao passado de um grupo são reunidas e relacionadas entre si, como forma de dar um sentido de compartilhamento de passados, constantemente construídos e reinterpretados. Assim pode-se exemplificar a relação entre a informação e a memória na multiplicidade de suportes que a informação pode assumir, no seu processo de representação através da cultura material, expressos como documentos e monumentos. (AZEVEDO NETTO, 2007, p.14-15)

Ou seja, a memória é um fenômeno construído a partir de informações socializadas e incorporadas ao discurso de uma determinada comunidade, que oferece à sociedade um senso de identidade, e a documentação referente a essa memória é um dos objetos de estudo da Ciência da Informação. Sendo assim, o conceito de Le Coadic (1996) para informação está muito próximo do que a Ciência da Informação - CI entende como memória: “um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual; [...] transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita [...]” (p. 5).

Corroborando com as afirmações acima sobre a relação memória e Ciência da Informação, Tavares e Silva (2012) asseguram que

Na Ciência da Informação o estudo da memória, tanto individual quanto coletiva, coloca-se como objeto de investigação científica que permite o acesso a registros do passado, buscando atingir formas de preservar as experiências do conhecimento científico, político, social e cultural. Esses registros dizem respeito a reflexões do inconsciente, de vivências e experiências, histórias de vida, individuais e coletivas que vão sendo construídas ao longo do tempo. (p.3)

Evidentemente, essa relação entre memória e informação se dá, como demonstra Fragoso (2008), de uma forma intrínseca. As informações selecionadas que passaram pelo filtro individual ou coletivo vão sendo conservadas pela memória que, por sua vez, “precisa de uma representação ou de um suporte de informação para exercer suas funções e significações históricas, seja esse suporte um indivíduo, um grupo social, um monumento ou um documento” (p.53).

Em relação a esses suportes de informação, nenhuma tecnologia foi tão revolucionária para a preservação da memória quanto à invenção da escrita, tendo em vista que, com ela, conseguimos acumular textos aos quais recorreremos na busca de soluções de problemas a resolver. No entanto, Dodebei e Gouveia (2008) salientam que a medida que a massa documental se ampliava, se impunha a necessidade de classificá-la e dotá-la de índices de recuperação, caso contrário a inacessibilidade do texto desejado transformaria a fonte do saber em lixo orgânico, e o que deveria ser lembrado, seria eternamente ou temporariamente esquecido. Daí a importância de lugares de memória específicos para cada tipo de memória artificial e documentária existente.

Essas memórias artificiais e documentárias constituíram bibliotecas e arquivos. Se ampliadas as formas de registro para as imagens bidimensionais, como a fotografia e em movimento ou sonoras, como o cinema e a música vemos a criação de acervos fotográficos, cinematecas, fonotecas. Da seleção dos objetos que circularam nas sociedades primeiras ou primitivas e nas sociedades urbanas e plurais formaram-se os museus como hoje conhecemos. (DODEBEI; GOUVEIA, 2008, p.92)

As autoras ainda salientam que as memórias documentárias são representações de uma memória coletiva e como representações são, ao mesmo tempo redutoras e duplicadoras do conhecimento produzido. (DODEBEI; GOUVEIA, 2008). Neste contexto fica clara a necessidade do estudo da memória registrada (artificial ou documentária) em seus diversos suportes, pela Ciência da Informação, e que são nas bibliotecas, arquivos e museus que essa relação se faz ainda mais presente.

Ribeiro (2010) reafirmando esta relação indica que as bases de dados, os museus, os arquivos, as redes e as bibliotecas como equipamentos coletivos de recuperação da informação forneceram novas maneiras de compreensão cognitiva ao mundo contemporâneo. Deste modo, esses lugares, garante a autora, associados às atuais preocupações de elaboração de políticas voltadas para a

organização, tratamento, a preservação e a conservação documental estabelecem um novo cenário, em que assuntos referentes ao patrimônio e a memória validarão tais instituições como ambientes efetivos de atividades de conhecimento e comunicação.

Não obstante, é preciso salientar que, para a Ciência da Informação a memória produzida ontem tem o mesmo valor como objeto de estudo que registros centenários, eleitos como representativos de interesse histórico ou patrimonial. De acordo com Galindo (2012) não é dever da Ciência da Informação a reconstrução do passado histórico memorial, ela antes pretende compreender a origem dos registros e os fenômenos que envolvem a criação, o tratamento e o uso social da informação, cuidando de maneira a antecipar de prováveis meios de corrupção, dano ou perigo, “entendimento apropriado ao ofício da curadoria, aquela função que busca zelar pelo interesse público sobre os produtos da inteligência” (p.223).

Em linhas gerais, escrever sobre a relação memória e Ciência da Informação é quase sempre refletir sobre passado e presente, e sobre a necessidade humana de guardar e conservar o passado em nosso presente, para usar/disponibilizar no futuro. Dito isso, podemos afirmar que são nos lugares de memória que essa aproximação fica evidente. Esses espaços: museus, bibliotecas e arquivos são os objetos de estudo do próximo capítulo.

#### 4 LUGARES DE MEMÓRIA OU DE ESQUECIMENTO?

A memória, como afirmado anteriormente, é viva e emerge da sociedade e sua preservação está associada a espaços físicos socialmente instituídos e legitimados para sua guarda e eventuais consultas, como por exemplo, arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação.

Essas instituições surgem pela necessidade que temos de uma lembrança, de evocar o passado para estabelecermos nossas ações no presente. Fixamo-nos a esses resquícios de memória em virtude da nossa falta de capacidade de usufruir destas memórias diariamente; ou seja, não possuímos mais o costume de celebrar essas memórias habitualmente, sendo assim recorremos aos lugares para que elas não sejam condenadas ao esquecimento. No entanto os lugares de memória não são apenas lugares físicos,

[...] são também mentais, espaços imaginários onde quase não há preocupação utilitária, onde habitam coisas e não seres. Esses “lugares”, refúgios para os indícios, as marcas, os sinais do que se passou, permitiriam uma visão, ou melhor, uma “re-visão” da memória, pois, através do que neles está contido, nos seria possível apreciar o que é lembrado ou esquecido em relação ao passado. (OLIVEIRA; SANTOS, 2009, p.1),

Os autores indagam então, “onde” estariam esses “lugares” e que “coisas” poderiam ser encontradas neles? Fazendo uma alusão ao *Coelho* do livro “Alice no País das Maravilhas” (personagem controlador do tempo e o portador das informações), eles garantem que o pesquisador que busca a resposta para essas perguntas, assim, tal como

[...] as “meninas sapecas” das fábulas, que seguem um “coelhinho enigmático” em busca de respostas para as suas inquietações, caminha num campo “enciclopédico” de mil possibilidades e respostas e descobre inicialmente que os “lugares de memória” não apenas *estão*; eles *são*! São as bibliotecas, as coleções, os arquivos, os museus e muitos dos seus pertences. Parte, então, em visita a alguns desses “lugares”, tendo por “coelho-guia” autores que falaram, cantaram ou recitaram sobre eles. São filósofos, historiadores e poetas que refletiram – cada qual à sua maneira e com a linguagem própria da sua área – sobre esses espaços e coisas que podem ser tomados como objetos ou instrumentos da pesquisa científica, todos eles preocupados com fenômenos do passado. (OLIVEIRA; SANTOS, 2009, p.1-2).

Parafraseando a metáfora dos autores acima, podemos afirmar que Pierre Nora (1993) foi um dos “coelhos-guia” mais importantes da história recente dos

estudos sobre essas instituições. Foi o autor que cunhou o termo “lugares de memória”, utilizando alguns parágrafos para conceituá-los. De início ele afirmou que esses lugares, “são, antes de tudo, restos”, garantindo que “museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhais de outra era, das ilusões e eternidades”, e que guardam as diferenças entre os povos, dando-lhes “sinais de reconhecimento e pertencimento de grupo numa sociedade que só tendem a reconhecer indivíduos iguais e idênticos”. O autor defende que não existe memória espontânea, por isso seria preciso criar “arquivos, manter aniversários, organizar celebrações [...]” (p.12-13).

Ou seja, o historiador, na sua tentativa de solucionar a questão da falta de memória, observa que se não existe uma memória espontânea e verdadeira, existe, entretanto, a perspectiva de conectar-se a uma memória reconstruída, que nos forneça o sentimento de pertencimento, de identidade.

Portanto, no contexto de Nora (1993), esses Lugares de Memória aparecem quando a memória se tornar consequência de um arranjo intencional e seletivo, de espaços físicos ou virtuais que se organizam para servir de apoio à preservação da materialidade simbólica.

De acordo com Pollak (1992) alguns lugares nos remetem a lembranças de um passado, que pode ser pessoal ou não, mas que deixaram marcas que por variados motivos merecem ser lembradas. O lugar onde passamos nossa infância, por exemplo, permanece muito presente nas nossas memórias. Com algumas particularidades, também encontraremos na memória coletiva lugares de apoio da memória, os quais denominamos lugares de comemoração. Os monumentos erguidos em alusão a algum acontecimento especial da história de um povo são um exemplo que podem provocar uma rememoração de um período que a pessoa vivenciou, ou até mesmo de uma lembrança que não é pessoal sua, mas que faz parte de sua memória em função da memória do grupo.

Verri (2013), no prefácio do livro *Memorart*, produto do seminário homônimo, realizado em setembro de 2012, do qual foi organizadora, afirma que a cidade é o Lugar de Memória onde a informação e o conhecimento adquire materialidade. Para salvaguardar essa informação registrada são construídos outros lugares de memória, que são “edifícios monumentais, chamados bibliotecas, arquivos e museus”, que abrigam o patrimônio cultural de um povo, de uma cidade, de uma

nação, “na tentativa de manter avivada e preservada as reservas da memória que sob demanda são dadas à difusão” (p.5).

[...] O direito e o acesso à memória ou às histórias orais, escritas ou visuais são como bens culturais que se acumulam ou se desfazem. As ações socioculturais que dão relevo ao uso e à valorização desses registros, postos em lugares de memória, passam a envolver o espírito do homem e a permitir diferentes modos de compreender, interpretar e rever o passado, no presente das cidades. (VERRI, 2013, p.5-6)

Identidade e memória se concentram nestes lugares privilegiados, e esse objetivo de identidade fica bastante explícito, quando podemos mensurar o avanço humano, nas diversas áreas do conhecimento, ou a tradição e costumes de uma comunidade, através de uma visita em uma biblioteca, ou em um museu, por exemplo. O número e diversidade de obras que constam em seus acervos devem reunir muitos dos resultados mais importantes da trajetória intelectual humana, que “promoveram o contentamento ou o sofrimento; enfim, tudo que mereceu ou que pôde ser anotado e que, portanto, recebeu a imortalidade, reunido e arquivado num único espaço físico, porém, ilimitado, como imaginamos que seja um universo.” (OLIVEIRA; SANTOS, 2009, p.4)

Em suma, estas organizações criadas com o objetivo de salvaguardar e preservar a memória devem ter como missão e ação “organizar, guardar as informações de memória e preservá-las para a construção do futuro e a compreensão do passado; e como objetivo primordial disponibilizar e disseminar as informações contidas e representadas nos diversos suportes materiais.” (FRAGOSO, 2008, p. 64).

Portanto, competem às instituições-memória o propósito de preservar a memória social, resguardando assim a identidade cultural de cada povo. Fragoso e Azevedo Netto (2011) definem esses espaços como sendo órgãos públicos ou privados, instituídos social, cultural e politicamente, com o fim de preservar a memória de um indivíduo, de um segmento social, de uma sociedade ou de uma nação, disponibilizando informação patrimonial como fonte de pesquisa.

Complementando a afirmação acima, Silveira (2012) defende que a instituições-memória “[...] são instituições que nos permite acessar, por intermédio de seus acervos, as experiências comuns a toda humanidade, bem como as razões e os intentos de cada um de seus usuários em particular” (p.7).

São os lugares onde a memória pode se exteriorizar, onde a memória é teoricamente organizada, se apresentado nos documentos, nas coisas, nas manifestações coletivas mostrando que são muitos os sentidos de memória e são muitos os sentidos de lugares da memória. Cabe ao pesquisador, diante dos vestígios, registrados ou não, nesses espaços de rememoração, a atividade de resgatar a memória, pleiteando, de alguma forma, a construção de uma identidade local.

O resgate da memória é de suma importância devido à construção de uma identidade consistente, para isso é necessário que não deixe de rememorar, ir a busca das raízes, das origens, do âmago da sua história. A memória tem um caráter primordial para elevação de uma nação, pois aporta elementos para sua transformação, sendo um elemento essencial na constituição da identidade individual, coletiva e institucional. (BATISTA, 2005, p.28)

Dialogando com o autor acima, podemos afirmar que a identidade cultural e a memória constroem-se de forma mútua. Investigando-se as origens e costumes de cada povo, é fácil compreender que a cultura e a memória são complementares, e que a cultura, em parceria com o que está em volta, são imprescindíveis para a construção desta identidade.

Vale salientar que os avanços tecnológicos também mudaram a concepção de Lugares de Memória, visto que os mesmos se tornaram mais móveis, como defende Holanda (2013, p.13), que inicialmente “a concepção anterior de lugar de memória subentendia uma topografia: um museu, uma igreja, um arquivo público ocupavam na configuração da cidade um dado espaço/lugar tendo uma finalidade ou uma função bem precisa.” No entanto, de acordo com o autor, o suporte digital permite tornar a memória mais fluida, em movimento, sempre acrescentando algo novo, uma descoberta recente. Holanda (2013) exemplifica sua afirmação com o site sobre a memória em torno do cantor Tim Maia: “[...] o site reanima o livro: ali as pessoas podem ouvir todas as músicas das quais se falou na biografia, em versão original; com espaço para completar o álbum de foto, caso alguém detenha ainda algum material que queria partilhar.” (p.14) e ainda complementa “[...] Os tablets carregam nossos arquivos, arquivam nossa memória, memorizam nossas documentações”.

Estariam então os Lugares de Memória, enquanto espaços físicos, fadados ao esquecimento? Jaime Robredo, em seu artigo “Do documento impresso à

informação nas nuvens: reflexões”, publicado em 2011, tem uma resposta plausível para essa indagação:

O que se pode antever é que da mesma forma que a televisão não acabou com o rádio nem com o cinema – bem pelo contrário, este sobrevive naquela – e que nenhuma das duas acabou com a imprensa, nem o digital com todas elas, os espaços serão repartidos e/ou compartilhados, todos evoluindo e se beneficiando dos avanços de todos e de cada um. E as bibliotecas e os museus? Cada um na sua; beneficiando-se mutuamente do compartilhamento dos recursos de todos. Com os pés no chão e a cabeça nas nuvens. (ROBREDO, 2011, p.37)

A verdade é que, não é muito difícil um lugar de memória se tornar um lugar de esquecimento. Basta lembrarmos, como bem observa Fragoso (2008), que um lugar de memória não poderá guardar e preservar a memória enquanto lembrança viva. O que estes lugares custodiam é justamente as suas representações em documentos e monumentos. Estes, por sua vez, retêm mecanismos que fazem reviver as lembranças nos indivíduos por meio da revocação aqui entendida como rememoração do passado. “Cada monumento ou documento guarda em si uma diversidade de aspectos que se constituem uma riqueza *da/e/para* a memória.” (FRAGOSO, 2008, p. 69) Se não existem meios que permitam essa revocação e rememoração do passado, podemos concluir que esses lugares não atingem seus objetivos, estando então, os conhecimentos registrados em seus documentos, fadados ao esquecimento.

Ou seja, bem mais que um espaço onde se depositam e se guardam livros, documentos informacionais ou qualquer outro material capaz de carregar aspectos do conhecimento, os lugares de memória, haja vista seu potencial democrático, de agregar e socializar as pessoas, acabam por exercer um papel importante no cotidiano das sociedades contemporâneas: é em volta deles que a vida social se transforma, na medida que estimula a produção e a negociação de referenciais de memória e identidade vividos socialmente, além de abrigarem o patrimônio cultural do local onde estão inseridos.

Sendo instituições criadas também com a função de preservação da memória e o patrimônio, outros espaços, além dos museus, arquivos e bibliotecas, são incluídas como Lugares de Memória, tais como academias de Letras, Fundações, Centros Documentais e Institutos, cuja missão principal também é a preservação e difusão da memória social. (GALINDO, 2015)(FRAGOSO, 2008).

Nas seções a seguir discorreremos sobre as instituições-memória, mas precisamente, as bibliotecas públicas, os arquivos e os museus, na perspectiva de instituições responsáveis pela guarda das lembranças e construção da Identidade Cultural de seus usuários.

#### 4.1 A MEMÓRIA NAS BIBLIOTECAS

Pensando em viabilizar a guarda, organização e acesso aos registros de um povo, de uma nação, no decorrer da história, a fim de transmitir a cultura preexistente e a cultura de outras sociedades para as futuras gerações, o homem considerou juntar todo conhecimento humano registrado em um mesmo lugar, formando assim coleções e criando serviços a elas vinculados. Estas coleções, de acordo com Milanesi (2002) foram batizadas de bibliotecas, pelo seu tamanho e variedade, sinalizando o grau de riqueza de uma sociedade. Cada uma guardava parte da produção intelectual de um período histórico, de um povo. Por essa razão, esses registros gráficos necessitavam ser preservados e organizados. Por isso, a biblioteca surgiu como uma instituição essencial para atingir tal propósito, reunindo, tratando e disponibilizando livros e outros documentos aos interessados nas informações neles contidas.

Conhecer a origem das bibliotecas implica em abordar a produção de conhecimentos e dos registros de conhecimentos, pois, desde a sua origem na Antiguidade Clássica, a biblioteca é um espaço de preservação dos conhecimentos gerados pela humanidade a partir de diferentes sociedades. (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2008, p.29)

A origem das bibliotecas é a mesma do aparecimento da escrita. Já a função das instituições passou por transformações no decorrer da história: as primeiras que se tem notícia funcionavam como depósitos onde se guardavam os registros maneira organizada. Ao decorrer da sua jornada, assumiram variadas funções, segundo sua missão, coleção e usuário a que se destinam, classificando-se em categorias diferentes: públicas, privadas, universitárias ou acadêmicas, especializadas, entre outras. No entanto, Rodrigues (2015) esclarece que,

Independentemente da sua tipologia, bibliotecas passaram ao longo do tempo a ser identificadas como organismos culturais, instituições onde se promove a salvaguarda do patrimônio bibliográfico, estabelecimentos onde

é possível ter acesso ao conhecimento produzido e acumulado pelos seres humanos, lugares onde a memória coletiva encontra sua materialização através do registro escrito e de onde é possível obter referências por meio das quais nossa memória individual e coletiva e nosso patrimônio cultural se fazem perceber. (p.243-244)

Logo, as bibliotecas públicas são vistas como instituições cuja funcionalidade primeira consiste em salvaguardar e democratizar a memória cultural de um determinado povo, através dos seus registros, contribuindo de maneira definitiva à construção da identidade cultural da sua população. Por isso, essa pesquisa defende as bibliotecas públicas como Instituição-Memória, mesmo que a priori, as mesmas não tenham sido instituídas para o fim memorial, com exceção da Biblioteca Nacional (instituída para salvaguardar a memória nacional).

Neste contexto, Cunha Júnior e Correia (2007) afirmam que a biblioteca pública é uma instituição imprescindível para a humanidade, pois pode ser responsável pela memória também de um estado ou cidade. Teoricamente, ao alcance de todos, é capaz de avivar a criatividade, a descoberta de um mundo novo a quem dela se apossa. Sua importância cresce à medida que desloca sua riqueza (a informação) para a população (usuários). Por isso, salienta os autores, “[...] é preciso descobri-la, torná-la parte da vida de todos, melhorá-la constantemente. Sem o direito à informação nenhuma sociedade poderá mudar sua realidade.” (CUNHA JÚNIOR; CORREIA, 2007, *on-line*)

Para Silva (2015) a biblioteca pública tem várias potencialidades sociais e culturais, devendo atuar como representante destes setores, logo, como local privilegiado de promoção do acesso, a disseminação e uso da informação e da cultura como direitos humanos. Sendo assim, são elementares no processo de construção da identidade cultural.

A biblioteca pública assume muitos papéis perante a atual sociedade, sendo um espaço gratuito de disseminação da informação, que deve prover informação da melhor forma possível, buscando sempre atender as necessidades do usuário. É da biblioteca que sai a informação para tentar suprir a carência informacional de seus usuários e é através disso que se poderá ter a construção do conhecimento, peça-chave para a mudança de uma sociedade. (FRÉITAS E SILVA, 2014, p.126)

Considerando então a função social da biblioteca pública, Suaiden (1980) assegura que:

O livre acesso ao conhecimento registrado é pré-requisito para a formação de comunidades autoconscientes, integradas na cultura de sua nação, ajustadas ao seu tempo e aptas a encontrar o equilíbrio na síntese das ideologias possíveis, que tornam tão variadas as opções de vida na sociedade contemporânea. (p.2)

Corroborando com a citação acima, Freitas e Silva (2014) também entendem que a função primordial da biblioteca pública é a de promoção do livre acesso à informação, buscando integrar a sociedade com essas informações por ela disponibilizadas. Seu papel, de acordo com as autoras, não é somente disponibilizar o acesso a esses registros, e sim promover serviços que instigue o uso desses despertando em cada um o prazer da leitura, bem como a identificação com a cultura daquele local no qual a biblioteca está inserida.

Conforme o manifesto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)<sup>7</sup>, a biblioteca pública é porta de entrada para o conhecimento e desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais, proclamando a crença na instituição como força viva para a educação, cultura e informação, e como agente essencial para a promoção da paz e bem estar espiritual da humanidade. Os serviços prestados pela biblioteca pública devem, de acordo com o manifesto, ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, independente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou status social.

A UNESCO ainda recomenda que o acervo deve refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, assim como a memória das conquistas e imaginação da humanidade. Coleções e serviços não podem ser objeto de nenhuma forma de censura ideológica, política ou religiosa, nem de pressões comerciais. As missões-chave da biblioteca pública relacionadas com a informação, a alfabetização, a educação e a cultura são as seguintes:

1. Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
2. Apoiar a educação individual e a auto formação, assim como a educação formal a todos os níveis;
3. Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa;
4. Estimular a imaginação e criatividade das crianças e dos jovens;
5. Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;

---

<sup>7</sup> Durante o “*PGCI Council Meeting*” da UNESCO, ocorrido em Paris em 29/11/1994, o conselho aceitou e aprovou o Manifesto da Biblioteca Pública preparado sob os auspícios da seção de Biblioteca Públicas da IFLA. O Manifesto foi lançado em português oficialmente em forma de cartaz, na reunião Regional da IFLA/LAC: Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas, Salvador, Bahia, em março de 1998 e distribuído para todo o País. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2010)

6. Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espetáculo;
7. Fomentar o diálogo intercultural e a diversidade cultural;
8. Apoiar a tradição oral;
9. Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local;
10. Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;
11. Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;
12. Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2010, p.23)

Mesmo que o Manifesto da UNESCO defenda que as bibliotecas atuem como um centro informacional, estimulando a coletividade, o lazer; bem como a preservação da memória, sabe-se que as bibliotecas públicas ainda permanecem distante dessas funcionalidades. Faz-se necessário que essas instituições direcionem seu acervo e atividades a fim de atender aos anseios de seus usuários (SILVA, 2014).

Dessa forma, a biblioteca pública deve ser parceira da educação, da cultura e da informação, sendo uma ferramenta importante para a promoção da paz, a partir do diálogo intercultural, além de promover o conhecimento da herança cultural, sendo imprescindível instrumento para despertar nos seus usuários o sentimento de pertencimento da cultura local, fortalecendo assim a identidade cultural daquele povo no qual está inserida. Para discorrer com o enunciado dialogamos com Gomes (2014) quando afirma que:

A dimensão da construção identitária e cultural coloca à biblioteca pública frente ao desafio de atuar e desenvolver ações dialógicas; de promover o processo de negociação dos sujeitos com o mundo material, social e simbólico, contribuindo para a formação de protagonistas sociais e culturais; para a construção da própria cultura e da identidade social [...] (p.159-160)

No entanto, nem sempre a biblioteca pública consegue exercer seu papel e contribuir para a formação da identidade cultural de um povo. Em 2007, Edson Nery da Fonseca já denunciava a real situação da biblioteca pública no país, afirmando que com poucas e raras exceções, as bibliotecas públicas no Brasil, são repartições estaduais ou municipais ineficientes, se comparadas às da América do Norte e na Europa, que são órgãos dinamicamente integrados em programas sistemáticos de educação, informação, cultura e lazer. O autor evidencia que essa realidade mudaria, caso as autoridades educacionais tivessem consciência da importância que

as bibliotecas públicas podem exercer, por exemplo, na alfabetização de adultos e na educação permanente. (FONSECA, 2007)

No mesmo ano, Cunha Júnior e Correia (2007) publicaram um diagnóstico das bibliotecas públicas da Região Metropolitana Norte de Recife, e chegaram às seguintes conclusões referentes à realidade das bibliotecas públicas pesquisadas:

1. Bibliotecas Públicas restritas a função educacional;
  2. Pouca contribuição para a cultura dos municípios;
  3. Ausência de políticas públicas à biblioteca;
  4. Falta de infra-estrutura física, equipamentos, recursos tecnológicos;
  5. Carência de recursos humanos capacitados;
  6. Acervo desatualizado.
- (CUNHA JÚNIOR; CORREIA, 2007, p.17)

Infelizmente, o cenário das bibliotecas públicas não mudou muito sete anos depois, como afirmam Freitas e Silva (2014) ao analisarem o Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais, realizado no ano de 2010, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a pedido do Ministério da Cultura (MinC):

[...] em 2009, o país possuía 4.763 bibliotecas públicas em 4.413 municípios. Foram pesquisados todos os 5.565 municípios brasileiros, o que significa que 1.152 cidades brasileiras não dispõem de nenhuma biblioteca. Segundo a pesquisa, a região Sudeste é a que possui mais municípios com bibliotecas abertas (92%), seguida do Sul (89%), Centro-Oeste (81%), Norte (66%) e Nordeste (64%). (FREITAS E SILVA, 2014, p.129)

Este contexto, analisando a pesquisa de Mendes (2013), certamente é ocasionado pela falta de apoio dos governos, principalmente, os municipais e estaduais, na gestão das bibliotecas públicas, que tem sido geralmente de omissão, descaso, quase nenhum investimento, pouca renovação e qualificação dos quadros de profissionais, contribuindo para que as essas instituições sejam verdadeiros lugares de esquecimento, deixando, assim, de cumprir sua função primordial: socialização de informações com vistas a ampliar os direitos de cidadania entre os indivíduos, e salvaguardar a memória dos lugares.

Machado e Suaiden (2015) acrescentam que, atualmente, ainda se nota um grande abismo entre a teoria e à prática, tanto os serviços de atendimento à comunidade apontado pelos pesquisadores da área, quanto às diretrizes estabelecidas pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA) (2012), encontram-se distantes da efetiva situação dessas

bibliotecas. Os objetivos estabelecidos ainda estão em um patamar muito acima dos serviços efetivamente oferecidos por elas. Portanto, segundo o autor, o conceito de biblioteca pública encontra-se em dissonância com a atuação dessas na sociedade brasileira.

Da mesma forma como as bibliotecas, os arquivos também podem ser guardiões de registros da memória da humanidade. É sobre a realidade desses lugares de memória, que iremos tratar na nossa próxima seção.

#### 4.2 A MEMÓRIA NOS ARQUIVOS

Os registros da memória da humanidade originam-se, geralmente, por meio dos documentos produzidos pelas atividades desenvolvidas nos centros das instituições, das comunidades ou das famílias. Esses registros como demonstram Merlo e Konrad (2015), postos de maneira orgânica, passam a ser rica fonte de informação. Nesta mesma perspectiva, Loureiro (2015) afirma que o documento constitui-se, assim, um instrumento precioso que possibilita a geração de novas mensagens ou a recuperação de antigas. Por isso, os documentos são como herança, perpetuando suas informações ao longo do tempo, levando aos arquivos, pesquisadores que necessitam de dados não publicados, mas relevantes às suas indagações.

Para Barros e Amélia (2009), os arquivos ganharam uma grande importância na contemporaneidade, pois, com o desenvolvimento de conceitos sociais, econômicos, políticos e culturais da humanidade, a sociedade passou a produzir um grande volume de conhecimento, necessitando assim de informações cada vez mais detalhadas contidas nos documentos arquivísticos. Sobre esse contexto, Santos, Galindo e Soares (2015, p.7) afirmam que

A Era Moderna inaugurou uma nova missão à instituição arquivo, entendendo-se, arquivo, como uma extensão da burocracia do Estado laico e, dessa realidade de guarda demandou-se ordenação e controle estratégico da matéria do arquivo – os registros – como fonte as pesquisas.

No entanto a importância da arquivologia já ultrapassa milênios, basta lembrarmos que na Idade Antiga, os sumérios já exerciam o ato político e administrativo de arquivar documentos, organizando seus símbolos, monumentos e

documentos, que atualmente, mesmo em forma de vestígios, tornaram-se patrimônio histórico e cultural. (FRANCISCO, 2014)

Vale salientar, no entanto, que o arquivo pode representar, também, a memória de uma empresa, de uma família, assim como representa a memória de uma comunidade, de um povo, de uma nação, por isso constituem-se como fonte primária de pesquisa para todas as áreas do conhecimento, visto que a função básica de um arquivo é tornar as informações sob a sua guarda disponível para seu usuário, se impondo não só como “instituição de guarda e preservação dos discursos de um povo”, mas também como “lugar indispensável para o exercício da pesquisa” (BARROS; AMÉLIA, 2009, p.57).

Pensando desta maneira, os arquivos devem servir como local de referência da produção do conhecimento, que promove a propagação da informação de maneira dinamizada, diversificada e atualizada.

Isto posto, se não existirem critérios para arquivamento, pensando na questão da produção do conhecimento, várias informações importantes podem ser esquecidas. Por isso a afirmação de que os arquivos são os detentores da memória individual e coletiva de um povo, servindo para dar suporte a construção da sua história e da sua identidade cultural.

Os arquivos são templos modernos – templos da memória. Como instituições, tanto como coleções, os arquivos servem como monumentos às pessoas e instituições julgadas merecedoras de serem lembradas. Igualmente, as que são rejeitadas, por serem julgadas não merecedoras, têm seu acesso negado a esses templos da memória e estão fadadas, assim, ao esquecimento de nossas histórias e de nossa consciência social. (COOK, 1998, p.148).

Nesta perspectiva é imprescindível a preservação da documentação salvaguardada nos arquivos, principalmente os públicos, visto que, a mesma pode e deve ser acessível à sociedade. Para isso, se fez necessária a intervenção do Estado, no que se refere a custódia destes documentos.

Dessa maneira, no Brasil, a Constituição estabelece em seu Artigo 23 a competência comum, de todas as esferas nacionais, a proteção dos documentos, bem como as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, assim como os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos. No artigo 216, a constituição considera o documento como um dos elementos que compõem o Patrimônio Cultural brasileiro:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 2012, p. 123).

Complementando a Constituição, a Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991, dispõe sobre os arquivos públicos e privados, decretando a responsabilidade do poder público a gestão documental e a e a proteção especial a documentos de arquivos, como ferramenta de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento da ciência e ainda, como elemento de prova e informação. (BRASIL, 1991)

A legislação dessa forma garante a possibilidade de resgate da memória através dos documentos que constituem os arquivos, emprestando uma sensação de segurança, de poder ir e vir dentro do universo das lembranças, assegurando um sentimento de identidade com as raízes, evitando, pelo menos na teoria, que as informações contidas nestes espaços sejam fadadas ao esquecimento.

A relação memória e esquecimento não é exclusividade dos arquivos, assim como observamos na seção anterior sobre as bibliotecas, e como veremos na próxima seção, onde discutiremos os museus.

#### 4.3 A MEMÓRIA NOS MUSEUS

Das instituições referenciadas neste capítulo, certamente o museu é o mais ligado com a rememoração, desde a origem da sua nomenclatura: do grego *mouseion*, Templo das Musas, filhas de Zeus com Mnemosine. Instituição com a responsabilidade de coletar, guardar, expor, conservar, restaurar obras e coleções que constituam a memória de um povo, segundo o julgo dos seus criadores.

Partindo do conceito de musa como arquiconceito ligado ao universo simbólico da cultura micênica (arcaica, e portanto ágrafa), é possível apreender o conceito de museu como espaço simbólico, imaterial, de manifestação da cultura em processo – espaço fluido de representação (poética) do mundo. [...] é assim, um espaço de relação. E pode assumir diferentes formas que representam a visão de mundo dos diferentes grupos

sociais no tempo e no espaço – aquilo que seus criadores concebem como “real”. (SCHEINER, 2015, p. 363)

De acordo com Mendes (2013b), foi apenas no Século XVIII, com o surgimento de alguns museus públicos que a realidade museológica entra em uma nova era. Visto que foram criados museus com outras temáticas relacionadas com as mais diversas áreas da atividade humana, além das tradicionais para a época – arte, arqueologia e história.

Nos dias atuais, o museu tem estado presente em ações culturais que vislumbram movimentos de valorização de diversas manifestações identitárias existente na sociedade. Nesse contexto, o museu está voltando suas ações para o desenvolvimento de políticas culturais e educativas que pretendem valorizar a custódia e a preservação do patrimônio e diversidade cultural existentes em seus espaços.

O museu é um espaço vivo, contraditório que comporta toda sorte de atores, projetos, bens materiais individuais e coletivos que implicam em utilização de usos, sentidos, memórias, narrativas e discursivas que produzem, reproduzem, resignificam bens e sentidos inventados, atribuídos e construídos que implica em movimentos, diferenças, acomodações, conflitos, hibridação e resistências em todas as esferas que veicula informações. (MORAES, 2015, p.9)

Neste “novo” contexto, Baubier e Reis (2012), asseguram que o museu pode contribuir como uma ferramenta pedagógica poderosa de conscientização da preservação e valorização do patrimônio, além do reconhecimento das identidades sociais e culturais, devendo o museu se tornar apreensível, legível, compreensível, como símbolo das referências de identidade da humanidade, representadas por meios dos objetos e de suas narrativas. Para as autoras, ainda convém observar que,

[...] os museus não deveriam existir somente em função dos objetos que contêm, mas em virtude dos conceitos, ideias ou conjunto de informações que esses objetos ajudam a transmitir. Isso significa que os museus também são locais informativos, meios de interação e comunicação direta com a comunidade, divulgando informações e novos conhecimentos sobre o acervo aos visitantes, a partir da exposição. (BAUBIER E REIS, 2012, p.6).

Ou seja, não basta apenas guardar e preservar o objeto. O museu deveria ser capaz de produzir conhecimento e convergir os saberes científicos. Sem uma

pesquisa permanente, a instituição não passaria de um centro de lazer e turismo. Neste contexto, Carlan (2012) enfatiza que caberia aos pesquisadores a inserção dos objetos, reclusos em suas reservas técnicas, como fontes históricas de permanente pesquisa. Ele reitera que os museus, enquanto instituições públicas, não deveriam nunca fechar as portas para a população. Devendo guardar seus acervos, mas nunca os esconder. Para o autor, os objetos arquivados nas reservas técnicas deveriam “ser analisados, estudados e apresentados ao público, acadêmico ou não. Assim, a cultura material prosseguirá no seu caminho, de construção, ou melhor, de reconstrução do nosso passado histórico.” (CARLAN, 2012, p.57)

Em artigo, publicado um ano antes na IX Semana Nacional de Museus, o autor descreveu qual seria a função da reserva técnica:

A reserva técnica, como coração do museu, deve, ou pelo menos deveria, exercer um papel primordial dentro da instituição. Ela agrega uma grande leva de objetos pertencente ao seu acervo, que por sua vez são marcas da memória. Para isso, devemos trazê-la para o campo do conhecimento histórico, decodificando suas mensagens simbólicas. Uma série de informações intrínsecas e extrínsecas a serem identificadas. (CARLAN, 2011, p.XXII)

Logo, analisando esse aspecto informacional em museus, veremos que estes acervos, convertidos em documentação, são detentores de uma memória coletiva, devendo sim, ser guardados e preservados, mas não excluídos das pesquisas acadêmicas. Neste cenário, Baubier e Reis (2012) entendem o museu como “sistema de informação”, já que podem interpretar os objetos e coleções como documentos e fontes de informação, que funcionam como dinamizadores de informações, com variadas mensagens a serem transmitidas por meio da exposição de linguagens.

Corroborando com esta ideia, Lima (2008) atesta que estas coleções guardam, em razão de serem elementos constitutivos do Patrimônio Cultural, dados que são elementos componentes de uma Informação Cultural, deste modo, para a autora, esses objetos sediados nos museus revelam-se fontes de informação.

No entanto, Moraes (2015) afirma que existem poucos investimentos nesta concepção de museu como “sistema/fonte de informação”, o que iria potencializar o conteúdo informacional dos objetos museológicos e os aspectos de recuperação e disseminação da informação, ou seja, o objeto de museu como fonte de informação.

Por sua vez, o autor garante que “o museu exige linguagem e competência técnica que se expressa para o público por meio de exposições” e acrescenta que produzir informações para este público “é um exercício complexo, pois explicita os interesses e tensões, muitas vezes, pela falta de clareza nos objetivos que se pretende atingir”. Informar, segundo o autor, é “uma decisão política e institucional que produz e exige clareza de objetivos”, partindo de “um bem social estratégico, da política pública ou de um modo de exercício de poder”. (MORAES, 2015, p.16)

É preciso então, uma postura crítica dos profissionais para que o museu não seja apenas um lugar para exposições descontextualizadas, onde nenhum tipo de conhecimento e contribuição social aconteça. É urgente pensarmos a perspectiva da responsabilidade social deste lugar de memória, como um espaço de importância singular na representação de culturas, reconstrução de identidades e preservação do patrimônio.

[...] o Museu é o terreno de disseminação da Memória Social (que, por sua vez, se faz vinculada ao patrimônio) porque, no seu meio-ambiente, instauram-se as práticas e as representações culturais que (re)interpretam e (re)transmitem a memória-mensagem incorporada aos objetos das coleções museológicas. (LIMA, 2008, p.41)

Sobre a função de disseminador da Memória Social, Meneses (1993) chama atenção para a problemática da manipulação das identidades dentro dos museus. É explícita, segundo o autor, a demanda de jovens nações, por utilizar os “museus nacionais”, por exemplo, para alimentar seu próprio projeto de identidade. Sem um questionamento quanto sua própria missão e objetivo, facilmente os museus se deixariam embarçar numa rede ideológica dominante. Quanto a questão de ideologia, Meneses (1993) distingue três níveis principais de amplitude na atuação dos museus, o universal, “por certo, se apresenta como distante do viés ideológico da identidade”, já que “postulam uma universalidade de condição.” Já o nacional é onde que maior risco corre, “em particular por sua necessidade de dar conta de uma suposta totalidade, a nação.”. No entanto, dos três, o que mais interessa nesta pesquisa é o museu local/regional. Vejamos:

[...] O museu local/regional seria aquele em que os processos de identidade encontrariam o espaço mais aceitável de expansão. Entretanto, não há porque excluí-los dos riscos. Não há, em nossa sociedade, realidade regional/local que seja homogênea e estática. Daí o perigo de tais museus exercerem papéis compensatórios de refúgio para simbolicamente

"recuperarem" uma unidade perdida ou (o que é pior) de espelhos em que narcisisticamente se procure a devolução da imagem que já tinha sido atribuída a si próprio - e que agora retoma sedutora, pronta a se transformar num termômetro com o qual se mede (etnocentricamente) toda a realidade. (MENESES, 1993, p. 214).

É justamente nos museus locais/regionais que as ações culturais devem buscar uma conexão com as funções essenciais do museu: ser espaço para a educação patrimonial, por exemplo, visando atender as expectativas do público, estabelecendo um relacionamento direto entre público e acervo, proporcionando mudanças significativas no cotidiano de seus visitantes, reconhecendo que toda instituição social reflete e se reflete nas condições e estrutura as quais se sentem parte. (BORGES, 2014)

Espera-se então, que o museu seja uma instituição dinâmica, empenhada com o desenvolvimento, a educação e a identificação do grupo a qual pertence (para isso se faz necessário que os usuários se sintam parte dele, se reconheça). Desta forma, o museu além de proporcionar o conhecimento sobre o passado ajuda na construção social dos cidadãos, pois ao estabelecer uma relação do conhecimento com o que é próprio da sua cultura, propicia a identificação do diferente e, principalmente o respeito a esta diversidade. Sendo assim, os museus estariam implicados com o futuro de cada povo, pesquisando e tornando compreensíveis os elos que nos unem as nossas memórias.

Através do exposto nas seções anteriores, fica evidente, ao menos duas dimensões referentes aos Lugares de Memória estudados: primeiro uma dimensão simbólica, atrelada aos princípios culturais e a construção da memória coletiva dos grupos aos quais pertence, em seguida percebemos uma dimensão política, já que esses lugares geralmente são resultados de um processo político e de poder das instituições (públicas ou privadas) às quais estão subordinadas.

Não obstante, percebemos também que, muitas vezes, existe nesses lugares uma superespecialização dos profissionais da informação, que resulta em uma valorização exacerbada da guarda dos objetos/registro em detrimento da democratização do seu acesso (GALINDO, 2012). Dito isto, no próximo capítulo, discutiremos o paradigma custodialista, processo que conduziu as práticas laborais desses profissionais da informação, dificultando de certa forma, nestes lugares, a disseminação da memória e a formação da identidade cultural.

## 5 O PARADIGMA CUSTODIAL E PÓS-CUSTODIAL NOS LUGARES DE MEMÓRIA

A mudança da narrativa oral para o mundo da escrita, de certo ponto, foi determinante para a criação dos arquivos e das bibliotecas, tendo em vista que essa transformação possibilitou o registro do conhecimento humano a partir da inscrição em um suporte. Essa passagem da cultura oral para a escrita, de acordo com Tanus (2014), aconteceu proveniente da necessidade do homem de registrar, preservar e comunicar os seus conhecimentos e sentimentos, principalmente os relacionados às operações econômicas, administrativas e políticas da época.

A concepção que temos atualmente sobre as bibliotecas, os arquivos e os museus como instituições privilegiadas onde guardamos, preservamos e disseminamos a produção de registros (em vários suportes) que constroem uma memória fundamental para a constituição da identidade cultural de um determinado lugar ou grupo, é extremamente recente, se comparada com a origem desses Lugares de Memória, antes encarados como repositórios de informação. (RIBEIRO, 2005)

As bibliotecas, por exemplo, conforme Martins (2002), surgem como lugares de depósito, onde mais se escondiam seus registros – primeiramente de argila, depois rolos de papiro, e então, códices em pergaminho – do que se os faziam disseminar, encaradas, como já citado, repositórios de informação.

Ainda sobre suas origens, de acordo com Ribeiro (2005), estes repositórios – que mais tarde seriam batizados de bibliotecas e arquivos – não tinham uma função definida, foram surgindo e ganhando uma estrutura cada vez mais complexa como consequência natural da atividade humana e social.

Desde os tempos mais remotos (época das chamadas civilizações pré-clássicas) que se começaram a guardar em lugares importantes e seguros (templos, santuários, palácios reais...) os registros de informação considerados relevantes para a administração financeira, as relações diplomáticas ou as funções jurídicas das diversas sociedades, reinos ou cidades poderosas, ou ainda para a educação literária, religiosa ou filosófica dos governantes e dos membros das classes dirigentes. Os núcleos informacionais assim constituídos não eram ainda apelidados de bibliotecas ou arquivos (a distinção é muito mais tardia) mas podem ser designados, à luz da terminologia atual, de “sistemas de informação”. (RIBEIRO, 2005, p.78)

Corroborando a citação acima, Miranda (2012) também evidencia que os arquivos e as bibliotecas da Antiguidade já formavam emaranhados Sistemas de Informação com um arcabouço de organização que pretendiam preservar os conteúdos provenientes das atividades desempenhadas nos templos e palácios da época, e apresenta a Biblioteca de Alexandria como um dos mais célebres exemplos de armazenamento e organização desenvolvido durante a Antiguidade, para acesso e preservação da memória registrada em suportes, nessa época, papiro.

Não existiam diferenças entre os arquivos e as bibliotecas, por exemplo, os documentos eram organizados sem distinção de tipo, mas o raciocínio de guarda se refletia como um tipo de organização da informação. (MIRANDA, 2012).

No entanto, Silva (1998) considera que a invenção do arquivo é anterior à invenção das bibliotecas, propondo, dessa forma, uma ruptura entre as origens destas duas instituições. O autor explica que os documentos salvaguardados nas bibliotecas teriam uma temática ligadas a assuntos sagrados, litúrgicos e artísticos. Já os arquivos possuíam uma maior diversidade de documentação, tais como documentos administrativos: cartas, tratados, contratos, recibos, censos, sentenças judiciais, entre outros.

Em contrapartida, a origem dos museus relaciona-se com a prática de colecionar e, segundo Tanus (2014) remonta às sociedades da Antiguidade, mais precisamente a Idade da Pedra, visto que o ser humano reúne ao redor de si objetos agrupados em determinada ordem, fruto do desvio do instinto de posse. O autor acrescenta, citando Rojas (1979), que a civilização dos objetos e dos sinais é mais vasta e mais complexa que a civilização da palavra escrita, já que a cultura humana não começou com a escrita, nem se reduziu a ela.

Miranda (2012) afirma que só com a modernização do estado e o aumento da burocracia é que os arquivos e as bibliotecas começaram um processo de amadurecimento e profissionalização, mas não houve mudanças consideráveis nos métodos e conceitos da organização interna das informações salvaguardadas nestes espaços, continuando a ordenação temática.

A popularização dos livros e da cultura impressa demandou a profissionalização de bibliotecários e arquivistas, resultando, assim, na contratação de pessoal encarregado de tratar exclusivamente das coleções existentes nestes locais. [...] Os inventários, índices e enciclopédias apareceram como uma nova forma de reunir e referenciar o conhecimento coletado e registrado. Este período foi, em grande parte, testemunho do

surgimento da Bibliografia e da consagração da Imprensa como revolução da cultura do livro, anunciando a importância da Bibliografia e da dinastia dos impressos. (MIRANDA, 2012, p.31-32)

Neste contexto, com o aumento significativo dos arquivos, das bibliotecas e dos museus, tornou-se necessária a formação profissional dos arquivistas, bibliotecários e museólogos, por meio de um ensino formal dos campos disciplinares: escolas de arquivologia, biblioteconomia e museologia. Essas instituições regeram a concepção de uma série de procedimentos e métodos, de caráter eminentemente pragmático, devido a necessidade de organização de seus acervos, os quais, juntamente com o aumento das experiências técnicas utilizadas ao longo da história, possibilitaram a consolidação das bases das respectivas disciplinas científicas. (TANUS, 2014)

A formação dos bibliotecários e arquivistas, de acordo com Miranda (2012) começou a ser obtida, pela prática cotidiana na sociedade moderna, em instituições destinadas a salvaguardar o patrimônio registrado das nações, ou seja, destacando-se as bibliotecas públicas e nacionais como locais que davam essa formação.

A larga produção de registros do conhecimento científico, como lastro da sociedade moderna, fez emergir – em profusão – demanda pela informação contida nos documentos arquivísticos. Arquivistas, bibliotecários, historiadores, não raro, todas as competências em um só profissional – tido como o “guardião” dos registros do conhecimento – passam a representar a erudição, tornam-se os custodiadores da matéria prima do conhecimento científico. (SANTOS; GALINDO; SOARES, 2015, p.7)

A questão é que essas instituições, a princípio, formavam profissionais da informação que valorizavam exageradamente a guarda dos objetos/registro em detrimento da democratização do seu acesso, assunto do qual discutiremos na próxima seção.

## 5.1 O PARADIGMA CUSTODIAL

De origem latina, o termo “custódia” é utilizado em várias línguas modernas, como sentido de guarda, conservação, proteção, lugar onde se monta guarda, posto militar, prisão, cadeia, prisioneiro. Tem também um sentido jurídico: ação ou resultado de proteger, guardar algo ou alguém, tutela. Outro significado conferido ao termo é de local seguro para guardar algo ou para manter alguém detido.

Depois de analisar vários dicionários jurídicos<sup>8</sup> e de terminologia arquivística<sup>9</sup>, Silva (2015) afirma que o significado de custódia tem como base concreta o local de guarda, o qual, em virtude dessa particularidade, passa a se tornar proteção. Essa proteção tem por finalidade preservar algo e também deve ser feita com cuidado e vigilância por uma pessoa a fim de manter intacto e seguro o material custodiado. A autora indica então, a existência de um núcleo comum entre as várias definições, sendo possível considerar três elementos essenciais presentes nestas definições:

O primeiro elemento é a guarda, ou seja, a custódia significa que existe um lugar para preservar arquivos e documentos. A guarda abrange a posse, ou seja, os documentos estão retidos e preservados pelo custodiante; em uma palavra, arquivados. [...] O segundo elemento é a proteção, ou seja, os arquivos são um tipo de material que precisa ser cuidado e estar em segurança, em virtude da sua fragilidade e vulnerabilidade. A proteção envolve a responsabilidade legal da instituição (produtora ou preservadora), que tem a custódia dos documentos, pela segurança e preservação dos documentos que não podem ser alterados, subtraídos e danificados. [...] O terceiro elemento é o aspecto relacional entre o material custodiado e o custodiante, o que nos leva a enfatizar que a custódia é uma relação entre os documentos e as pessoas ou instituições que os preservam. (SILVA, 2015, p. 46)

Neste sentido, a área da Ciência da Informação promove a atividade custodialista salvaguardando os registros escritos (documentos que produzem informações e guardam memórias). Santos (2015) esclarecem que a custódia destes registros do conhecimento tornou-se prática socialmente construída de preservação da informação memorial. Os profissionais da informação, representados por bibliotecários, historiadores, museólogos e arquivistas, passaram a exercer de maneira formal o exercício da custódia dos registros como um tesouro. Dessa forma, “[...] o discernimento de verdade inicia e termina no lugar de guarda, a biblioteca, o arquivo e o museu assume aura de sacralidade pela missão de custodiador da prova material da memória da humanidade.” (p.44-45)

É justamente neste sentido que o paradigma custodialista pode pôr em risco a memória coletiva da humanidade, visto que é do conceito da custódia como proteção e guarda que decorre a ideia do custodiante como “protetor” do registro

---

<sup>8</sup> Dentre os dicionários jurídicos consultados pela autora destacam-se: o Dicionário Caldas Aulete; Dicionário de la lengua española (DRAE) da Real Academia Española; os Dictionnaires de Français Larousse, o Grande Dizionario Italiano Hoepli; os Oxford Dictionaries;

<sup>9</sup> Multilingual Archival Terminology; Glossary of Archival and Records terminology; Dicionário de Terminologia Arquivística de Camargo e Bellotto; Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística; Dicionário de Terminologia Arquivística de Ivone Alves; e o Diccionario Enciclopédico de Ciencias de la Documentación.

custodiado, impedindo muitas vezes sua disseminação, para garantir a proteção física, assegurando a estabilidade e a segurança destas obras sob sua guarda.

Malheiro e Ribeiro (2011) denunciam práticas de mediação custodialista “negativas” citando o romance “O Nome da Rosa” de Umberto Eco, e também o texto intitulado “A Biblioteca” do mesmo autor<sup>10</sup>. Neste texto, Eco apresenta uma ideia da biblioteca ideal e outra de um modelo negativo. Nos prenderemos no último modelo. Nessas instituições, os serviços tinham como objetivo dificultar ao máximo a vida do leitor. Nessa má biblioteca, os catálogos deveriam estar divididos ao máximo, separando-se com cuidado o catálogo dos livros e das revistas. A temática sempre escolhida pelo bibliotecário, e a entrega do livro tinha que ser bem prolongada, só podendo ser entregue um livro por vez. O leitor era considerado inimigo, por isso o empréstimo não poderia ser facilitado. O horário de funcionamento teria que coincidir com o horário comercial, porque não existia pior usuário do que o estudante-trabalhador. A descrição não termina por aí, ainda deveria ser proibido restaurar as energias na biblioteca e nem fora dela, pelo menos até não fossem devolvidos todos os livros requisitados. Encontrar o mesmo livro consultado no dia seguinte era expressamente proibido, como também era impossível saber quem levou emprestado o livro em falta. Preferencialmente essas bibliotecas não teriam sanitários, “e, um último quesito e talvez o mais cabal que dispensaria todos os outros, tem a ver com a proibição do utente entrar na biblioteca[...]” (p.158)

As autoras indicam que o paradigma custodial ainda persiste na atualidade, trazendo, em si, uma compreensão de mediação passiva e até “negativa”, antagônica ao usuário, uma vez que a prioridade estava na guarda do patrimônio cultural incorporado e acumulado, não no seu acesso ou na difusão plena. (MALHEIRO; RIBEIRO, 2011)

Neste aspecto, Galindo (2012b) afirma que

O paradigma custodialista pode ser visto como o processo que conduziu às práticas laborais de uma categoria de profissionais da informação a uma super especialização de ofício, fenômeno marcado pela valorização na função de guarda em detrimento do acesso. (p. 223).

---

<sup>10</sup> Umberto Eco apresentou esse texto na Conferência dada em 10 de março de 1981, no Palácio Sormani, sede da Biblioteca Municipal de Milão, por ocasião de seus 25 anos de atividade, inspirada na obra de Jorge Luís Borges ‘A Biblioteca de Babel’.

Santos, Galindo e Soares (2015) consideram louvável a militância no âmbito de ações de salvaguarda, visto que, sem elas, as memórias já teriam caído em esquecimento. No entanto, os autores afirmam que, historicamente, o custodialismo pode ser prática repetida, chegando a atualidade como arquétipo de gestão institucional à moda tradicional, pondo em risco à memória. Por isso, consideram importante a reflexão deste paradigma como prática “danosa” à rememoração, e explicam que os debates sobre o tema sugerem uma premissa: “o poder de guarda deve ser substituído pela necessidade de difusão e acesso da informação”. (p.12)

Esses pensamentos indicam uma mudança de paradigma, entendendo que uma memória guardada está fadada ao esquecimento, e que o ato de disseminar deve preceder ao de preservar, ou seja, um novo paradigma que esteja centrado no uso e acesso da informação de forma democrática.

## 5.2 O PARADIGMA PÓS-CUSTODIAL

A ideia de preservação nos remete a cuidado, proteção, abrigo, conservação, resguardo de algo que não pode sofrer dano ou submeter-se a perigo futuro. O receio de destruir aquilo ao qual atribuímos valor, motiva o homem a pesquisar meios de preservação. Assim, Fragoso (2008) explica que a preservação joga continuamente com a destruição, um jogo que se reproduz, totalmente ao da memória com o esquecimento.

É aqui que deve entrar a disseminação como ação de divulgar, comunicar, disponibilizar as informações a fim de conceder *corpus* de valor ao objeto a ser preservado. Nesse sentido, o ato de disseminar deve preceder ao de preservar, pois é o conhecimento resultante do processamento da informação associado à vivência e à experiência, que leva o sujeito social a transformar-se, a mudar de atitude em relação ao que deve ser selecionado para preservação ou exercer o poder seletivo para tal. As ações de disseminar e preservar devem vir associadas em uma ação conjunta, como carregam os conceitos informação e conhecimento, em um movimento cíclico, na relação: o *que*, *para que* e *para quem* preservar.. (FRAGOSO, 2008, p.54-55)

Neste contexto, Santos, Galindo e Soares (2015) afirmam que os pensamentos pós-custodiais colidem com as tradicionais práticas custodiais, pois surgem como resposta às questões sociais de um “novo” significado sobre preservação da informação, em um processo que leva em conta a produção, conservação, distribuição, acesso e consumo da informação.

Ribeiro (2005) associa a era pós-custodial a preservação da memória a partir de uma gestão com qualidade. A autora assegura que a gênese desse novo paradigma se faz sentir na década de sessenta, do século XX, em relação as atividades dos profissionais da informação, obrigando-os a apostar no reforço de sua identidade epistemológica, através da formação acadêmica na Ciência da Informação, “ciência esta recente, ainda em construção, e não totalmente isenta de polêmicas e de debates controversos”. (p.80)

A fase científica e Pós Custodial, de acordo com Miranda (2012), deriva do termo “Era Pós-custodial”, apresentado pela primeira vez por Terry Cook, arquivista canadense, e compreende a fase científica da Ciência da Informação, que tem início em 1980. Ainda segundo a autora, relativo ao seu contexto histórico, essa fase ocorre como consequência da Pós-Industrialização, Sociedade da Informação e a Globalização da economia. O Paradigma pós-custodial revela que há uma necessidade em revisitar os conceitos e definições da informação, e enfatizar o acesso a ela para entender as exigências de todos os contextos. Miranda (2012) ainda acrescenta que a ascensão das atividades de Organização e Representação da Informação pode ser atribuído ao modelo moderno de ciência, oriundo do paradigma técnico e custodial, alcançando a maturidade a partir da década de 80. Ela ressalta ainda a necessidade de uma investigação mais profunda sobre as relações disciplinares para o estudo dos problemas de informação.

Com a evolução tecnológica e criação da TI para aumentar a transmissão de mensagens, a CI é obrigada a rever suas atividades, outrora herdadas do Paradigma Técnico e Custodial para organização e armazenamento da informação, e assim se estabeleceram conceitos perante o novo modelo e as exigências da Sociedade da Informação. (MIRANDA, 2012, p.113)

A Ciência da Informação obrigou uma revisão crítica do conceito de documento, a partir do qual surgiram múltiplas consequências, que afetaram diretamente as profissões de arquivista, bibliotecário e museólogo. Ribeiro (2005) defende que esses profissionais já não podiam ser apenas guardiães da memória, que conservam, arrumam e disponibilizam documentos aos usuários, mas têm de se assumirem como estruturadores e gestores de Informação, em qualquer contexto orgânico produtor de fluxo informacional. Ainda de acordo com a autora, essa questão que perpassa pelo papel/desempenho do profissional da Informação constitui um dos maiores desafios na atualidade. Diante do volume impressionante

de informação produzida e a rapidez com que ela é disseminada graças às facilidades da tecnologia, é inquestionável que se torna impossível conservar tudo. O documento tradicional já divide seu espaço com uma realidade virtual, que se constrói e reconstrói permanentemente, transferindo-se de lugar e de suporte físico em segundos, e que se reproduz sem limites, numa pluralidade de espaços e tempos. (RIBEIRO, 2005).

A vertiginosa velocidade das mudanças tecnológicas provocou um grande impacto nas concepções de memória, documentação, arquivamento e de criação – concebida como rearranjo singular de um material disponível – no ciberespaço. (HOLANDA, 2012, p.17)

Neste contexto, Galindo (2012) assegura que foi esta mudança tecnológica que permitiu ao homem vislumbrar alguns de seus mais significativos avanços sociais no mundo contemporâneo. Para o autor, as redes de alcance mundial é a expressão mais evidente de uma sociedade de trocas de conhecimentos e saberes entre a humanidade no início deste milênio. “O futuro começa hoje. Indeterminado e arriscado. Mas infinitamente aberto à exploração, que constitui a aventura e a bênção do conhecimento” (p.36)

Sobre essa “nova” realidade, Malheiro e Ribeiro (2011) salientam que a Internet multiplicou os serviços de informação, onde a função mediadora de comunicação no espaço social e a função mediadora institucional dos profissionais da Informação não desapareceram, nem tendem, necessariamente, a desaparecer, mas, de acordo com os autores, podem transformar-se e coexistir com um novo tipo de mediação institucional, coletiva, grupal, pessoal e até anônima, interativa e colaborativa, deslocalizada ou dispersa na Internet ou redes conexas.

Esta mediação muda, porque muda também a própria forma de enxergar a memória e sua disseminação. Holanda (2012) observa que,

[...] A memória no mundo digital é individual e pública, simultaneamente. As fotos no *Flickr*, os documentos disseminados no *Google*, os vídeos no *Dailymotion* – e tudo entregue à lógica de um mercado possível. Daí a proliferação dos grupos de disseminação e de troca, os bancos de dados, os *blogs*, enfim, a distribuição de informação e a divulgação de um material cada vez mais posto a serviço de um número de usuários cada vez maior. No processo de seleção de tal memória estão os algoritmos do *Facebook*: eles que nos lembram o aniversário dos amigos mais próximos; ou que a máquina supõe assim pela frequência de acessos. (p.18)

Ou seja, as redes sociais provocaram uma verdadeira revolução na propagação de estilos de memória. Cabe agora ao profissional da Informação, considerado gestor de memória, estabelecer alguns critérios para discernir sobre o que pode ser memorável, e minimizar à profusão caótica do excesso de informação efêmera proveniente do meio digital.

Outra questão relevante, levantada por Galindo (2012) é a preservação digital. Ele justifica a adoção de práticas e estratégias de preservação digital se baseando no pressuposto da fragilidade e da conseqüente ameaça ao patrimônio digital. O autor defende que é preciso instrumentais eficientes e mais produtivos para tentar resolver este problema, capazes de gerar dados empíricos que permitam a monitoração do risco, a quantificação e qualificação refinada do tamanho e natureza da ameaça. Também é preciso avaliar o potencial de impacto e profundidade dos sinistros a que estão expostas as coleções, planejando políticas e estratégias, para então empreender ações sistêmicas de prevenção.

Desta forma, o desafio do profissional da Informação é o de deixar uma memória ativa, visto que no espaço virtual a memória se anima; memória em movimento. À lógica custodialista sucede o cuidado na preservação pela disseminação, pela distribuição virtual do material. (HOLANDA, 2012)

Neste contexto, de distribuição virtual do material, o desenvolvimento da Internet e das novas tecnologias da informação e comunicação tornaram possível a digitalização, arquivamento e disseminação de dados entre as organizações de memória como arquivos, museus e bibliotecas. Galindo (2014; 2015) aponta que dessa forma esses lugares puderam partilhar seus recursos informacionais com base em protocolos universais de troca de dados. Temos então, o que denominaremos de Sistema Memorial.

### 5.3 SISTEMAS DE INFORMAÇÕES MEMORIAIS

Já discutimos ao longo dessa pesquisa sobre a missão de preservação memorial dos arquivos, bibliotecas e museus. Nestes lugares os testemunhos materiais da humanidade eram acumulados movidos pelo sonho de torná-los passíveis de recuperação. No entanto, de acordo com Gouveia Júnior et al. (2015), em muitos destes espaços, no decorrer da história, o acesso às informações presentes nestes registros era privilégio de poucos. O custodialismo, como

mencionado anteriormente, dava ênfase a preservação e a conservação, excluindo a maioria das pessoas do processo informacional.

Com a ascensão do paradigma pós-custodial, as instituições de missão memorial passaram a contar com instrumentos voltados para o acesso e troca de informação em volume e qualidade de maneira mais recorrente.

A noção de Sistemas Memoriais tem sua origem nessa perspectiva de troca de informação entre estas instituições. Visto que, como sugere Gouveia Júnior e Galindo (2012), uma instituição, seja ela científica, tecnológica ou social, é composta por membros que, ao realizarem suas atividades acabam atuando em conjunto. Por outro lado, um conjunto que interagem e compartilham experiências, materiais e métodos, em torno de um mesmo objeto, pode representar um sistema. E se tal sistema está ligado à memória e à informação, podemos então introduzir nas considerações presentes a ideia de sistemas memoriais. O autor entende por Sistema Memorial o conjunto de organizações e aparelhos de missão memorial (bibliotecas, arquivos e museus) e outros serviços públicos, interdependentes que interagem com o objetivo comum de resgatar, tratar e preservar o patrimônio memorial em benefício das sociedades atuais e vindouras, na preservação e no acesso à herança cultural registrada. (GALINDO, 2012)

Alguns componentes naturais devem ser considerados nas análises sobre os sistemas memoriais, dentre eles: “Os programas estratégicos de promoção, preservação e acesso do patrimônio memorial, bem como a informação de interesse histórico custodiada por instituições de missão memorial.” (GALINDO, 2014)

Vale ressaltar que as teorias relativas a esses sistemas, em se tratando de instituições-memória, ainda estão sendo construídas, buscando uma compreensão associada dos espaços de missão memorial que atuam a serviço da sociedade. Gouveia Júnior e Galindo (2012) afirmam que o conceito de sistema memorial começou a integrar a agenda política nacional quando os novos marcos conceituais e práticos começavam a ser estabelecidos para a gestão da informação no Brasil, tirando-a das margens políticas governamentais.

Citamos aqui, como um importante marco, da política informacional no Brasil a Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei do Acesso à Informação (LAI). (BRASIL, 2011)

A Constituição Federal de 1988 estabelece que todo brasileiro tem o direito à informação. No entanto, durante anos esse direito foi privado, seja por práticas custodialistas, ou pela falta de interesse dos órgãos públicos. Com o aumento vertiginoso da quantidade de informação, principalmente com o advento da Internet, muitos países começaram a implementar políticas informacionais. (BRASIL, 2012)

Ferreira, Santos e Machado (2012) percebem que boa parte dessas políticas se reduz a programas e projetos de caráter imediatista para concretizar suas decisões informacionais. De acordo com autores, “São privilegiados os programas e as ações direcionadas para a dimensão material da informação, ou seja, a infraestrutura tecnológica, desenvolvendo redes informacionais que vão permitir o livre fluxo da informação.” (p.4)

Neste contexto, em 2011, um projeto de lei que regulamenta a obrigação dos órgãos públicos divulgarem todas as informações de interesse nacional foi aprovado no Congresso. A Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei do Acesso à Informação, representa um marco inicial e histórico na política de acesso informacional no Brasil. (BRASIL, 2011)

A Lei de Acesso à Informação regulamenta o direito à informação, assegurado pela nossa Constituição, dispondo sobre os procedimentos a serem seguidos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relacionados com o acesso informacional. O direito ao acesso à informação pública, contemplado na LAI, representa a legitimidade do cidadão de ser informado e se informar sobre os atos governamentais. A LAI enfatiza a dimensão epicêntrica da informação nas relações entre Estado e Sociedade Civil. (JARDIM; MIRANDA, 2015, p.2)

Com a LAI, a disseminação passou a ser a regra e o sigilo a exceção. Dessa maneira, a sociedade tem direito a qualquer informação pública produzida ou custodiada pelos órgãos e entidades da Administração Pública, salvo aquelas cuja divulgação indiscriminada possa trazer riscos à sociedade ou ao Estado. (BRASIL, 2011)

Sobre os direitos dos cidadãos decorrentes da LAI, Jardim e Miranda (2015) destaca: direito de receber informações dos órgãos e entidades que se aplicam esta lei, contidas em documentos ou registros, produzidas ou acumuladas independentes de terem sido recolhidas aos arquivos públicos. A Lei criou o que podemos chamar de transparência ativa; que consiste na divulgação de informações, por iniciativa da própria Administração, em meios de fácil acesso ao cidadão; e transparência

passiva; que consiste nos procedimentos para atender a demandas específicas dos cidadãos.

[...] Para efetivarem a transparência, todos os órgãos e entidades públicas são obrigados a manter um Serviço de Informação ao Cidadão (SIC); manter sites atualizados (exceto municípios com menos de 10 mil habitantes) com os dados em formato aberto (livre de patentes); fornecer informações sem cobrar qualquer justificativa do solicitante e de forma gratuita, exceto se houver custos na reprodução dos documentos. As informações devem ser fornecidas em um prazo máximo de 30 dias. (FERREIRA, SANTOS E MACHADO, 2012, p. 8)

Como órgãos públicos, os arquivos públicos, museus e bibliotecas públicas devem se adequar à LAI, pondo fim, em definitivo, as práticas nocivas do Custodialismo.

## 6 AS INSTITUIÇÕES MEMÓRIA DA CIDADE DE IGARASSU

Afirmar que “Igarassu é o berço do Estado de Pernambuco” não é exagero. Situado na Zona Norte da Região Metropolitana do Recife, a 28 km da capital pernambucana, o Município de Igarassu, é considerado por muitos o primeiro povoamento do Brasil.

De acordo com Guerra (1984), Duarte Coelho chegou em 09 de março de 1535 “[...] conduzindo sua esposa, Dona Brites, um cunhado de nome Jerônimo Albuquerque, e mais uma numerosa comitiva...” (p.17). Entretanto, em 1516, os portugueses, através de Cristóvão Jacques, já teriam fundada, no Sítio dos Marcos, a feitoria de Pernambuco. Foi daquela antiga feitoria, como relata Costa (1983), que o donatário deu ordem para que se levantasse e fosse erigida a Vila de Igarassu, confiando essa missão ao Capitão, seu companheiro de viagem nas jornadas as Índias, Afonso Gonçalves.

Para a nascente vila mandara êle vir de Viana seus parentes, - “que tinha muitos e muitos pobres, os quais vieram logo com suas mulheres e filhos e começaram a lavrar a terra entre os mais moradores, que já havia, plantando mantimentos e canas de açúcar, para o que começara a já o capitão a fazer um engenho”<sup>11</sup>. (COSTA, 1983, p.171).

Segundo a tradição, a cidade foi fundada em 27 de setembro de 1535, após a vitória dos portugueses sobre os índios e por ordem do mesmo Capitão Afonso Gonçalves foi erguida no local da vitória uma capela consagrada aos Santos Cosme e Damião – hoje considerada a mais antiga do Brasil. Sobre este episódio Costa (1983) descreve:

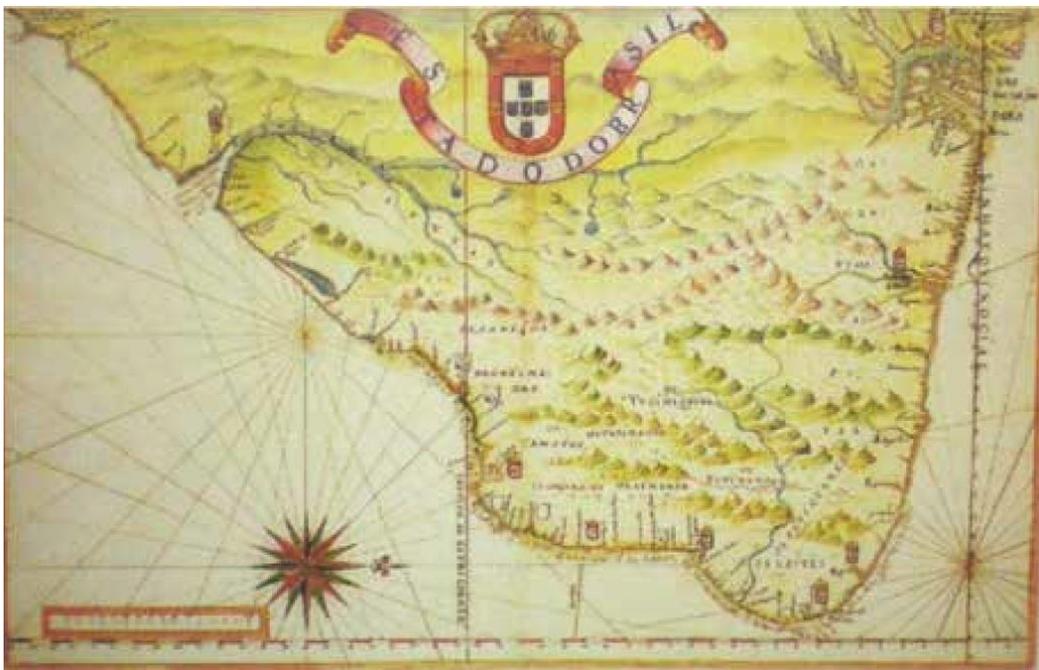
Dêste pôrto dos Marcos saiu Duarte Coelho, e deixando êsse braço do rio que cerca a ilha de Itamaracá pelo poente e buscando outra vez o mesmo rio para o sul a pouco mais de uma légua, navegando por êle acima duas ao mesmo poente ou meio dia, deram fundo e saltaram em terra, não sem grande oposição do gentio, que no alto, à margem daquele pôrto tinha mui forte e abastada aldeia, que depois de larga resistêcia, combates e pelejas, foram vencidos e afugentados os seus habitadores. Foi a última vitória a vinte e sete de setembro, dia dos gloriosos mártires Santos Cosme e Damião, e à sua memória consagraram logo aquêle lugar, levantando nêle igreja sua, e dando princípio a uma povoação, que depois passou à vila com os nomes dos Santos mártires, e foi a primeira da capitania de Pernambuco. (COSTA, 1983, p.171)

---

<sup>11</sup> Grafia conforme o original.

Infelizmente, de acordo com Pereira (2012), a historiografia brasileira pesquisou e obteve pouca documentação sobre as ocupações primitivas. Desta forma, não se pode ter com precisão a forma de ocupação e as tribos que habitavam o local. Nos registros desse período o grupo mais destacado foi o da tribo dos Caetés, documentada em 1631 no Mapa do Estado do Brasil de João Teixeira Albernaz, pode-se observar na porção leste-inferior, os Caetés na região correspondente à Igarassu, conforme ilustra a Figura 1 abaixo:

**Figura 1** - Mapa do Estado do Brasil em 1631



**Fonte:** ALBERNAZ, J. T. *Igreja de Santo Antônio de Igarassu: Memória e Futuro – continuidades barrocas*. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva, 2000.

Igarassu foi a primeira vila pernambucana onde Duarte Coelho se estabeleceu. A segunda vila surge apenas dois anos depois, capitania foi Olinda. Sendo assim, Igarassu representa o marco inicial da ocupação do território pernambucano. No entanto, apesar do valor inicial, não demorou para a vila de São Cosme e Damião perder sua importância para a recém-criada vila de Olinda, fato facilmente explicado pela proximidade maior desta última com o mar e pelo seu sítio mais alto, facilitando assim atividades de defesa e de comércio através dos portos. (MELO, 2011).

Nascimento (2014) aponta que essas constatações levam à conclusão que o processo de povoamento da Capitania de Pernambuco se deu a partir de Igarassu

em direção a Olinda. Ressalta que da Capitania de Pernambuco teve início a cultura da cana de açúcar e a indústria açucareira, o que justificaria o intento holandês de invadi-la em meados do século XVII e dominá-la até 1655; quando, de acordo com o autor, foram expulsos de Pernambuco, mas sua influência cultural de forma abrangente persiste até os dias atuais.

A Vila de Igarassu também foi saqueada na invasão holandesa à Capitania de Pernambuco em 1630. Seu conjunto arquitetônico primitivo português foi destruído, e parte do material edificado foi saqueado e transferido para Olinda para permitir novas edificações naquela vila. A Vila então passou a ter características holandesas. Melo (2011) apresenta algumas gravuras do pintor holandês Frans Post (o qual aos vinte anos de idade chegou a Pernambuco com Maurício de Nassau), com efeito, percebe-se que a paisagem urbana de Igarassu tem influência tipicamente holandesa.

Na paisagem retratada por Post na Figura 2 destaca-se a ermida de São Cosme e São Damião e o convento franciscano de Santo Antônio, erigido em 1588 e que representa o terceiro templo franciscano no Brasil. (NASCIMENTO, 2014).

**Figura 2** – Paisagem de Igarassu



**Fonte:** ALBERNAZ, J. T. **Igreja de Santo Antônio de Igarassu: Memória e Futuro** – continuidades barrocas. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva, 2000.

Andar pelas ruas de Igarassu é voltar ao passado. O sítio histórico reúne importantes igrejas, conventos, museus, entre os quais se destaca o Museu Pinacoteca como um dos mais importantes da América Latina, a Casa de Câmara e Cadeia (Câmara dos Vereadores), O Sobrado do Imperador (Casa do Patrimônio do IPHAN), além da Biblioteca Pública e o Centro de Artes e Cultura, funcionando no antigo Mercado Público.

Sobre Igarassu, Jobat<sup>12</sup> (2014, p.21) menciona:

Nossa terra é um marco em vários sentidos. Aqui foi um dos começos do Brasil, dos contatos intercontinentais com a chegada de outros povos (ibéricos, africanos, holandeses, ciganos, hebreus). Culturas, histórias, ações e reações que nos legaram nossa brasilidade e, especialmente, nossa pernambucanidade, estampada na face e no jeito de ser.

Assim, nesta pesquisa, para se analisar a contribuição das instituições-memória para a construção da identidade cultural do município de Igarassu, foram selecionados cinco espaços que, de acordo com cada missão e as ações/objetivos, são considerados responsáveis pela salvaguarda da memória coletiva local. Vale ressaltar que esse quantitativo não indica o número total de instituições existentes no município com essa mesma finalidade.

## 6.1 ARQUIVO JOSÉ DE SOUZA LEITE NETO

Denominado de “José de Souza Leite Neto”, através da Lei nº 2.807, de 08 de abril de 2013, o setor de arquivo da Câmara Municipal de Igarassu, é responsável pela conservação, guarda e disponibilização de documentos diversos do Município, e está localizado no mesmo prédio dos gabinetes dos vereadores: a Casa de Duarte Coelho, antiga Casa de Câmara e Cadeia.

Na verdade, a Vila de Igarassu teve cerca de quatro edifícios diferentes que funcionaram como Casa de Câmara e Cadeia. A primeira, já existia por volta de 1594, sendo destruída pelos holandeses, conforme se observa em certidão existente no II Livro de Tombo da vila de Igarassu, datado de 1782. [...] A segunda, construída depois de 1675, com dinheiro do subsídio da carne, foi a maior de toda a província e subsistiu até a passagem de D. Pedro II por Igarassu, em dezembro de 1859, quando já estava bastante arruinada. [...]A terceira seria o atual Sobrado do Imperador, construído para

---

<sup>12</sup> Edmario Jobat é um pesquisador Igarassuense, e fundador da ONG Siga – Sociedade Igarassuense de Cultura, História e Gestão Social.

funcionar como Casa de Aposentadoria e Correição, mas que, graças ao estado assaz ruinoso da dita Câmara, servia como tal. Por último, a atual edificação, adaptada de três edifícios públicos por volta da década de 80 do século XIX. (MELO, 2010, p.27)

Outro aspecto interessante sobre a história da Câmara Municipal é a presença de um santo católico como vereador vitalício. Na verdade, por ordem de D. José I, rei de Portugal, datada de 23 de novembro de 1754, determina que "...havendo sobejos nos bens desse Conselho seja dada a esmola de 27\$000 (Vinte e Sete Mil Réis) anualmente aos religiosos do dito Santo com o título de protetor desta Câmara". (MELO, 2010)

Essas e outras histórias do município estão sendo comprovadas graças a decisão de cumprir a Lei de Acesso à Informação. Desde o início de 2013, a Casa do legislativo do município trabalha na catalogação e digitalização de todos os documentos relacionados à administração pública da cidade. Foi implantado o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL), um sistema gratuito desenvolvido pelo Interlegis que é um programa executado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), um órgão da estrutura do Senado Federal responsável também por ações e capacitação profissional dos servidores da Casa e órgãos conveniados.

O SAPL proporciona melhorias no modo de organizar, arquivar e consultar as informações, pois essas atividades deixam de serem feitas utilizando meios físicos como papéis e fichas, para serem feitas em meio digital utilizando-se computadores, resultando em inúmeros benefícios como a redução no tempo necessário à execução das atividades, racionalização e eliminação de procedimentos redundantes, consultas diretas com uso de mecanismos de indexação de palavras, do conteúdo das ementas e dos textos integrais. (CONSISTI, *online*)

Segundo o relatório das atividades desenvolvidas no arquivo, o processo foi dividido por etapas e, em um primeiro momento, foram limpos e organizados, e só então digitalizados, livros de leis, atas, transcrições e documentos semelhantes. Documentos, como o já citado decreto que restitui a Santo Antônio o título de vereador perpétuo da cidade, em 1951, honraria concedida pelo rei de Portugal Dom João I, em 1754, já se encontram disponíveis para consulta on-line. (MADUREIRA, 2016).

Em entrevista ao Diário de Pernambuco, em 2013, o professor e historiador Jorge Barreto, um dos maiores obstáculos para o resgate dos documentos administrativos está em um passado marcado por dois desastres. Em 1632, os

holandeses incendiaram a cidade e muito do que estava na Câmara se perdeu. Depois, em 1950, teve uma grande enchente e a Casa Legislativa funcionava na parte baixa da cidade, ficando completamente inundada. (SCHIAFFARINO, 2013)

Segundo Madureira (2016) sob esta perspectiva e considerando os desafios de preservação da memória local, e de acordo com a Lei Federal de Arquivos nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991<sup>13</sup>, o Arquivo José de Souza Leite Neto, da Câmara Municipal de Igarassu, tem como **missão** recolher, guardar, tratar e preservar a documentação relativa à memória da cidade, através de uma gestão documental que visa coordenar e executar o processo de preservação de documentos históricos, e de organização do arquivamento de documentos do poder público municipal.

No que compete ao exercício da sua atividade, o Arquivo da Câmara Municipal de Igarassu executa as seguintes **ações**: salvaguardar e valorizar o patrimônio arquivístico municipal, enquanto fundamento da memória coletiva e individual, favorecendo a identidade do município; gerir infraestrutura e mecanismo de custódia, o depósito, o armazenamento, a preservação e a gestão da documentação que integre o acervo documental da Câmara Municipal de Igarassu; elaborar e propor planos de preservação e conservação do patrimônio arquivístico da Câmara Municipal de Igarassu; promover a divulgação e disseminação da informação, resultante do tratamento documental do acervo.

## 6.2 BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL HERCÍLIA BEZERRA BANDEIRA DE MELO

O Histórico da Biblioteca de Igarassu, elaborado por Melo (2005), revela que existia na cidade, em meados do século XIX um Gabinete de Leitura, antes mesmo da criação de uma biblioteca Pública Municipal. A primeira Biblioteca Pública do município somente foi criada em 7 de outubro de 1942, com o ato nº 53 de 7 de outubro de 1942, pelo então prefeito Martiniano de Barros Correia, com o nome de Biblioteca Pública Municipal Duque de Caxias. Sobre a referida biblioteca não foi encontrado registros de seu funcionamento.

---

<sup>13</sup> Lei que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, que determina em seu art. 1º que é dever do poder público a gestão documental e a proteção especial de documentos de arquivo, como instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico, e como elemento de prova e informação.

Com a lacuna causada pela falta de uma biblioteca para atender a comunidade, o então prefeito Clóvis Lacerda Leite, criou em de 25 de agosto de 1969, através da Lei nº1074, uma biblioteca pública que foi inaugurada no dia 27 de setembro de 1969. Só meses depois, em 29 de julho de 1970, com a lei municipal nº 1176, passa a denominar-se Biblioteca Pública Municipal Hercília Bezerra Bandeira de Melo.

Com o decorrer dos anos, a biblioteca funcionou em vários prédios públicos instalados no município, como no prédio da Câmara Municipal, no Sobrado do Imperador (que hoje abriga a Casa do Patrimônio do IPHAN), num casario ao lado da Escola Estadual Santos Cosme e Damião, em uma sala anexa ao Centro de Artes e Cultura, e depois ao lado do Museu Histórico de Igarassu.

Após um longo período desativada, o então prefeito Severino de Souza Silva, recuperou um prédio pertencente ao governo municipal, na rua Frei Caneca nº24, no sítio histórico da cidade, e neste local instalou a biblioteca, que foi reaberta em 02 de dezembro de 2005.

O projeto de reabertura da biblioteca teve consultoria do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por intermédio de seus estagiários, e do Sistema de Bibliotecas Públicas de Pernambuco (SBPE).

Com uma nova proposta de trabalho e um acervo que foi sendo recuperado e atualizado para atender a população, a biblioteca ressurgiu não apenas como um espaço de leitura e pesquisa, mas também como um centro de informação e difusão da cultura do povo de Igarassu.

O acervo (estimado em mais de sete mil livros) é classificado de acordo com a Classificação Decimal Universal (CDU). Cada área do conhecimento tem uma cor própria e são arrumadas nas prateleiras de forma a facilitar a sua localização.

A aquisição desses livros deu-se por meio de doações e permutas. Vale salientar que geralmente as doações estão em péssimo estado, e as verbas são poucas para a compra de novos livros. As publicações são examinadas cuidadosamente, evitando registro de obras incompletas, rasgadas, com folhas em branco ou fora de ordem. Livros com microrganismos são incinerados.

O gerenciamento do acervo é automatizado. O software escolhido possui, dentre outras funcionalidades, o cadastro de leitores, editoras, autores, classificação literária e livros. Além de gerenciar toda circulação do acervo, como empréstimos,

reservas, renovações e devoluções dos livros. Possui alguns relatórios, pouco usados pela gestão.

De acordo com Cunha Júnior e Correia (2007) grande parte dos usuários da Biblioteca são alunos do ensino fundamental das escolas públicas do município para fins de pesquisa escolares, certamente pela falta de bibliotecas escolares nas escolas da cidade e por estar subordinada à Secretaria de Educação. A gestão da unidade informacional procura sempre fechar parcerias com as diretoras e coordenadoras das escolas municipais a fim de garantir público para os eventos. Vale salientar, entretanto, que ela não restringe sua atuação apenas como uma biblioteca escolar.

[...] as atividades culturais merecem destaques. O Espaço Biblioação, por exemplo, teve uma média de duas exposições por mês, valorizando a cultura e artistas de Igarassu. Segundo o livro de movimentação, foram cerca de duas mil pessoas visitando as exposições durante o ano de 2006. A biblioteca desenvolve ainda outros projetos: Brinquedoteca, Oficinas de artes, Ler na Praça, Biblioteca Itinerante, Hora do Conto, Saraus, Palestras, Cinemateca, Videoteca Futura (em parceria com o Canal Futura), além de vários eventos temáticos, como apresentações de corais, grupos musicais, peças teatrais, entre outros. (CUNHA JÚNIOR; CORREIA, 2007, p.10)

Recentemente o Estatuto da Biblioteca passou por reformulações devido ao crescimento da importância das atividades realizadas na instituição, para se adequar às recomendações do Manifesto da UNESCO, e prevalecer sua função de instituição-memória.

Sendo assim, sua atual **missão** é contribuir para preservação da memória (histórica, geográfica e cultural) Igarassuense, bem como fornecer ao cidadão acesso à informação, visando o desenvolvimento intelectual, à promoção da leitura, cultura e do lazer.

Para atingir sua missão, a Biblioteca Pública de Igarassu estabeleceu algumas **ações** de acordo com o Manifesto da UNESCO: salvar e disponibilizar ao usuário o máximo de obras (livros, periódicos, jornais, pesquisas acadêmicas como monografias, dissertações e teses) sobre o município; promover o conhecimento sobre a herança / identidade cultural, através do acervo, de exposições, palestras e espetáculos; criar e fortalecer hábitos de leituras nas crianças desde a mais tenra idade; apoiar tanto a educação individual e autodidata, como a educação formal em todos os níveis; proporcionar oportunidades para o desenvolvimento criativo e pessoal; propiciar acesso às expressões culturais das

artes em geral; apoiar a tradição oral; garantir acesso aos cidadãos de todo tipo de informação comunitária.

### 6.3 CASA DO PATRIMÔNIO DE IGARASSU - IPHAN

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é uma autarquia federal do Ministério da Cultura, criado em 1937, tendo como objetivo a preservação da memória coletiva expressa nos bens de reconhecido valor nacional.

Segundo Almeida (2009) a ação do Instituto é pautada pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que normatiza, na esfera federal, a atividade da preservação, constituindo-se num dos instrumentos legais básicos do órgão. O referido decreto atende à Constituição federal, de 5 de outubro de 1988, quando em seu artigo 216, Parágrafo 1, estabelece:

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 2012, p.137)

Com o propósito de estabelecer novas formas de relacionamento entre o Iphan, a sociedade e os poderes públicos locais, foram criadas as primeiras Casas do Patrimônio. Esse novo espaço além de informar e dialogar sobre as atividades e rotinas administrativas da instituição, busca investir em ações de qualificação e capacitação de agentes públicos e privados e de promoção do patrimônio cultural como um dos pilares do desenvolvimento sustentável, capaz de gerar renda e de atuar a partir de noções ampliadas de patrimônio, promovendo práticas e atividades de natureza educativa de valorização do patrimônio cultural, numa perspectiva transversal e dialógica.

A Carta de Nova Olinda (2009) é o documento oficial, resultado de um encontro de avaliação referente à atuação das primeiras instituições implantadas, que estabelece diretrizes, conceitos, objetivos e premissas para a atuação das Casas do Patrimônio, como também propõe ao Iphan a criação de instrumentos legais e administrativos que garantam a sustentabilidade da proposta. Analisando este documento, percebe-se que ao atuar com base no modelo de Casa do

Patrimônio, as unidades do Iphan passam a ter um objetivo que ultrapassa o técnico e prioriza o educacional.

Não se restringindo apenas a instalação de um espaço físico as Casas do Patrimônio têm como desafio, ampliar o espaço de diálogo com a sociedade a partir da Educação Patrimonial, aumentando a ideia de gestão compartilhada e impulsionando a criação de políticas públicas de patrimônio Cultural. Para isso estas casas se utilizam de ações educacionais formais e não formais, em parcerias com escolas, agentes culturais, instituições educativas e outros segmentos sociais, para através destas parcerias, fomentar a criação de novas práticas de preservação e promoção cultural. (FLORÊNCIO et al., 2014)

De acordo com Cavalcanti e Cunha Júnior (2015), não existe um modelo padronizado, nem de atividades, nem de estrutura, para se desenvolver as ações cabíveis a uma Casa do Patrimônio. Cada uma delas exigirá um arranjo próprio, se adequando ao local e aos equipamentos disponíveis, a existência de profissionais qualificados e com nível de interação entre o poder público local e os demais agentes culturais.

O que se espera das Casas do Patrimônio, é que elas sejam articuladoras das ações educativas e aproximem a comunidade local do seu patrimônio, contribuindo assim para uma gestão compartilhada da preservação dos bens materiais e imateriais, difundindo o direito à diversidade e à memória, individual e coletiva. (CAVALCANTI; CUNHA JÚNIOR, 2015, p.33)

A Casa do Patrimônio de Igarassu surgiu juntamente com o Escritório Técnico do IPHAN, visto que existia a necessidade de implantar uma unidade da instituição no sítio histórico da cidade, levando em conta a proximidade com os municípios de Goiana e Itamaracá, também detentores de bens protegidos pela legislação federal e fiscalizados pelo IPHAN/PE. Em 2006 o IPHAN deu início a uma negociação com a prefeitura municipal para a cessão do prédio Sobrado do Imperador, para que nele fosse instalada a Casa do Patrimônio de Igarassu.

A **missão** da Casa do Patrimônio de Igarassu é constituir-se como um espaço de interlocução com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural.

Entre as **ações** das Casas do Patrimônio estão: articular coletivamente as representações do IPHAN nas unidades da federação, as instituições da sociedade civil e os poderes públicos municipais e estaduais, instaurando espaços de debate e reflexão sobre o Patrimônio Cultural; difundir informações sobre ação institucional do IPHAN de forma acessível ao público; estimular a participação das comunidades nas discussões e propostas de redefinição do uso social dos bens culturais; promover oficinas para os estudantes, educadores da rede pública municipal e estadual centradas na interface Patrimônio e Educação, com finalidade de que venham a atuar como multiplicadores desse novo enfoque; garantir práticas educativas multi/transdisciplinares, com abordagens transversais, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ministério da Educação; promover a valorização das comunidades, bem como contribuir para sua inserção técnica, tecnológica e digital, por meio de oficinas educativas que utilizem ferramentas de audiovisual, por exemplo; identificar agentes locais responsáveis por ações educativas; buscar temas geradores significativos para a valorização do Patrimônio Cultural das diferentes comunidades; valorizar ações educativas que promovam a interface entre as diferentes áreas e dimensões do Patrimônio Cultural; garantir um espaço de trocas de experiências envolvendo iniciativas de Educação Patrimonial. (FLORÊNCIO et al., 2014)

Desde que foi implantada, a Casa do Patrimônio de Igarassu desenvolve uma série de ações educativas que visam a proteção e divulgação do Patrimônio Cultural local. Dentre elas estão os projetos:

- Igarassu: Patrimônio e História – Visitas Continuadas com Alunos das Escolas Públicas aos Bens Culturais e Ambientais do Município de Igarassu (PE);
- Sobrado dos Bonecos;
- Rede de Parceiros da Casa do Patrimônio de Igarassu;
- Exposição Preservar Igarassu (Que contempla o uso do Jogo do Patrimônio 2.0 e o Jogo da Memória com temas da Cultura local); (CAVALCANTI; CUNHA JÚNIOR, 2015).

Uma das primeiras ações educativas da Casa do Patrimônio de Igarassu foi o projeto “Igarassu: Patrimônio e História” com visitas continuadas dos alunos das Escolas Públicas de Igarassu, este projeto buscou trabalhar com alunos das escolas municipais e estaduais do município de Igarassu, com fundamento na aprendizagem e valorização de conhecimentos e práticas dos quais o próprio aluno é portador.

Pressupõe-se o envolvimento de uma equipe multidisciplinar, tendo-se como principais órgãos envolvidos – no âmbito municipal –, a Secretaria de Cultura, a Secretaria de Educação, a Biblioteca Municipal, o Museu de Igarassu, a Casa do Patrimônio/Ipphan e, obviamente, as escolas do município e a comunidade como um todo. Pretendeu-se promover um diálogo permanente entre alunos, professores e comunidade, por meio do qual a equipe contribuísse para o dinamismo das práticas educacionais, a partir das necessidades e interesses da comunidade escolar local. (TORRES, 2016).

Outro projeto que merece destaque é o “Rede de parceiros da Casa do Patrimônio de Igarassu” que teve como objetivo a articulação com agentes culturais, instituições e demais interessados em ampliar os espaços de diálogo com a sociedade por meio da Educação patrimonial e ações culturais diversas, multiplicando espaços de gestão compartilhada e de construção de políticas públicas de Patrimônio Cultural. (TORRES, 2016).

O foco deste projeto é a articulação com uma rede de parceiros que possa realizar, coletivamente, um plano de trabalho integrado com atividades voltadas à preservação e valorização do patrimônio cultural de Igarassu. Desde que foi iniciado, em junho de 2015, já foram realizadas inúmeras reuniões com os diversos parceiros da Casa do Patrimônio de Igarassu, e existem propostas que estão se consolidando para que em breve sejam colocadas em prática. Através destas parcerias, é possível ouvir o que os próprios moradores e usuários do Sítio Histórico sentem e têm necessidade, desenvolvendo assim, ações educativas de maior relevância.

No entanto, a exposição “Preservar Igarassu” inaugurada em agosto de 2015, foi o projeto de maior visibilidade na pequena história da Casa do Patrimônio de Igarassu. A exposição possui painéis explicativos sobre Educação Patrimonial, patrimônio material e imaterial, informações sobre o IPHAN, as Casas do Patrimônio, o prédio Sobrado do Imperador, os aspectos históricos de Igarassu, mapas explicativos, além de informações acerca da gastronomia e algumas manifestações culturais locais.

Para se ter ideia da dimensão da exposição, a sua inauguração contou com a presença de boa parte da comunidade local e a apresentação de alguns agentes culturais. Estreitando o vínculo entre a instituição e a sociedade, aumentando o sentimento de pertencimento da comunidade com seu patrimônio.

## 6.4 MUSEU HISTÓRICO DE IGARASSU

A célula embrionária do atual Museu Histórico de Igarassu, a “Galeria da Restauração Pernambucana”, foi fundada em 24 de janeiro de 1954, graças ao Dr. José Eduardo da Silva Brito – então presidente do Instituto Histórico de Igarassu. A galeria fazia parte das celebrações do Tricentenário da Restauração contra o domínio holandês, naquele ano. Vale ressaltar que a galeria tinha sua sede provisória, no térreo do Sobrado do Imperador, e foi dirigida pelo fundador, que com muita dedicação, lutou para ampliação da mesma, adquirindo e até comprando com seu dinheiro, peças para o acervo.

Graças ao incansável trabalho do Dr. Britto, o museu recebeu por doação dos descendentes do cel. Victor Vieira de Melo, natural de Nazaré da Mata, grande número de objetos. O coronel, segundo consta em ata, manifestou a vontade de que os objetos do seu museu fossem doados ao Instituto Histórico de Igarassu. As peças, recebidas com grande apreço, formaram a “Galeria Nazaré”, a segunda do museu e inaugurada em 23 de janeiro de 1955. Aos 02 de fevereiro de 1955, quando visitava o Museu, o Arcebispo de Olinda e Recife D. Antônio de Almeida Morais Júnior, depois de dar sua bênção solene, inaugurou a “Galeria Sacra Padre Machado”, a terceira da instituição.(BARRETO NETO, 2014, p.1 )

Ainda de acordo com o histórico do Museu, em setembro de 1956, o Sobrado do Imperador, devido a um forte inverno, ameaçou desmoronar. Conseqüentemente, o Instituto Histórico e o seu museu, mudaram-se, provisoriamente, para o edifício da Casa de Câmara de Casa e Cadeia, ocupando o salão onde funcionou a intendência municipal. No entanto, a leitura das atas<sup>14</sup> de então (1957), dão conta de que o Instituto e seu Museu, foram transferido novamente para o Sobrado do Imperador, haja vista que a Sessão Magna de Setembro daquele ano foi realizada naquele edifício, que servia do mesmo modo de sede provisória para a Instituição. (BARRETO NETO, 2014)

Em 1972, não tendo como manter o acervo, o Instituto, através de convênio, repassou para Prefeitura Municipal de Igarassu a administração do Museu que, atualmente, ocupa três casas do século XIX.

Tomando conhecimento da situação em que se encontrava o Museu do Instituto, o prefeito do município Dr. Clóvis Lacerda Leite propôs um

---

<sup>14</sup> Livro primeiro de Atas do Instituto Histórico – 1953/64

convênio, que foi aceito por unanimidade. De imediato, a edilidade assumiu a administração do Museu que foi ampliado, instalando-se no prédio vizinho, adquirido pela municipalidade, o salão de reuniões e a biblioteca do Instituto. Desta forma, o Museu passou a ser incorporado ao patrimônio do município, que assumiu a responsabilidade de conservação e manutenção em agosto de 1972, época em que o prédio passou por reformas, sendo aberto ao público em solenidade realizada em 27 de setembro do mesmo ano. (BARRETO NETO, 2014, p.2 )

Em visita ao Cartório de Ofício Único, em 1983, a então direção do Museu detectou uma série de documentos importantes para a preservação da história de Igarassu e pediu guarda dos mesmos ao Juiz de Direito da Comarca, tendo em vista o péssimo estado de arquivamento dos mesmos. A custódia desses documentos só se efetivou meses depois da liberação do pedido. Quase dois anos depois, com o objetivo de preservar e catalogar toda essa documentação, foi criado o Departamento de Pesquisa Histórica (DPH).

Atualmente a instituição é subordinada à Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal de Igarassu, e tem como **missão**: catalogar, identificar, restaurar e expor peças e documentos ligados a História de Igarassu, Pernambuco e do Brasil, a fim de preservar a memória local.

Tem como principais **ações**: preservar, conservar, documentar e salvaguardar os bens culturais custodiados pela instituição; desenvolver e incentivar ações de pesquisa e educação patrimonial nas áreas do conhecimento contempladas no acervo e nas atividades desenvolvidas no museu; realizar exposições e atividades que proporcionem uma troca de conhecimento entre a instituição e o público visitante.

Seu acervo é dividido por temática. O corredor central da casa separa um espaço dedicado às artes sacras e outro que reproduz a sala de estar de uma residência, batizada Barão de Vera Cruz, numa homenagem a Manoel Joaquim Carneiro da Cunha (o nome do barão), proprietário do Engenho Monjope. Mesinhas, armário, estante, escarradeira e quadros compõem o ambiente, com janelas voltadas para o Sítio Histórico. Um jarro de porcelana francesa, apoiado numa das mesas, pertencia ao Engenho Monjope. Foi usado na recepção oferecida pelo barão ao imperador dom Pedro II, que pernitoou em Monjope. Pedro II visitou Igarassu em 5 de dezembro de 1859, numa viagem pelo nordeste brasileiro. (BARRETO NETO, 1999).

Em outra sala, o museu presta homenagem aos negros, com objetos de uso de escravos. Há jarra de água com cuia para colher o líquido, pilão, cadeiras, a Calunga do Maracatu Estrela do Norte (1894), um fuso da casa de farinha do Engenho Araripe do Meio (do engenho só sobrou a capela) e um cano de leme de uma embarcação hispano-portuguesa do fim do século XVII.

A sala da arte sacra exhibe imagens de Jesus Cristo, São Benedito, São José de Botas, Santo Antônio, Nossa Senhora e dos Santos Cosme e Damião, festejados no dia 27 de setembro. Completam a decoração oratórios dos séculos XVIII e XIX, de famílias tradicionais do município, e a lápide da sepultura do coronel João César Falcão, de 1758.

As visitas em grupo (escolas) devem ser agendadas com antecedência. Estudantes de escolas públicas não pagam e aos alunos de colégios particulares é cobrada meia-entrada. Atualmente o museu encontra-se em reforma, ainda sem data para sua reabertura. Suas peças se encontram em uma sala reservada, e estão sob a custódia de um historiador, atual gestor do espaço.

## 6.5 MUSEU PINACOTECA DO CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO

O convento de Santo Antônio, datado de 1588 e erguido pela Ordem dos Franciscanos é referência em alguns capítulos da história pernambucana. Os holandeses que em 1630, invadiram e assumiram o controle de Olinda e Recife, chegaram - dois anos depois - a Igarassu, obrigando os franciscanos a se retirarem do convento que permaneceu fechado, até 1654, durante toda a ocupação.

Segundo Melo (2010), a partir de 1660, o convento é transformado em casa de noviciado, quando passou por reformas que lhes deram a feição atual. Quase dois séculos depois, em 1846, deixa de ser sede do noviciado, iniciando-se um período de decadência e posterior abandono pelos padres. Neste período, vale ressaltar que o convento serviu de quartel para as tropas revolucionárias da Revolução Praieira, em 1848, comandadas pelo coronel Manoel Pereira de Moraes – senhor do Engenho Inhamã, então próspero engenho local.

Em 1941, as irmãs da Congregação do Sagrado Coração de Jesus assumiram a administração da casa, mantendo-a até o ano de 2015, quando foi instalado no espaço o Seminário Propedêutico Imaculada Conceição, com cerca de doze seminaristas.

É no antigo dormitório dos noviços, construído em 1705, que foi instalado o Museu Pinacoteca, criado por sugestão do Dr. Ayrton Carvalho<sup>15</sup>, a arquidiocese de Olinda e Recife e o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), aberto ao público em agosto de 1957. “A ideia era simples: além de proteger os quadros, queria se criar em Pernambuco um atrativo ímpar que possibilitasse a interiorização do turismo, criando opções diversas para quem visitasse o Estado.” (SCHANIDER; BARRÊTO, 2014, p.34)

O acervo permanente reúne 24 quadros/painéis dos séculos XVII e XVIII, oriundos da Sé de Olinda (11), Igreja dos Santos Cosme e Damião (04) e do próprio Convento (09). Encontram-se expostos na Pinacoteca o maior conjunto de painéis em estilo barroco da América Latina. As obras são de grandes dimensões, feitas para adornar as celas dos noviços, que datam dos séculos XVII e XVIII, e são de autoria de artistas anônimos. São destaques os quatro painéis votivos que pertencem a matriz de Igarassu, considerados como dos mais importantes da América Latina em arte barroca. (BARRETO NETTO, 1999).

“Massacre na costa pernambucana” é o primeiro da série dos quatro painéis dedicados à memória votiva dos santos Cosme e Damião, trazendo referências a história de Igarassu. Nele se vê um navio a disparar tiros de canhão em direção ao mar, e em terra firme a ocupação do território, apoiada ao céu pelos santos.

**Figura 3** – Massacre na costa pernambucana



**Fonte:** SCHANIDER, D.; BARRÊTO, J. P. **A pinacoteca.**  
Recife: Stahl, 2014.

<sup>15</sup> Engenheiro civil e primeiro presidente do Iphan em Pernambuco.

No segundo painel, intitulado “Construção da Igreja dos santos Cosme e Damião”, veem operários trabalhando na construção do que seria a matriz votiva aos santos. Casas e um carro de boi, podem ser vistos na visão panorâmica da imagem, com os homenageados no céu, supervisionando as obras.

**Figura 4 – Construção da Igreja dos Cosme e Damião**



**Fonte:** SCHANIDER, D.; BARRÊTTO, J. P. **A pinacoteca.** Recife: Stahl, 2014.

O famoso episódio da história local, o “Saque em Igarassu”, dar nome ao terceiro dos quatro painéis à memória votiva dos santos Cosme e Damião, e conseqüentemente do passado do município.

**Figura 5 – Saque em Igarassu**



**Fonte:** SCHANIDER, D.; BARRÊTTO, J. P. **A pinacoteca.** Recife: Stahl, 2014.

Nele se vê uma cidade em ruínas, com as casas destelhadas e os homens em algazarra. Alguns saqueadores recebem dos santos Cosme e Damião o castigo por tentarem saquear a igreja, e são retratados na obra caídos no chão, mortos ou cegos. Entre nuvens, os santos estão vigilantes.

O último painel, que completa a série, é “Crônica da morte”. Esta obra retrata a peste que matou muitos habitantes da região. A figura mostra, em quatro faixas paralelas, as cidades de Goiana, Itamaracá, Igarassu, Olinda e Recife. Apenas Igarassu não sofre com a peste, que segundo a obra, tem suas fronteiras fechadas pelas mãos dos santos Cosme e Damião, não permitindo que um só cidadão do povoado sofresse com a peste.

**Figura 5** – Crônica da morte



**Fonte:** SCHANIDER, D.; BARRÊTTO, J. P. **A pinacoteca.** Recife: Stahl, 2014.

A gestão do espaço é de responsabilidade da Igreja Católica, mais precisamente do pároco da cidade e reitor do seminário, o padre José Josivan Bezerra de Sales. À prefeitura coube o pagamento dos funcionários do museu: dois guias turísticos, uma recepcionista e uma auxiliar de serviços gerais. Vale salientar que os seminaristas receberam um curso de pequena duração para também recepcionarem os visitantes na ausência dos funcionários do museu.

A missão do Museu Pinacoteca é, segundo o relatório, preservar patrimônio artístico, religioso e cultural do município e regiões vizinhas, valorização a **memória** do município, e tem como principais **ações** para atingir esse objetivo: preservar os

quadros e esculturas sob a guarda da instituição; manter pública a exposição dos bens patrimoniais pertencentes ao Museu Pinacoteca.

A pinacoteca do convento encontra-se aberta para visitação da comunidade e dos turistas. Não existe nenhum projeto específico, no âmbito público e privado, para disseminação das obras de artes expostas no local, a não ser um site institucional que deverá ser lançado em agosto de 2017 para comemorar os 60 anos de fundação do museu.

## 7 ANÁLISE DOS DADOS

A fim de analisar as variáveis e atributos definidos na investigação de maneira objetiva e sistemática e ainda, buscando as relações confiáveis dos dados e considerando o objetivo geral da pesquisa, adotamos a análise de conteúdo, como técnica de coleta e análise dos dados, iniciada a partir de leitura de documentos das instituições-memória de Igarassu, guiada pelo objetivo da pesquisa.

Para um trabalho de análise de conteúdo relevante e consistente, destaca-se a importância da leitura compreensiva do material, de forma exaustiva para que sejam bem escolhidas e definidas as unidades de análise e as categorias a serem consideradas, uma vez que estas já se constituem em uma espécie de conclusão da análise. Reafirma-se a importância da descrição dos dados presentes no documento. (SILVA et al., 2009, p.4561)

Para apresentar a análise desta dissertação, foi construído um quadro de referências, a partir de duas categorias. A primeira, que nomeamos de Categoria A compreende a imagem da instituição, onde foram analisadas a missão de cada instituição-memória, as ações que cada espaço desenvolve para atingir sua respectiva missão, e quais as ferramentas de marketing institucional que esses lugares utilizam para a divulgação de suas atividades, bem como de comunicação com seus usuários. A segunda categoria trata do conteúdo informacional presente em cada espaço pesquisado. Refere-se ao tipo de acervo/documento custodiado, o processamento técnico, bem como a existência de Sistemas de Recuperação da Informação, que, entre outras funções, visam dar acesso às informações neles registrada.

### 7.1 CATEGORIA A: A IMAGEM DAS INSTITUIÇÕES

A missão de uma organização é a sua “razão de ser” ou a causa para a qual ela existe. Na missão, tem-se definido o que a empresa “produz”, sua previsão de conquistas futuras e como espera ser reconhecida pelos seus usuários/clientes.

A missão de uma empresa não está apenas ligada ao lucro, mas principalmente ao seu objetivo social, visto que toda missão deve orientar também os objetivos humanos e sociais da organização. Neste sentido, buscou-se verificar a missão de cada instituição pesquisada, a fim de observar como as mesmas se

“enxergam” no cenário ao qual estão inseridas, e as ações que as organizações elencaram como objetivos para se alcançar a relativa missão institucional.

Ressalta-se que os museus, os arquivos e as bibliotecas são modelos institucionais com a função social de preservar o patrimônio cultural, enquanto bem social e alimentar a memória coletiva como instrumento formador da identidade cultural, através do seu acervo informacional e de suas ações traçadas pela missão, que os caracterizam instituições-memória. (FRAGOSO, 2008)

**Quadro 2** – Análise da Categoria A no Arquivo José de Souza Leite Neto

CATEGORIA A	UNIDADE DE REGISTRO	DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS	UNIDADES DE CONTEXTO	QUALIFICAÇÃO DOS DADOS
IMAGEM DA INSTITUIÇÃO	Missão	Ferramenta do Planejamento estratégico. É a declaração concisa do propósito fundamental da organização, a finalidade de sua existência, o motivo pela qual foi criada.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recolher, guardar, tratar e preservar a documentação relativa à <b>memória</b> da cidade, através de uma gestão documental que visa coordenar e executar o processo de preservação de documentos históricos, e de organização do arquivamento de documentos do poder público municipal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>MEMÓRIA</li> <li>PRESERVAÇÃO</li> <li>GUARDA</li> <li>TRATAMENTO TÉCNICO</li> <li>DOCUMENTOS HISTÓRICOS = MEMÓRIA</li> <li>LEI DA INFORMAÇÃO</li> </ul>
	Ações	Objetivos/ Atividades desempenhadas pela organização para atingir a missão institucional.	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Salvaguardar</b> e valorizar o patrimônio arquivístico municipal, enquanto fundamento da memória coletiva e individual, favorecendo a identidade do município;</li> <li><b>Gerir</b> infraestrutura e mecanismo de custódia, o depósito, o armazenamento, a preservação e a gestão da documentação que integre o acervo documental da Câmara Municipal de Igarassu;</li> <li><b>Elaborar</b> e propor planos de preservação e conservação do patrimônio arquivístico da Câmara Municipal de Igarassu;</li> <li><b>Promover</b> a divulgação e disseminação da informação, resultante do tratamento documental do acervo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO;</li> <li>TRATAMENTO TÉCNICO DOS DOCUMENTOS;</li> <li>DIGITALIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS;</li> <li>DIVULGAÇÃO DOS DOCUMENTOS DIGITALIZADOS NA INTERNET;</li> <li>PESQUISA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS NO ACERVO DA CÂMARA DE VEREADORES;</li> </ul>
	Marketing Institucional	Ações/atividades de divulgação do acervo e serviços das instituições à comunidade.	O arquivo não desempenha nenhuma ação/atividade em relação ao marketing institucional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>INEXISTÊNCIA DE MARKETING INSTITUCIONAL.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor

O objetivo da criação de um arquivo, como já mencionado no quarto capítulo desta pesquisa é prestar serviços de gestão documental, organizando os diversos fundos documentais e fornecendo a documentação aos usuários necessitados das informações registradas naqueles suportes.

Sendo assim, analisando o Quadro 2, percebe-se que o Arquivo da Câmara Municipal de Igarassu já surge com uma missão muito bem definida, graças à Lei nº 12.527/2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas: para e dar acesso às informações contidas nos documentos do poder público municipal, mais precisamente dos provenientes da Câmara de vereadores da cidade. Desta forma, o espaço contribui para a conservação de parte da memória Igarassuense, contribuindo para a gestão documental da Casa de Duarte Coelho.

Vale ressaltar que o Arquivo José de Souza Leite Neto, da Câmara Municipal de Igarassu, na disposição que tem atualmente é bastante recente. Antes de 2013, o mesmo não contava com um planejamento arquivístico. Seus documentos eram armazenados e arquivados de maneira amadora, sem nenhum tratamento adequado.

Em relação às ações, só após a decisão de cumprir a Lei de Acesso à Informação, que a Câmara de Vereadores de Igarassu, iniciou as atividades de catalogação e digitalização de todos os documentos relacionados à administração pública da cidade, com a finalidade de dar aos Igarassuenses acesso a toda a documentação sob sua guarda, promovendo a memória coletiva e individual, favorecendo assim a identidade do município.

Considerando seu pouco tempo de existência, o Arquivo José de Souza Leite Neto, vem alcançando seus objetivos: a preservação e a gestão da documentação que integra o acervo documental da Câmara Municipal de Igarassu, para isso, a bibliotecária responsável pela gerência e processamento técnico dos documentos, vem desenvolvendo atividades específicas de arquivo, tais como: entrada, higienização, acondicionamento, guarda, organização, descrição, pequenos reparos e conservação preventiva.

Como, a princípio, o arquivo existe para suprir as necessidades informacionais da Câmara de Vereadores da cidade, a atual gestão não desempenha nenhuma ação/atividade em relação ao marketing institucional, não existe divulgação dos seus serviços, nem tão pouco um canal de comunicação com seus usuários externos a Casa de Duarte Coelho.

No entanto, qualquer cidadão pode ter acesso às informações custodiadas pelo acervo, visto que os documentos são digitalizados e disponibilizados na *homepage* da instituição.

**Quadro 3** – Análise da Categoria A na Biblioteca Pública Hercília Bezerra Bandeira de Melo

CATEGORIA A	UNIDADE DE REGISTRO	DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS	UNIDADES DE CONTEXTO	QUALIFICAÇÃO DOS DADOS
IMAGEM DA INSTITUIÇÃO	Missão	Ferramenta do Planejamento estratégico. É a declaração concisa do propósito fundamental da organização, a finalidade de sua existência, o motivo pela qual foi criada.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contribuir para preservação da <b>memória</b> (histórica, geográfica e cultural) Igarassuense, bem como fornecer ao cidadão acesso à informação, visando o desenvolvimento intelectual, à promoção da leitura, cultura e do lazer.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• MEMÓRIA</li> <li>• PRESERVAÇÃO;</li> <li>• GUARDA;</li> <li>• LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO;</li> <li>• DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO;</li> <li>• LEITURA;</li> <li>• IDENTIDADE CULTURAL</li> </ul>
	Ações	Objetivos/ Atividades desempenhadas pela organização para atingir a missão institucional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Salvaguardar</b> e disponibilizar ao usuário o máximo de obras (livros, periódicos, jornais, pesquisas acadêmicas como monografias, dissertações e teses) sobre o município;</li> <li>• <b>Promover</b> o conhecimento sobre a herança / identidade cultural, através do acervo, de exposições, palestras e espetáculos; criar e fortalecer hábitos de leituras nas crianças desde a mais tenra idade;</li> <li>• <b>Apoiar</b> tanto a educação individual e autodidata, como a educação formal em todos os níveis; proporcionar oportunidades para o desenvolvimento criativo e pessoal;</li> <li>• <b>Propiciar</b> acesso às expressões culturais das artes em geral;</li> <li>• <b>Valorizar</b> a tradição oral;</li> <li>• <b>Garantir</b> acesso aos cidadãos a todo tipo de informação comunitária.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO;</li> <li>• LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO;</li> <li>• DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO;</li> <li>• PROCESSAMENTO TÉCNICO DAS OBRAS;</li> <li>• PRÁTICAS DE INCENTIVO À LEITURA;</li> <li>• PROMOÇÃO CULTURAL;</li> <li>• IDENTIDADE CULTURAL</li> </ul>
	Marketing Institucional	Ações/atividades de divulgação do acervo e serviços das instituições à comunidade.	A biblioteca pública não conta com ações exclusivas para divulgação do seu acervo e serviços, utilizando para esse fim, quase que exclusivamente, as <b>redes sociais</b> , como <i>Facebook</i> e <i>whatsapp</i> .	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDES SOCIAIS;</li> <li>• INEXISTÊNCIA DE MARKETING INSTITUCIONAL.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor

A missão da Biblioteca Pública Municipal Hercília Bezerra Bandeira de Melo, apresentada no Quadro 3, vai ao encontro das recomendações dispostas no Manifesto da UNESCO e a Lei de Acesso à informação, procurando disponibilizar ao seu usuário/cliente o máximo de informações publicadas sobre a cidade, contribuindo para a preservação e disseminação da memória registrada (histórica, geográfica e cultural) de Igarassu para aqueles que procuram seus serviços. Haja vista, como defende Silveira (2012), as bibliotecas como resultado de suas funções sociais, procurarem se transformar em espaços contemporâneos da “Mnemosyne”, e que, devido as suas práticas se mostram capazes de exprimir uma série de construções culturais cujas referências anunciam de modo expressivo “[...]as estruturas históricas, políticas, ideológicas e identitárias sobre as quais uma dada sociedade se constitui, nutre-se e se valoriza”. (SILVEIRA, 2012, p.2)

As bibliotecas, especialmente as públicas em virtude da sua missão social, deixaram de ser meros depósitos de registros para se transformarem em estabelecimentos cuja função primordial reside em salvaguardar e tornar acessível a herança cultural deixada pelos seres humanos do passado e do presente por intermédio de sua mais evoluída forma de registro do pensamento: a escrita.(RODRIGUES, 2014, p.69)

O Manifesto da UNESCO em defesa da biblioteca pública contemporânea baseia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948. O documento sugere que os indivíduos tenham posse de informações, a fim de conquistarem a liberdade, a prosperidade e o progresso, permitindo-os exercerem os seus direitos democráticos de maneira ativa na sociedade.

Partindo desse pressuposto, considera-se que a Biblioteca Pública Municipal Hercília Bezerra Bandeira de Melo, deve ser uma célula viva, espaço de livros, leitura e escrita da memória igarassuense.

Os relatórios anuais da instituição apontam as atividades de cada setor, bem como as ações desenvolvidas na biblioteca, tais como: circulação (número de obras emprestadas e/ou somente consultadas), devolução, atendimento de público, catalogação e classificação das obras, ações educativas, culturais e de extensão.

Na verdade, o olhar para a “memória local” é recente, resultado da quantidade de usuários que buscam, dentre os diversos livros do acervo, obras que remetem à cidade, desde sua história, até aos dados estatísticos e geográficos.

Sendo assim, as atividades do processamento técnico e de pesquisa pretendem alcançar o objetivo primeiro da instituição: salvaguardar e disponibilizar ao usuário o máximo de obras (livros, periódicos, jornais, pesquisas acadêmicas como monografias, dissertações e teses) sobre o município;

A promoção do conhecimento sobre a herança / identidade cultural, através de exposições, palestras e espetáculos é outro objetivo deste Lugar de Memória. Muitos projetos específicos para este fim são desenvolvidos pela instituição: Poesia na Janela, Sarau da Nau Voadora, exposições de artistas locais, Bloco de carnaval, dentre outros eventos culturais.

No entanto, pela falta de bibliotecas escolares nas escolas municipais, a Biblioteca Pública de Igarassu tem como um dos objetivos mais fortes a criação e fortalecimento de hábitos de leituras nas crianças, apoiando tanto a educação individual e autodidata, como a educação formal em todos os níveis. Nesta perspectiva, no ano de 2016, de acordo com o relatório anual, foram desenvolvidos projetos específicos para este público, tais como “A Semana do livro infantil”, “A Semana do Folclore”, “Biblioteca em ritmo de férias”, dentre outros.

É destaque na instituição, um grupo de contação de histórias, o “*In Cantare*”, formado por funcionários e ex-funcionários, que se revezam na arte de contar e encantar as crianças e adultos nos mais diversos projetos.

Apesar de todas as atividades e projetos, a biblioteca pública não conta com ações exclusivas para divulgação do seu acervo e serviços, utilizando para esse fim, quase que exclusivamente as redes sociais.

A instituição possui um perfil na rede social, onde posta diariamente a programação de suas atividades, além de fotos de projetos desenvolvidos pelos seus colaboradores. A *homepage* da prefeitura de Igarassu também destina um espaço para a biblioteca, mas que se resume a apresentação do histórico da instituição, dando ênfase a sua missão de difusão cultural.

Nesta mesma perspectiva de disponibilização do acesso cultural, mas com algumas particularidades, apresentam-se as Casas do Patrimônio, espaços físicos para as práticas da Educação patrimonial. A de Igarassu tem como missão, conforme o quadro 4, constituir-se como um espaço de interlocução com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social

para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural, ou seja, da memória coletiva.

**Quadro 4** – Análise da Categoria A na Casa do Patrimônio de Igarassu - Iphan

CATEGORIA A	UNIDADE DE REGISTRO	DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS	UNIDADES DE CONTEXTO	QUALIFICAÇÃO DOS DADOS
IMAGEM DA INSTITUIÇÃO	Missão	Ferramenta do Planejamento estratégico. É a declaração concisa do propósito fundamental da organização, a finalidade de sua existência, o motivo pela qual foi criada.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Busca ser um espaço de interlocução com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto da <b>memória</b> e do patrimônio cultural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• MEMÓRIA</li> <li>• PRESERVAÇÃO</li> <li>• PATRIMÔNIO CULTURAL;</li> <li>• EDUCAÇÃO PATRIMONIAL</li> </ul>
	Ações	Objetivos/ Atividades desempenhadas pela organização para atingir a missão institucional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Articular</b> coletivamente as representações do IPHAN, as instituições da sociedade civil e os poderes públicos municipais e estaduais, instaurando espaços de debate e reflexão sobre o Patrimônio Cultural</li> <li>• <b>Difundir</b> informações sobre ação institucional do IPHAN de forma acessível ao público;</li> <li>• <b>Estimular</b> a participação das comunidades nas discussões de redefinição do uso dos bens culturais;</li> <li>• <b>Promover</b> oficinas para os estudantes, educadores da rede pública municipal e estadual.</li> <li>• <b>Identificar</b> agentes locais responsáveis por ações educativas;</li> <li>• <b>Buscar</b> temas geradores significativos para a valorização do Patrimônio Cultural;</li> <li>• <b>Valorizar</b> ações educativas que promovam a interface entre as diferentes áreas do Patrimônio Cultural;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REFLEXÕES SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL;</li> <li>• DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO;</li> <li>• PROJETOS CULTURAIS COM A COMUNIDADE;</li> <li>• OFICINAS EDUCATIVAS;</li> <li>• EDUCAÇÃO PATRIMONIAL;</li> </ul>
	Marketing Institucional	Ações/atividades de divulgação do acervo e serviços das instituições à comunidade.	A Casa do patrimônio de Igarassu não conta com ações exclusivas para divulgação dos seus serviços, utilizando para esse fim, o site do Iphan além das <b>redes sociais</b> .	<ul style="list-style-type: none"> <li>• INEXISTÊNCIA DE MARKETING INSTITUCIONAL.</li> <li>• REDES SOCIAIS;</li> <li>• SITE INSTITUCIONAL;</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor

Segundo o chefe técnico do escritório do Iphan em Igarassu / Casa do Patrimônio, o arquiteto Fábio Torres, a preservação da memória e dos bens culturais de um lugar depende, essencialmente, da mais íntima conjunção de forças, da participação integrada e continuada dos moradores, das pessoas que ali trabalham, dos diversos grupos organizados, do poder público, das entidades oficiais de preservação e daqueles que, simplesmente, escolhem a cidade para visitar e conhecer, sendo despertado e estimulado o sentimento de que nós pertencemos ao lugar assim como ele nos pertence. Isso faz de todos responsáveis pela sua proteção. Assim são preservados, verdadeiramente, os referenciais e elementos memoriais de caráter material e imaterial. É nesta perspectiva que a Casa do Patrimônio do IPHAN em Igarassu busca definir suas ações para atingir sua missão, conforme relacionado no Quadro 4.

O atual gestor do espaço evidencia que, desde 2010 tem-se continuamente buscado um diálogo com os moradores da cidade, pondo em destaque ao menos amostras das singularidades que fazem notório o patrimônio cultural do município. A Casa do Patrimônio do Iphan em Igarassu é um espaço dinamizador da cultura local e regional por meio de ações educativas e ações diversas de promoção dos inapreciáveis bens materiais e imateriais do Município. (TORRES, 2016)

Torres (2016) apresenta, em seu relatório anual, as principais ações realizadas que comprovam o comprometimento do espaço com sua missão institucional. Parte das ações foram realizadas com recursos financeiros disponibilizados pelo Iphan, envolvendo a parceria com instituições e entidades afins aos projetos, tais como a Prefeitura de Igarassu, a Associação Pró-Cidadania de Igarassu, o Instituto de Cooperação Econômica Internacional (ICEI), o Instituto Histórico e Geográfico de Igarassu (IHGIg), a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), a Associação Pernambucana de Teatro de Bonecos (APTB), o grupo Q-Riso Mulungu de teatro de bonecos, o Museu Histórico de Igarassu e o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), entre outros.

A fim de promover oficinas para os estudantes, educadores da rede pública municipal e estadual centradas na interface Patrimônio e Educação, com finalidade de que venham a atuar como multiplicadores desse novo enfoque, a Casa de Patrimônio de Igarassu desenvolveu algumas atividades, tais como a Oficina de Implementação da Rede de Parceiros da Casa do Patrimônio / Iphan em Igarassu

(PE), uma realização do Iphan, por meio da Diretoria de Articulação e Fomento (DAF) e a Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc).

Para valorizar ações educativas que promovam a interface entre as diferentes áreas e dimensões do Patrimônio Cultural, a instituição-memória pesquisada realizou palestras, exposições e oficinas diversas voltadas à promoção e preservação do patrimônio cultural (material e imaterial) e patrimônio ambiental, firmando parcerias com a Prefeitura Municipal / Secretaria de Cultura e Patrimônio Histórico / Museu Histórico / Biblioteca Municipal de Igarassu, Sociedade Igarassuense de Cultura, História e Gestão Social (Siga), Instituto Histórico e Geográfico de Igarassu, artistas e coletivos culturais do município, Fundarpe, entre outros parceiros. Merecem destaque os projetos: Igarassu: Patrimônio e História – Visitas Continuadas com Alunos das Escolas Públicas aos Bens Culturais e Ambientais de Igarassu; Exposição “Patrimônios Vivos de Pernambuco”;

Estimulando a participação das comunidades nas discussões e propostas de redefinição do uso social dos bens culturais, a Casa do Patrimônio promoveu nos últimos anos algumas atividades com os munícipes. Dentre elas: o Concerto Anual da Banda Heitor Villa Lobos, uma Parceria entre o Iphan, a Associação Pró-Cidadania, a Escola de Música de Igarassu e a Prefeitura Municipal / Secretaria de Cultura e Patrimônio Histórico; o Projeto Sobrado dos Bonecos, Parceria entre o Iphan, Associação Pernambucana de Teatro de Bonecos (APTB), grupo de teatro de bonecos Q-Riso Mulungu e Prefeitura Municipal de Igarassu / Secretaria de Cultura e Patrimônio Histórico.

Enfim, analisando suas ações na busca do cumprimento da missão institucional, a partir dos seus projetos, a Casa do Patrimônio, tem trabalhado junto com pessoas, grupos, entidades públicas ou não governamentais e profissionais e especialistas em diversas áreas (história, arqueologia, artes plásticas, artes cênicas, artesanato, patrimônio natural, educação patrimonial) no sentido de interagir com a sociedade repassando conhecimentos e divulgando a diversidade cultural em suas expressões e talentos mediante palestras (História de Igarassu, água e meio-ambiente, a vida de um artista), exposições (pintura, artesanato, artefatos arqueológicos, biodiversidade da mata atlântica) e oficinas (dança música, teatro, confecção de esculturas com galhos de árvores).

Assim como as outras instituições pesquisadas, a Casa do Patrimônio de Igarassu não conta com ações exclusivas para divulgação dos seus serviços, utilizando para esse fim, o site do Iphan e as redes sociais.

**Quadro 5** – Análise da Categoria A no Museu Histórico de Igarassu

CATEGORIA A	UNIDADE DE REGISTRO	DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS	UNIDADES DE CONTEXTO	QUALIFICAÇÃO DOS DADOS
IMAGEM DA INSTITUIÇÃO	Missão	Ferramenta do Planejamento estratégico. É a declaração concisa do propósito fundamental da organização, a finalidade de sua existência, o motivo pela qual foi criada.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Catalogar, identificar, restaurar e expor peças e documentos ligados a História de Igarassu, Pernambuco e do Brasil, a fim de preservar a <b>memória</b> local.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• MEMÓRIA</li> <li>• PRESERVAÇÃO</li> <li>• DOCUMENTO;</li> <li>• DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO;</li> </ul>
	Ações	Objetivos/ Atividades desempenhadas pela organização para atingir a missão institucional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Preservar, conservar, documentar e salvaguardar</b> os bens culturais custodiados pela instituição;</li> <li>• <b>Desenvolver e incentivar</b> ações de pesquisa e educação patrimonial nas áreas do conhecimento contempladas no acervo e nas atividades desenvolvidas no museu;</li> <li>• <b>Realizar</b> exposições e atividades que proporcionem uma troca de conhecimento entre a instituição e o público visitante.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• GUARDA DOS BENS CULTURAIS;</li> <li>• PRESERVAÇÃO;</li> <li>• DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO;</li> <li>• LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO;</li> <li>• IDENTIDADE CULTURAL;</li> <li>• DIGITALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO;</li> <li>• PESQUISAS HISTÓRICAS;</li> </ul>
	Marketing Institucional	Ações/atividades de divulgação do acervo e serviços das instituições à comunidade.	O museu não desempenha nenhuma ação/atividade em relação ao marketing institucional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• INEXISTÊNCIA DE MARKETING INSTITUCIONAL.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor

Das instituições memória pesquisadas, conforme o Quadro 5, o Museu Histórico de Igarassu certamente é o local onde fica mais evidenciada a missão de preservar a memória. Sua importância é muito mais que a simples guarda dos objetos, e sim, a manutenção daquela história. Os museus conservam em seus acervos objetos fundamentais para a memória da comunidade nas quais estão inseridos. Estes objetos são a expressão de seus patrimônios material e imaterial. Por isso, o Museu Histórico de Igarassu tem como visão a catalogação,

identificação, restauração e exposição das peças e documentos ligados a História de Igarassu, Pernambuco e do Brasil, a fim, de preservar a memória local, como já mencionado.

Tendo consciência deste importante papel na manutenção da memória e na construção da identidade cultural do município, o Museu Histórico de Igarassu procura fortalecer discursos que levam às pessoas a criarem uma compreensão acerca de seus pertencimentos, desenvolvendo exposições identitárias para o povo igarassuense, proporcionando uma troca de conhecimento entre a instituição e o público visitante.

Pensando na democratização do espaço, e das informações nele contida, a entrada do museu é gratuita para alunos da rede pública de ensino (estadual e municipal) desde agendada com antecedência.

O Museu, criado pelo Instituto Histórico municipal que, sem condições de manter o local, doou o prédio e o acervo à prefeitura, em 1972, também procurar desenvolver e incentivar ações de pesquisa e educação patrimonial nas áreas do conhecimento contempladas no acervo e nas atividades desenvolvidas no espaço. Dentre as principais pesquisas realizadas no museu histórico de Igarassu que originaram artigos, monografias, teses dissertações e livros, podemos destacar as citadas na relação abaixo:

- Documentos Cartoriais do Município de Igarassu. Alice S. Miranda. Monografia – UFPE – 1983.
- O Ronco da Abelha. Antonio Carlos de Menezes Costa. Monografia – FUNESO – 1990.
- A Revolução de 1848 em Igarassu. Jorge Paes Barrêto. Monografia – FUNESO – 1990.
- O Quebra Quilos em Igarassu. Vilma Lúcia Paiva Emery. Monografia – FUNESO – 1990.
- Evolução Urbana de Igarassu nos Séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. André Lins. Monografia – UFPE – 2001.
- A Família Maranhão: Do Cunhaú a Matary. Paulo Maranhão. Livro – 2001.
- Petribú: O Engenho, A Família e a História. Tácito Galvão e Jorge Paes Barrêto. Grupo Petribú Livro – 2002.
- O Engenho Monjope na Cidade de Igarassu. Inalda Lima. Monografia – UFPE – 2004.
- Antes que Caia! Patrimônio Histórico e Turismo em Igarassu, Pernambuco. André Köhler. Dissertação – F.G.V. São Paulo – 2005.
- Maracatu Nação: Maracatu Estrela Brilhante de Igarassu. Karla Karolina de Souza Santos et al. Monografia – UFPE – 2007.
- Projeto de Restauração da Igreja dos Santos Cosme e Damião – Igarassu – PE. Rosália Albuquerque de Menezes. RAN: Centro Cultural de Restauro – 2007.

- A Casa da Câmara e Cadeia da vila de Igarassu. Tácito Galvão e Jorge Paes Barrêto. Fundação Gilberto Freyre. Pesquisa Projeto de Restauração – 2007.
- Itapissuma: sua história, sua gente! Tácito Galvão e Jorge Paes Barrêto. Prefeitura Municipal de Itapissuma. Pesquisa – 2008.
- As primeiras experiências de implantação do urbanismo e da administração portuguesa no Brasil: o caso da vila de Igarassu, Pernambuco – 1535/1632. André Lemoine. UFRN – 2008.
- Engenho Monjope. Jorge Paes Barrêto. Trabalho publicado na RIAHGP – 2009.
- A Casa de Matary & seus descendentes. Tácito Galvão. Livro – 2011.
- Engenhos e Escravidão Negra em Igarassu no século XIX. Edvânia Lopes. Monografia. UFRPE – 2012.
- A Ordem Terceira de São Francisco de Igarassu. Tácito Galvão. Trabalho publicado na RIAHGP – 2012. (BARRETO NETO, 2014, p.25)

Além disso, seus profissionais sempre são convidados a ministrarem palestras e minicursos em várias escolas e instituições da cidade, corroborando assim para a disseminação da memória local e do próprio museu.

Quanto ao marketing institucional, o museu não desempenha nenhuma ação/atividade que divulgue seu acervo e suas atividades.

**Quadro 6** – Análise da Categoria A no Museu Pinacoteca do Convento de Santo Antônio

CATEGORIA A	UNIDADE DE REGISTRO	DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS	UNIDADES DE CONTEXTO	QUALIFICAÇÃO DOS DADOS
IMAGEM DA INSTITUIÇÃO	Missão	Ferramenta do Planejamento estratégico. É a declaração concisa do propósito fundamental da organização, a finalidade de sua existência, o motivo pela qual foi criada.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preservar patrimônio artístico, religioso e cultural do município e regiões vizinhas, valorização da <b>memória</b> do município;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• MEMÓRIA</li> <li>• PRESERVAÇÃO</li> <li>• PATRIMÔNIO ARTÍSTICO;</li> <li>• PATRIMÔNIO RELIGIOSO</li> <li>• PATRIMÔNIO CULTURAL;</li> <li>• DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO;</li> </ul>
	Ações	Objetivos/ Atividades desempenhadas pela organização para atingir a missão institucional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Preservar</b> os quadros e esculturas sob a guarda da instituição;</li> <li>• <b>Manter</b> pública a exposição dos bens patrimoniais pertencentes ao Museu Pinacoteca;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PRESERVAÇÃO;</li> <li>• DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO;</li> </ul>
	Marketing Institucional	Ações/atividades de divulgação do acervo e serviços das instituições à comunidade.	O Museu Pinacoteca não desempenha nenhuma ação/atividade em relação ao marketing institucional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• INEXISTÊNCIA DE MARKETING INSTITUCIONAL</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor

Por fim, analisamos a imagem do Museu Pinacoteca do Convento de Santo Antônio. Apesar da missão de preservar patrimônio artístico, religioso e cultural do município e regiões vizinhas, além da valorização da memória do município; encontramos um enunciado custodialista, cuja ênfase encontra-se no papel da guarda. A disseminação das informações memoriais é quase inexistente, visto que o espaço é mais voltado para o turismo. Na grande maioria, seus visitantes são turistas e estudantes de escolas públicas e privadas de municípios vizinhos que estão de passagem pela cidade e são convidados a conhecerem a Pinacoteca.

Como se observou no Quadro 6, as ações do Museu Pinacoteca do Convento de Santo Antônio são poucas, limitando-se praticamente a guarda das obras. Não existem ações relacionadas a documentação registrada sobre as obras, disseminação das informações, e marketing institucional.

## 7.2 CATEGORIA B: O CONTEÚDO INFORMACIONAL DAS INSTITUIÇÕES

**Quadro 7** – Análise da Categoria B no Arquivo José de Souza Leite Neto

CATEGORIA B	UNIDADE DE REGISTRO	DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS	UNIDADES DE CONTEXTO	QUALIFICAÇÃO DOS DADOS
<b>CONTEÚDO INFORMACIONAL</b>	<b>Acervo / Documentos custodiados</b>	Conjunto das informações registradas (independente do suporte) que integram o patrimônio da instituição.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Documentos históricos;</li> <li>• Decretos legislativos;</li> <li>• Lei complementar;</li> <li>• Lei ordinária;</li> <li>• Indicações;</li> <li>• Moções, Mensagens;</li> <li>• Requerimentos;</li> <li>• Pareceres;</li> <li>• Convites;</li> <li>• Ofícios;</li> <li>• Requerimentos;</li> <li>• Telegramas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS;</li> <li>• MATÉRIAS LEGISLATIVAS;</li> <li>• DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA;</li> </ul>
	<b>Processamento Técnico</b>	Descrição dos procedimentos de tratamento e a representação física e temática da informação documentária tendo em vista a organização do acervo.	Os documentos do arquivo são separados por séries (gabinete de origem, tipo de documento, assunto do documento, grau de historicidade) são consideradas unidades para fins de descrição.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CLASSIFICAÇÃO TEMÁTICA;</li> <li>• INDEXAÇÃO;</li> </ul>
	<b>Sistemas de Recuperação da Informação</b>	Tipos de sistemas de comunicação que, entre outras funções, visam dar acesso às informações neles registradas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os documentos, após digitalização, são incluídos em um Software Livre, o SAPL, disponibilizado gratuitamente pelo Senado Federal, e seu acesso pelo usuário é através do site da Câmara de Vereadores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• SISTEMA AUTOMATIZADO;</li> <li>• SERVIDOR NAS NUVENS;</li> <li>• ACESSO VIA INTERNET;</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor

O Arquivo José de Souza Leite Neto, como pode ser observado no Quadro 7, conserva em seu acervo documentos provenientes da Câmara Municipal de Igarassu, desde documentos administrativos (convites, ofícios, requerimentos e telegramas) a matérias legislativas (Decretos legislativos, Lei complementar, Lei ordinária, Indicações, Moções, Mensagens, requerimentos, pareceres, entre outros).

Com a pesquisa e reorganização do acervo, alguns documentos importantes para a memória da cidade foram encontrados, tais como: Livro de Beneficência do Município de Igarassu com nomeações e doações iniciado em 4 de outubro de 1942; Reclamação sobre má qualidade do transporte público na cidade feita por um vereador em plenário no ano de 1962. Eram reportados atraso nos ônibus, falta de transporte após às 22h e superlotação (venda de mais passagens do que cadeiras presente no ônibus); Lei proibindo construção de telhados de palha ou capim no perímetro urbano e principais avenidas da cidade, vilas e povoados. “Somente em caso de notória pobreza com atestado da polícia, concederá prorrogação do prazo que não excederá seis meses”. Multa de Cr\$ 100,00. O texto é de 7 de março de 1951; Documento escrito em 12 de maio de 1938, delimitando as zonas urbanas e suburbanas de Igarassu, Itapissuma, Chan de Estevan (Araçoiaba) e Vila do Pilar (Itamaracá); Decreto rescindindo contrato para colocação de iluminação elétrica na Vila do Pilar (Itamaracá) em abril de 1930; Decreto de 1 de novembro de 1951 restituindo a honraria do título de vereador a perpétuo a Santo Antônio, colocação da imagem dele no plenário e subsídio anual de Cr\$ 500 destinado ao Pão dos Pobres (distribuído anualmente no convento de Santo Antônio). Estes documentos remetem a episódios do cotidiano do Igarassuense e precisam ser preservados e disponibilizados para consulta pelos cidadãos.

Quanto ao processamento técnico, os documentos do arquivo são separados por séries, consideradas unidades para fins de descrição, tais como: gabinete de origem, tipo e assunto do documento, grau de historicidade.

Os documentos são digitalizados, salvos em PDF e incluídos em um Software Livre, o SAPL, disponibilizado gratuitamente pelo Senado Federal. Para ter acesso aos documentos digitalizados, o cidadão deve acessar o site da Câmara de Vereadores e pesquisar os documentos de seu interesse, além de encontrar documentos legislativos, o usuário também terá acesso a documentos históricos da memória coletiva do município.

**Quadro 8** – Análise da Categoria B na Biblioteca Pública Hercília Bezerra Bandeira de Melo

CATEGORIA B	UNIDADE DE REGISTRO	DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS	UNIDADES DE CONTEXTO	QUALIFICAÇÃO DOS DADOS
<b>CONTEÚDO INFORMACIONAL</b>	<b>Acervo / Documentos custodiados</b>	Conjunto das informações registradas (independente do suporte) que integram o patrimônio da instituição.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Livros;</li> <li>• Periódicos;</li> <li>• Trabalhos acadêmicos;</li> <li>• CDs;</li> <li>• DVDs;</li> <li>• Mapas;</li> <li>• Gibis;</li> <li>• Documentação administrativa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ACERVO BIBLIOGRÁFICO;</li> <li>• ACERVO DE MULTIMÍDIA;</li> <li>• DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA.</li> </ul>
	<b>Processamento Técnico</b>	Descrição dos procedimentos de tratamento e a representação física e temática da informação documentária tendo em vista a organização do acervo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os materiais informacionais (na maioria doados) são selecionados, separados por suporte, tombados, e depois é realizada seu processamento técnico conforme as recomendações do AACR2 e CDU.</li> <li>• O acervo de multimídia não recebe tratamento técnico, a não ser o tombamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• SELEÇÃO;</li> <li>• TOMBAMENTO;</li> <li>• CLASSIFICAÇÃO;</li> <li>• CATALOGAÇÃO;</li> <li>• INDEXAÇÃO;</li> <li>• PREPARAÇÃO FÍSICA;</li> </ul>
	<b>Sistemas de Recuperação da Informação</b>	Tipos de sistemas de comunicação que, entre outras funções, visam dar acesso às informações neles registradas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A biblioteca utiliza um software para gerenciamento do acervo (livros), seu acesso é realizado apenas no local.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• SISTEMA AUTOMATIZADO;</li> <li>• ACESSO LOCAL;</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme o Quadro 8, o acervo da Biblioteca Pública Municipal Hercília Bezerra Bandeira de Melo conta com mais de 8 mil livros, além de periódicos, trabalhos acadêmicos, CDs; DVDs, mapas e gibis, Os periódicos e multimídias não se encontram registrados no sistema. Sobre as informações relativas ao município de Igarassu, as obras ainda são escassas, visto que a mudança da missão da instituição é recente. Um levantamento já está em andamento a fim de reunir o máximo de informações patrimoniais possíveis. No momento não existe um acervo especializado sobre a cidade, sejam dados históricos ou geográficos, ou suas tradições e costumes. A biblioteca possui apenas alguns títulos doados pela própria comunidade. As mesmas obras são apresentadas a um estudante secundarista ou a um pesquisador que precise de algo mais acadêmico sobre o município. Destaque para uma apostila (em fotocópias) com alguns dados históricos e geográficos desatualizados.

Além desta apostila, o acervo sobre a memória da cidade conta com livretos sobre a história da cidade, publicado pelo IPHAN como parte do material da Casa do Patrimônio, e algumas publicações de cidadãos igarassuenses que doam suas obras para a biblioteca, com o intuito de preservar a memória da cidade. Essas poucas obras não estão catalogadas, nem receberam nenhum tratamento especial. Ficam em pastas sob a custódia dos profissionais da unidade de informação, e são disponibilizadas aos usuários mediante pedido de consulta.

Em relação ao processamento técnico, os materiais informacionais (na maioria doados) são selecionados, separados por suporte, tombados, e depois é realizada seu processamento técnico conforme as recomendações do AACR2 e CDU. A biblioteca conta com um software para gestão do acervo, o Biblioteca Fácil, com o módulo de busca apenas para acesso local.

**Quadro 9** – Análise da Categoria B na Casa do Patrimônio de Igarassu - Iphan

CATEGORIA B	UNIDADE DE REGISTRO	DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS	UNIDADES DE CONTEXTO	QUALIFICAÇÃO DOS DADOS
<b>CONTEÚDO INFORMACIONAL</b>	<b>Acervo / Documentos custodiados</b>	Conjunto das informações registradas (independente do suporte) que integram o patrimônio da instituição.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Documentos relacionados aos processos de tombamentos dos patrimônios materiais e imateriais da cidade;</li> <li>• Projetos de restauração de alguns patrimônios;</li> <li>• Documentação memorial (histórico e geográfico) armazenados no servidor do escritório central do Iphan, e que podem ser disponibilizados ao pesquisador mediante solicitação prévia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ACERVO ARQUIVÍSTICO;</li> <li>• ACERVO BIBLIOGRÁFICO;</li> <li>• DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA.</li> </ul>
	<b>Processamento Técnico</b>	Descrição dos procedimentos de tratamento e a representação física e temática da informação documentária tendo em vista à organização do acervo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não possui</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não se aplica a essa unidade de registro.</li> </ul>
	<b>Sistemas de Recuperação da Informação</b>	Tipos de sistemas de comunicação que, entre outras funções, visam dar acesso às informações neles registradas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não possui</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não se aplica a essa unidade de registro.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme o Quadro 9, na Casa do Patrimônio de Igarassu encontram-se documentos relacionados aos processos de tombamentos dos patrimônios materiais e imateriais da cidade, bem como os referentes aos projetos de restauração de alguns patrimônios. Quanto à documentação memorial (histórico e geográfico) sobre a cidade, a instituição, coordenada pelo Iphan, possui um vasto acervo, em formato digital, de documentos, livros, artigos, e fotos, que são armazenados no servidor do escritório central do Iphan, e que podem ser disponibilizados ao pesquisador mediante solicitação prévia.

**Quadro 10** – Análise da Categoria B no Museu Histórico de Igarassu

CATEGORIA B	UNIDADE DE REGISTRO	DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS	UNIDADES DE CONTEXTO	QUALIFICAÇÃO DOS DADOS
<b>CONTEÚDO INFORMACIONAL</b>	<b>Acervo / Documentos custodiados</b>	Conjunto das informações registradas (independente do suporte) que integram o patrimônio da instituição.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 560 objetos</li> <li>• Registros e descrições (documentação dos objetos).</li> <li>• Documentos históricos provenientes do cartório;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ACERVO MUSEOLÓGICO;</li> <li>• DOCUMENTAÇÃO MUSEAL;</li> <li>• DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA;</li> <li>• DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA;</li> </ul>
	<b>Processamento Técnico</b>	Descrição dos procedimentos de tratamento e a representação física e temática da informação documentária tendo em vista à organização do acervo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cada objeto recebe um número de registro que fica na Ficha de catalogação, onde estão identificadas as características dos objetos. Além de informações contextuais, como período, descrição histórica e simbólica, dentre outras.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• TOMBAMENTO;</li> <li>• DESCRIÇÃO FÍSICA;</li> <li>• DESCRIÇÃO TEMÁTICA;</li> </ul>
	<b>Sistemas de Recuperação da Informação</b>	Tipos de sistemas de comunicação que, entre outras funções, visam dar acesso às informações neles registradas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não possui</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não se aplica a essa unidade de registro.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos 560 objetos que compõem o acervo do museu, conforme quadro 10, podemos encontrar armas, mobiliário, mapoteca, uma pequena pinacoteca, achados arqueológicos e documentos estão em exposição permanente na sala do museu. De acordo com o relatório anual, existe uma microfilmagem dos documentos históricos da instituição realizada pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, que já estão disponíveis para consulta, mediante solicitação prévia aos colaboradores do espaço.

Algumas ações em relação à documentação do museu podem ser evidenciadas a partir da análise de seus relatórios, dentre elas: criação do Departamento de Pesquisa Histórica do Museu (DPH) 1985; resgate e classificação de documentos de interesse Histórico do Arquivo da Edilidade – 2004; digitalização em Parceria com o Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), dos Inventários, Testamentos e parte dos livros de óbitos do Acervo do DPH – Ago/Dez. 2010; elaboração do novo tomo do acervo geral do Museu Histórico – 2012.

A elaboração deste novo tomo marcou o início de um projeto de reestruturação do processamento técnico do acervo da instituição: desde o levantamento e identificação geral do acervo, até a análise de cada peça. Cada objeto recebe um número de registro para facilitar o acesso à informação que fica registrada na Ficha de catalogação, onde estão identificadas as características dos objetos, tais como: número de tomo, de registro, localização na instituição, título do objeto, autor (quando houver), dados das dimensões físicas, procedência, tipo de aquisição, estado de conservação, além de informações contextuais, como período, descrição histórica e simbólica, dentre outras.

Por enquanto o museu não conta com um sistema de recuperação e gestão do acervo. As informações são inseridas em formulários no Word e Excel, armazenados no computador da instituição.

Quanto ao acervo da Pinacoteca do Convento de Santo Antônio, apresentado no quadro 11, o museu reúne 24 quadros/painéis dos séculos XVII e XVIII, oriundos da Sé de Olinda, da Igreja dos Santos Cosme e Damião e do próprio Convento. Encontram-se expostos na Pinacoteca o maior conjunto de painéis em estilo barroco da América Latina. As obras são de grandes dimensões, feitas para adornar as celas dos noviços, que datam dos séculos XVII e XVIII, e são de autoria de artistas anônimos. São destaques os quatro painéis votivos que pertencem a matriz de Igarassu, considerados como dos mais importantes da América Latina em arte barroca. (BARRETO NETTO, 1999).

Em relação aos documentos referentes às obras do Museu Pinacoteca, a instituição conta apenas com um inventário do Convento Santo Antônio, produzido pelo Iphan, no qual aparecem os registros dos painéis da Pinacoteca. E apresenta ao visitante/pesquisador uma etiqueta com os dados físicos, título e data, fixada ao lado de cada painel.

Consta também uma obra<sup>16</sup> publicada em quatro idiomas, com título em português: “A pinacoteca”, que traz informações sobre todos os quadros, com especificações técnicas e descrição de conteúdo da obra.

**Quadro 11** – Análise da Categoria B no Museu Pinacoteca do Convento de Santo Antônio

CATEGORIA B	UNIDADE DE REGISTRO	DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS	UNIDADES DE CONTEXTO	QUALIFICAÇÃO DOS DADOS
<b>CONTEÚDO INFORMACIONAL</b>	<b>Acervo / Documentos custodiados</b>	Conjunto das informações registradas (independente do suporte) que integram o patrimônio da instituição.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Painéis;</li> <li>• Quadros;</li> <li>• Imagens de santos;</li> <li>• Ausência de documentação histórica e administrativa;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• OBRAS DE ARTE;</li> <li>• ACERVO MUSEOLÓGICO;</li> </ul>
	<b>Processamento Técnico</b>	Descrição dos procedimentos de tratamento e a representação física e temática da informação documentária tendo em vista à organização do acervo.		<ul style="list-style-type: none"> <li>• DESCRIÇÃO FÍSICA;</li> </ul>
	<b>Sistemas de Recuperação da Informação</b>	Tipos de sistemas de comunicação que, entre outras funções, visam dar acesso às informações neles registradas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não possui</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não se aplica a essa unidade de registro.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando a documentação custodiada nas instituições pesquisadas, percebe-se uma preocupação das mesmas em reunir materiais que possibilitem a construção da identidade cultural do município, bem como do sentimento de pertencimento do acervo por parte da população.

Para Ribeiro (2005) a visão tradicional das instituições-memória, em especial às bibliotecas e os arquivos, é de que tais espaços e seus serviços se assumem como locais privilegiados para a salvaguarda da produção de registros escritos, gráficos, sonoros, audiovisuais, eletrônicos, que formam uma memória que é importante preservar, pelo motivo de constituírem fator de identidade cultural.

É inegável, no entanto, que algumas instituições se encontram mais avançadas nesse objetivo, por diversos motivos: seja pelo tempo de existência, pelo tipo de documento que preservar, pelo apoio financeiro que recebe, pela qualificação dos seus profissionais, ou pela demanda da própria comunidade.

<sup>16</sup> SCHANIDER, D.; BARRÊTTO, J. P. A pinacoteca. Recife: Stahl, 2014.

### 7.3 RELAÇÕES ENTRE AS INSTITUIÇÕES-MEMÓRIA DE IGARASSU

Antes de discorrermos sobre as relações existentes entre as instituições-memória de Igarassu, é relevante chamar a atenção para a localização destes lugares. Conforme observado na Figura 3, todas elas estão dentro do sítio histórico da cidade, poucos metros de distância uma da outra, o que facilitaria um trabalho conjunto por parte dos gestores de casa espaço.

**Figura 3** – Mapa das instituições-memória de Igarassu



**Fonte:** Elaborado pelo autor – imagem: Google

No entanto, mesmo com uma localização privilegiada, missões similares e ações que se complementam, quase não existem relações e parcerias firmadas entre esses espaços.

Dentre as poucas parcerias firmadas, podemos destacar palestras, exposições e oficinas desenvolvidas pela Casa do Patrimônio do Iphan, que geralmente firma parceria com a Biblioteca Municipal e o Museu Histórico de Igarassu.

Da mesma forma a Biblioteca Pública, nos eventos de fomento cultural, como o “Biblioteca em ritmo de férias” elabora um roteiro turístico com seus participantes e os levam a conhecer os outros espaços informacionais da cidade, como a

Pinacoteca, o Museu e a Casa do Patrimônio. No entanto, não existe nenhum convenio assinado para essa ação, o próprio estado – que deveria ser bastante interessado e apoiar instituições que contribuem para a preservação da memória, se mostra completamente ausente.

Quanto aos documentos registrados, nos relatórios das instituições não aparece nenhum registro de permuta de material, a não ser doações esporádicas para a Biblioteca Pública de alguns exemplares do material do Projeto “Preserva Igarassu” da Casa do Patrimônio do Iphan, por exemplo, ou de algumas apostilas com dados municipais (histórico e geográficos) elaboradas pelo Museu Histórico em parceria com alguns membros IHGI.

Outro aspecto importante em relação a este panorama é a insistência por parte de alguns gestores em manter práticas nocivas a missão das instituições, com atitudes custodialistas: excessiva guarda do material em detrimento ao acesso da informação, o que dificulta o desenvolvimento de pesquisas sobre a memória local, e tornam alguns poucos cidadãos detentores da história local.

É preciso, uma mudança que atenda os novos anseios sociais, como bem definem Santos, Galindo e Soares (2015) com as reflexões pós-custodiais: entendimento de preservação da informação priorizando o acesso e consumo com velocidade, fragmentação, multiplicidade, virtualidade.

Gouveia Júnior et al. (2015) mostra que essa realidade tem se transformado a medida que esses gestores das instituições-memória assumem entendimento e o compromisso da funcionalidade social com práticas de disseminação e compartilhamento de informação.

Logo, é preciso que os “guardiões da memória” estejam cientes que precisam adotar uma nova postura profissional, firmando parcerias com as outras instituições-memória da cidade, para dar acesso a todo cidadão às informações salvaguardadas em cada espaço, é o que podemos chamar de Redes Memoriais.

## 7.5 A REDE MEMORIAL IGARASSUENSE: UM PROJETO FUTURO

Que as instituições-memória são de extrema importância para a preservação da memória de um povo, e conseqüentemente tem papel fundamental na construção da sua identidade cultura, não restam dúvidas. No entanto, faz-se necessário que

esses lugares não tenham apenas uma visão preservacionista, mas que sejam difusores das informações que detêm.

Tavares e Galindo (2016) apontam que essas instituições têm vivenciado os efeitos da quebra de paradigmas nos seus processos e serviços. Para muitas, o paradigma pós-custodial já é uma realidade, seja pela obrigação em se fazer cumprir a Lei de Acesso à Informação, ou para suprir a necessidade informacional de seus usuários/clientes.

Diante desse novo contexto, faz-se necessário pensar formas de cooperação entre esses espaços. E sem dúvida, uma forma eficiente para alcançar este e outros objetivos nas instituições-memória seria a concepção e solidificação de um sistema composto pelos espaços com visão memorial, baseando-se “em princípios que sustentam uma política de preservação e acesso aos acervos memoriais, em prol de um espaço colaborativo de trabalho” (GOUVEIA JÚNIOR et al., 2015, p. 85), propondo “uma leitura do conjunto de segmentos interdependentes de missão memorial atuante nos universos dos arquivos, bibliotecas, museus [...]” que por sua missão são responsáveis pela preservação e acesso dos bens do patrimônio memorial. (GALINDO, 2012, p.220)

A missão de um sistema memorial é servir a sociedade como um dispositivo multiplicador do acesso do público à memória, garantindo que todos os grupos sociais tenham a chance de ter acesso às suas origens por meio das informações presentes nos documentos sob a custódia dos colaboradores desse sistema.

Deve-se enfatizar que os sistemas memoriais têm como missão apresentar-se à sociedade como instrumentos catalisadores da democratização de acesso do público à memória, o que garante a devida concessão de poder social àqueles que, ao longo do tempo, têm sido impedidos de narrar suas histórias, erigir seus patrimônios e disseminar sua cultura e consumi-la. Esse consumo está pautado tanto no acesso a bens artísticos quanto à informação, implicando, assim, o direito de buscar informação, tecer opiniões, comunicar-se com o outro e tomar parte do acervo e do repertório simbólico da coletividade. (GOUVEIA JR; GALINDO, 2012, p.216)

Partindo dessa perspectiva de colaboração entre os lugares de memória para a preservação e acesso da memória local, percebemos que uma saída para o compartilhamento das informações salvaguardadas nas instituições-memória de Igarassu seria a criação e efetivação de uma Rede Memorial Igarassuense, estabelecendo convênios de cooperação entre as principais instituições responsáveis pela guarda da memória local, dentre elas as pesquisadas nesta

dissertação: Arquivo José de Souza Leite Neto, a Biblioteca Pública Municipal Hercília Bezerra Bandeira de Melo, Casa do Patrimônio do IPHAN, o Museu Histórico de Igarassu e a Pinacoteca do Convento de Santo Antônio.

Como já pontuamos, cada uma dessas instituições, de modo particular, preserva o passado de uma cidade rica em história. Juntas, esses “templos da memória” poderiam pensar formas mais eficientes de disseminação de suas informações patrimoniais, assim como procurar maneiras apropriadas de preservar estas informações, oriundas das novas tecnologias disponíveis no mercado da Recuperação da Informação, como softwares gerenciamento de acervos, por exemplo.

Trabalhando em parceria, esses espaços podem propor indicadores que possam favorecer o fomento de políticas públicas de preservação da memória coletiva / identidade cultural no município, além de despertar no igarassuense o sentimento de pertencimento pelo seu patrimônio.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a memória não é apenas enxergar um passado, mas é dar a um povo a oportunidade de identificação com suas raízes, seus antepassados, cultura, sua identidade. Uma sociedade sem memória é uma sociedade sem referências, perdida na história, perdida no tempo.

Neste estudo, procurou-se analisar a contribuição das instituições-memória para a preservação da memória e construção da Identidade Cultural dos Igarassuenses.

A evidência do tema em questão abre espaço para diálogos sobre a urgência da preservação e disseminação da memória coletiva, especificamente pelas instituições-memória, que deveriam exercer um papel sociocultural fundamental em relação à comunidade na qual se inserem.

Bem mais do que uma nomenclatura, o que caracteriza uma instituição-memória é a sua missão, suas ações e o tipo de informação que ela preserva. Se todas essas premissas estiverem relacionadas com a questão memorial, elas se classificam como instituições-memória.

No entanto, mesmo como fonte de acesso a essas memórias, estes locais nem sempre conseguem contribuir para a construção da identidade cultural da cidade a partir das informações ali preservadas, não permitindo que seus usuários cresçam socialmente e culturalmente, os distanciando da sua própria identidade.

Através da apreciação da literatura pertinente e, da análise do conteúdo dos relatórios anuais dessas instituições, chegam-se às seguintes conclusões, referentes à problemática desta pesquisa:

Quanto à missão, o Arquivo José de Souza Leite Neto, a Biblioteca Pública Municipal Hercília Bezerra Bandeira de Melo, a Casa do Patrimônio do Iphan, o Museu Histórico de Igarassu e o Museu Pinacoteca do Convento de Santo Antônio, foram considerados instituições-memória, visto que, cada um, uma à sua maneira, são responsáveis pela salvaguarda da memória local registrada.

Em relação às ações, percebe-se uma preocupação exacerbada com a preservação da informação, o que muitas vezes atrapalha a propagação da memória, tais como: proibição ao pesquisador do contato com o documento impresso, aversão ao uso de novas tecnologias aplicadas a documentação, entre outras práticas custodiais danosas.

No entanto, é cada vez mais evidente que o acesso à informação, a sua disseminação e a sua livre circulação são essenciais para que a sociedade conheça sua identidade. Nesse contexto, os espaços devem ser mediadores destas informações, contribuindo para a formação de conhecimentos e desenvolvimento da identidade cultural. Para isso, é preciso estruturar ações capazes de atender a missão dos espaços memoriais, desenvolvendo atividades que além de oportunizar a preservação da memória e a construção da identidade cultural do seu povo, contribuam com disseminação das informações nelas custodiadas.

Ações como as desenvolvidas pela Casa do Patrimônio de Igarassu diminuem o distanciamento da comunidade com a memória local e suas práticas culturais. Promover o diálogo e a prática das heranças histórico-culturais a partir de palestras, pesquisas e documentos ajudam a perpetuar a identidade de um povo.

Quanto à documentação custodiada nas instituições pesquisadas, percebe-se uma preocupação das mesmas em reunir materiais que possibilitem a construção da identidade cultural do município, bem como do sentimento de pertencimento do acervo por parte da população. É inegável, no entanto, que algumas instituições se encontram mais avançadas nesse objetivo, por diversos motivos: seja pelo tempo de existência, pelo tipo de documento que preservar, pelo apoio financeiro que recebe, pela qualificação dos seus profissionais, ou pela demanda da própria comunidade.

Sobre esse ponto a contribuição do museu com a digitalização e disponibilização dos inventários, testamentos e parte dos livros de óbitos do acervo do Departamento de Pesquisa Histórica do Museu, bem como a elaboração e atualização da Cartilha de Igarassu, que contém informações básicas sobre o município, são contribuições importantes pela busca da identidade cultural local.

A consulta on-line dos documentos do Arquivo José de Souza Leite Neto, hospedados no site da Câmara de Vereadores de Igarassu, é outro exemplo de iniciativas de práticas pós-custodiais que corroboram para preservação da memória da cidade.

Da mesma forma a criação e manutenção de um acervo acadêmico especializado nos aspectos históricos, culturais e geográficos da cidade, é ação relevante da Biblioteca Pública Municipal Hercília Bezerra Bandeira de Melo para a construção de novos conhecimentos sobre o município a partir de pesquisas provenientes destes documentos.

A análise dos relatórios mostra um ponto em comum nos espaços pesquisados além da missão institucional: a escassez de recursos financeiros. Nenhum dos locais entra no orçamento anual da prefeitura, mantenedora desses espaços, com exceção da Casa do Patrimônio de Igarassu, subordinada ao Iphan. Faz-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas municipais que beneficiem estes espaços, muito menos o Estado se mostra preocupado em mudar este caótico cenário. Logo, as instituições-memória ficam à mercê da “boa vontade” dos detentores do poder e da sociedade em geral, para assegurar sua missão social

No que diz respeito às relações entre essas instituições, percebe-se um cenário preocupante: a inexistência de comunicação entre os espaços. Esta realidade fragiliza a construção de um projeto maior de disseminação da memória local. O que se presencia são instituições preocupadas com o mesmo tema, em busca de um mesmo objetivo, mas caminhando em direções opostas e solitárias.

Diante das análises realizadas chegamos a algumas conclusões que ajudam a responder a problemática deste estudo, a saber: as instituições-memória de Igarassu preservam a memória da cidade, no entanto pouco contribuem para a identidade cultural do Igarassuense, tendo em vista as práticas custodialistas presentes em alguns espaços, a falta de estrutura, a ausência de mão de obra qualificada, a escassez de recursos financeiros, além da inexistência de políticas públicas municipais que vislumbrem esses lugares de memória.

Por conseguinte, a criação de uma rede memorial entre as instituições-memória de Igarassu, se bem estruturada, poderiam diminuir a distância nas ações desses espaços. Unindo forças, esses lugares de memória iriam enfim, contribuir para a preservação da memória coletiva e a construção da Identidade Cultural dos Igarassuenses.

A presente investigação não pretendeu esgotar o debate sobre a questão. Há ainda possibilidades de estudos como a criação da rede memorial acima citada. No entanto, acreditamos que esta pesquisa contribuiu para a percepção da importância das instituições-memória na construção da identidade cultural de um povo, defendendo que a Ciência da Informação deva estudar o uso e as práticas desses espaços, a fim de refletir ações que possam assegurar a preservação e disseminação da memória de um povo, reavivando suas lembranças, e transformando esses espaços em “Templos da Memória”, nunca em “Lugares de Esquecimento”.

## REFERÊNCIAS

AGIER, M. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana** [online], vol.7, n.2, p.7-33, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S010493132001000200001>> Acesso em: abr. 2016.

ALBERNAZ, J. T. **Igreja de Santo Antônio de Igarassu: Memória e Futuro – continuidades barrocas**. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva, 2000.

ALMEIDA, D. P. dos R. de (et al.) Paradigmas contemporâneos da Ciência da Informação: a recuperação da informação como ponto focal. In: **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, Marília – SP, v.6, n.1, p.16-27, 2007. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/reic>> Acesso em: abr.2016.

ALMEIDA, F. F. N. Qual o papel do Iphan? In: INSTITUTO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Preservar Igarassu**. Brasília: Iphan, 2009.

ARAÚJO, C. A. V. Ciência da informação, biblioteconomia, arquivologia e museologia: relações teóricas e institucionais. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 16, n. 31, 2011. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/16111>>. Acesso em: jul. 2016

ARAÚJO, E. A.; OLIVEIRA, M. de. A produção de conhecimentos e a origem das bibliotecas. In: OLIVEIRA, M. de (coord.). **Ciência da Informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. cap. 3.

AZEVEDO NETTO, C. X. Informação e Memória: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 1, n. 2, p. 1-20, jul/dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 37, n. 3, p. 7-17, set./dez. 2008.

\_\_\_\_\_. A cultura material vista a partir da relação informação, patrimônio e memória: o patrimônio arqueológico em sua função social. In: AZEVEDO NETTO, C. X. (org.). **Informação, memória e patrimônio: diálogos interdisciplinares**. João Pessoa: UFPB, 2015.

BARRETO NETO, G. J. P. **Igarassu: Pernambuco começou aqui – 1535**. Igarassu: o autor, 1999.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual das atividades do Museu Histórico de Igarassu: 2014**. Igarassu: [s.n], 2014.

BARROS, D. C.; AMÉLIA, D. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **TransInformação**, Campinas, v. 21, n.1, p. 55-61, jan./abr 2009. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/518>> Acesso em: abr. 2016.

BARROS, J. M. Cultura, memória e identidade – contribuição ao debate. **Cadernos de História**, v.4, n.5, p.31-36, 1999. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernos-historia/article/view/1696/1817>> Acesso em: abr. 2016.

BATISTA, C. M. Memória e Identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, N. 3, 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1154/115416147004.pdf>>. Acesso em: mar. 2016.

BAUBIER, A. S. M. A.; REIS, M. A. L. G. S. Diversidade cultural em museus e preservação do patrimônio na Amazônia. **Enancib**, v. 13, 2012. Disponível em: <[enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/view/3933/3052](http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/view/3933/3052)> Acesso em: jun. 2016.

BEZERRA, E. P. P. Patrimônio cultural e memória: bens culturais e preservação da memória no vale do Gramame, João Pessoa – PB. **Enancib**, v. 13, 2012. Disponível em: <[enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/view/3933/3056](http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/view/3933/3056)> Acesso em: jun. 2016.

BORGES, L. C. O intelectual museu às voltas com seus oximoros. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 7, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/16084>>. Acesso em: jun. 2016.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.2, p.73-83, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000200011>> Acesso em: mar. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)>. Acesso em: mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159,

de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: mai. 2016.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CAPURRO, R. **Epistemologia e Ciência da Informação**. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB, 5, 2003. Belo Horizonte: **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003

\_\_\_\_\_.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/6690>> Acesso em: jul. 2016.

CARLAN, C. U. Arqueologia e Patrimônio: os acervos dos museus e sua importância. **Arqueologia Pública**, Campinas – SP., n.5, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635764>> Acesso em: jul 2016.

\_\_\_\_\_. Patrimônio e arqueologia: os acervos museológicos e a memória nacional. In: SEMANA NACIONAL DOS MUSEUS: Museu e memória, Alfenas – MG. **Anais...** Alfenas – MG, 2011. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/snmuseus/files/file/ANAIS%20IIISNMUSEUS%20MUSEU%20E%20MEMORIA.pdf>>. Acesso em: mai. 2016.

CARTA DE NOVA OLINDA. I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio a Chapada do Araripe. **Anais...** Nova Olinda (CE): IPHAN, 2009. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta\\_de\\_nova\\_olinda.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta_de_nova_olinda.pdf)> Acesso em: out. 2016.

CAVALCANTI, L. A. S.; CUNHA JÚNIOR, M. V. da C. **Educação patrimonial como experiência interdisciplinar**: conhecer, pertencer, se identificar e preservar. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Igarassu, Igarassu, 2015.

CERAVOLO, S. M. Memória, arquivos, bibliotecas e museus: algumas reflexões. In: MURGUIA, E. I.(Org.). **Memória**: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos, SP: Compacta Gráfica e Editora, 2010. p. 45-58.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.

CONSISTI. SAPL: **Sistema de apoio ao processo legislativo**. Disponível em: <<http://www.consisti.net.br/produtos/35-sapl-sistema-de-apoio-ao-processo-legislativo>> Acesso em: nov. 2016.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, v.11, n.21, p.129-149, 1998. Tema: arquivos pessoais.

COSTA, F. A. P. da. **Anais Pernambucanos: 19843-1590**. Recife: Fundarpe, 1983. v.1

CUNHA JÚNIOR, M. V. da C.; CORREIA, A. E. G. C. Abrindo e fechando portas: diagnóstico das bibliotecas públicas municipais da Região Metropolitana Norte de Recife – PE. **Biblionline**, João Pessoa, v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/1498>> Acesso em: jul. 2014.

DE VARINE, H. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

DODEBEI, V. Informação, memória, conhecimento: convergência de campos conceituais. **Enancib**, v. 10, 2010.

\_\_\_\_\_.; GOUVEIA, I. Contribuições das teorias da memória para o estudo do patrimônio da web. In: FUJITA, M. S. L. (org.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2008.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS. **Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2012.

FERREIRA, E. G. A.; SANTOS, E. S.; MACHADO, M. N. Política de informação no Brasil: a lei de acesso à informação em foco. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v.2, n.1, mar. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/CPD/Downloads/1616-5946-1-PB%20(1).pdf> acesso em: ago. 2016.

FONSECA, E. **Introdução a Biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2007.

FLORÊNCIO, S. R. et al. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: Iphan, 2014.

FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R. ; CHAGAS, M. (orgs.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: D&A; FAPERJ; UNI-RIO, 2003. p.56-76.

FRAGOSO, I. da S. **Instituição Memória: modelos institucionais de proteção ao patrimônio Cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa-PB**. 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

\_\_\_\_\_.; AZEVEDO NETTO, C. X. de. Instituições-memória na Cidade de João Pessoa. In: CONFERENCE ON TECHNOLOGY, CULTURE AND MEMORY, 2011, Recife, **Anais...** Disponível em: < [http://www.liber.ufpe.br/ctcm/anais/anais\\_ctcm/38\\_instit\\_paraiba.pdf](http://www.liber.ufpe.br/ctcm/anais/anais_ctcm/38_instit_paraiba.pdf)> Acesso em: ago. 2014.

FRANCISCO, J. C. B. História, arquivo e memória: uma reflexão sobre a pesquisa histórica e a prática arquivística na contemporaneidade. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, Suplemento especial, p.906-918.

FREITAS, M. A. de; SILVA, V. B. da. Bibliotecas públicas brasileiras: panorama e perspectivas. **Revista digital de biblioteconomia e ciência da informação**, Campinas-SP, v.12, n.1, p.123-146, jan./abr.2014. Disponível em: < [www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php](http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php)> Acesso em: mai. 2016.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca Pública: princípios e diretrizes**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

GALINDO, M. A redescoberta do trabalho coletivo. In: AZEVEDO NETTO, C. X. (org.). **Informação, memória e patrimônio: diálogos interdisciplinares**. João Pessoa: UFPB, 2015.

\_\_\_\_\_. **Memória em sistemas complexos**. 2014. No prelo.

\_\_\_\_\_. O Dilemma do Pharmacon. **Ciência da Informação**, Brasília-DF, v.41 n. 1, p.36-50, jan./abr., 2012. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1350> > Acesso: jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Sistemas memoriais e redes de memórias. SEMINÁRIO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS, 2, 2012, **Anais...** São Paulo: SESC, 2012b. 38 p. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13883>>. acesso: jun. 2016.

GARCÍA-CANCLINI, N. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, H. F. A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. 4, 2014. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/16262>>. Acesso em: mai. 2016.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In.: DESLANDES, S. F; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S.(org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 79-108

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

GOUVEIA JÚNIOR, M. (et. al.) A missão da rede memorial: capital social, sistemas e redes de colaboratividade. **Em questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, v.21, n.1, jan./abr. 2015 Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/viewFile/50047/33743>> Acesso em: mai. 2016.

\_\_\_\_\_.; GALINDO, M. Sistemas memoriais como disseminadores de informação. **TransInformação**, Campinas, v.24, n.3, p.207-217, set./dez., 2012. Disponível em: < <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1203/1178>> acesso: mai. 2016.

GUERRA, F. **Histórias de Pernambuco**. Recife: Raízes, 1984.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

HJØRLAND, B . Epistemology and the sócio-cognitive perspective in Information Science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 53, n. 4, p. 257-270, 2002

\_\_\_\_\_. Domain Analysis: a socio-cognitive orientation for Information Science Research, **ASIS&T Bulletin**, v. 30, p.17-21, February/march, 2004.

HOLANDA, L. Memória: multiplicidade e permanência. In: VERRI, G. M. W. (org.) **Memorart: tecnociência, memória e cultura urbana na formação brasileira**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013. Cap. 1.

\_\_\_\_\_. Memória: multiplicidade e permanência. **Revista de Informação, Memória e Tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 17-25, 2012. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/18179>> Acesso em: abr. 2016.

IZQUIERDO, I. **Memória**. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

JARDIM, J. M.; MIRANDA, V. L. A implantação da Lei de Acesso à Informação nas universidades federais do Estado do Rio de Janeiro. **Enancib**, v. 16, 2015. Disponível em: < <file:///C:/Users/CPD/Downloads/2835-6952-1-PB.pdf>> Acesso em: ago. 2016.

JOBAT, E. **Vila de Cosmos**: uma viagem poética pela cultura e histórias de Igarassu. Igarassu: Universo Cartoneiro, 2014.

LARAIA, R. de B. **Cultura**: um conceito antropológico. 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LE COADIC, Y. F. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1996.

LE GOFF, J. Memória. In: LE GOFF, J. **História e memória**. 5 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 419-476.

LIMA, D. F. C. Herança cultural (re)interpretada ou a memória social e a instituição museu: releitura e reflexões. **Museologia e Patrimônio**, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: < <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/4>> Acesso em: jun. 2016.

LIMA, J. A.; SANTIAGO, P. O. Preservação da memória: resgatando vestígios históricos e culturais do município de Frei Miguelinho – PE. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 2011, São Luis, **Anais...** Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/sites/default/file>> Acesso em: ago. 2014.

LOUREIRO, M. L. N. M. Museu, patrimônio e memória. In: AZEVEDO NETTO, C. X. (org.). **Informação, memória e patrimônio**: diálogos interdisciplinares. João Pessoa: UFPB, 2015.

MACHADO, F. B.; SUAIDEN, E. J. A biblioteca pública, entre a teoria e a prática. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 29, n.2, 2015. Disponível em: < <file:///C:/Users/CPD/Desktop/44267.pdf>> Acesso em: mai.2016.

MADUREIRA, I. N. **Relatório do Arquivo José de Souza Leite Neto**. Igarassu: [s.n], 2016.

MALHEIRO, A.; RIBEIRO, F. **Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação**. Recife: Nectar, 2011.

MARTELETO, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, p. 1-8, 1995. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/810>> Acesso em: jan. 2016.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, W. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca: com um capítulo referente à propriedade literária. São Paulo: Ática, 2002.

MATHEUS, L. Memória e identidade segundo Candau. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 302-306, dez. 2011.

MEIRELES, M. R. G.; CENDÓN, B. V. Aplicação prática dos processos de análise de conteúdo e de análise de citações em artigos relacionados às redes neurais artificiais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p.77-93, jul./dez. 2010.

MELO, F. **Igarassu**: informações municipais. Igarassu: Instituto Histórico e Geográfico de Igarassu, 2010.

\_\_\_\_\_. **Histórico da Biblioteca de Igarassu**. Igarassu: [s. n.], 2005.

MELO, T. S. Registros coloniais inscritos nos mapas da antiga Vila de Igarassu, Pernambuco. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, v.1, n1., 2011. **Anais...** Paraty, RJ: , 2011. Disponível em: < [https://www.ufmg.br/redede-museus/crch/simposio/MELO\\_TACIANA\\_S.pdf](https://www.ufmg.br/redede-museus/crch/simposio/MELO_TACIANA_S.pdf)> Acesso: out. 2016.

MENDES, G. Bibliotecas públicas municipais brasileiras: desafios da gestão pública. **Revista Gestão Pública Práticas e Desafios**: RGPD, v. IV, número 2, Out. 2013. Disponível em: < <http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/gestaopublica/article/view/1188>> Acesso em: mai. 2016.

MENDES, J. A. **Estudos do patrimônio**: museus e educação. 2.ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013b.

MENDES, L. C.; CASTANHO, M. E. de L. e M.; CASIMIRO, A. P. B. S. História e memória: primeiras aproximações. **Colóquio do museu pedagógico**, v. 10, n.1, 2013. Disponível em: < <http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/view/3072>>. Acesso em: fev. 2016.

MENESES, U. T. B. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). **Anais do Museu Paulista**, v.1, n.1, 1993. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/anaismp/article/viewFile/5282/6812](http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/viewFile/5282/6812)> Acesso: jun. 2016.

MERLO, F.; KONRAD, G. V. R. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 26 - 42, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/informacao/>> Acesso em: abr. 2016.

MILANESI, L. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê, 2002.

MIRANDA, M. K. F. de O. **O custodialismo e a Teoria da Intencionalidade**. Recife: Nectar, 2012.

MONTEIRO, S. D.; CARELLI, A. E.; PICKLER, M. E. V. A ciência da informação, memória e esquecimento. **DataGramaZero**, v. 9, n. 6, p. 00, 2008. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/5249>> Acesso em: jul. 2014.

MORAES, N. A. Cidade, museu e informação. **Enancib**, v. 16, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2683/1201>> Acesso em: jun 2016.

MORIGI, V. J.; ALBUQUERQUE, M. M. Z.; MASSONI, L. F. Festas étnicas, memória e patrimônio cultural: informações sobre a oktoberfest nos sites oficiais de divulgação do evento. **Enancib**, v. 14, 2013. Disponível em: < <http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/545/473>> Acesso em: mai. 2016.

MURGUIA, E. I. (Org.). **Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus**. São Carlos, SP: Compacta Gráfica e Editora, 2010.

NASCIMENTO, J. H. **Projeto de implementação da Casa do Patrimônio de Igarassu**. Igarassu: IPHAN, 2014.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

OLIVEIRA, D. A. A informação patrimonial e a construção da memória: uma análise das estratégias de preservação da memória do IPHAN e do IPHAEP. **Enancib**, v. 14, 2013.

OLIVEIRA, E. S.; SANTOS; A. E. A. A inutilidade dos lugares de memória: a “Biblioteca Verde” de Carlos Drummond de Andrade. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 96, mai. 2009. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/096/96oliveira-santos.pdf>> acesso: abr. 2016.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ.: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, M. C. G. **O Uso Social da Informação na Rede de Desenvolvimento de Santo Amaro**. 2007. 146 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

ORRICO, E. G. D. O papel da informação na construção da memória coletiva pelo discurso da divulgação científica. **Enancib**, v. 10, 2010. Disponível em: < <http://www>

.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000010516/0267fd750eb8317e6375132e67a325e0> Acesso em: nov. 2015.

PACHECO JÚNIOR, W.; PEREIRA, V. L. D. do V.; PEREIRA FILHO, H. do V. **Pesquisa Científica sem tropeços**: abordagem sistêmica. São Paulo: Atlas, 2007.

PATRIOTA, L. M. Cultura, identidade cultural e globalização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais – CAOS**, n.4, ago. 2012. Disponível em: < <http://www.cchla.ufpb.br/caos/numero4/04patriota.pdf>> Acesso em: set. 2014.

PEREIRA, J. da R. **Sobrepondo valores**: a construção do território de Igarassu/PE. 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Iphan, Rio de Janeiro, 2012.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RABELLO, R. História dos conceitos e ciência da informação: apontamentos teórico-metodológicos para uma perspectiva epistemológica. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 13, n. 26, p. 17-46, 2008. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/5143>>. Acesso em: jul. 2016

RAMOS, L. B. **Centros de cultura, espaços de informação**: um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

RIBEIRO, F. Gestão da informação / Preservação da memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário? In: JORGE, V. O. (Coord.). **Conservar para quê?** Porto de Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14053/2/gestaodainformacao000073255.pdf>>. Acesso em: jun. 2016.

RIBEIRO, L. B. Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. In: MURGUIA, E. I.(Org.). **Memória**: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos, SP: Compacta Gráfica e Editora, 2010. p. 33-44.

RIBEIRO, R. D. P. **Memória e contemporaneidade**: as tecnologias da informação como construção histórica. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/13.shtml>> Acesso em: ago. 2014.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

ROBREDO, J. Do documento impresso à informação nas nuvens: reflexões. **LiincemRevista**, v.7, n.1, p.19-42, mar. 2011. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/401/261>>. Acesso em: jul. 2014.

ROCHA, T. S. F. Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. In: ENCONTRO REGIONAL (ANPUH-MG), 8, 24 a 27 de julho de 2012, Mariana-MG. **Anais...** Disponível em: <[http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340766055\\_ARQUIVO\\_Artigo-Anpuh.pdf](http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340766055_ARQUIVO_Artigo-Anpuh.pdf)> Acesso em: abr. 2016.

RODRIGUES, M. Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 243-262, mai/dez. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245212.243-262>> Acesso em: mai. 2016.

RODRIGUES, M. C. Bibliotecas como lugares de memória: o caso sul-rio-grandense. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, Unesp, v.10, n.1, p.68-83, jan./jun., 2014.

ROJAS, R. **Passado e presente dos museus**. Rio de Janeiro: Salvat, 1979.

SÁ, C. P. de. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.20, n.2, p.290-295. 2007. Disponível em: <[www.scielo.br/prc](http://www.scielo.br/prc)>. Acesso em: ago. 2014.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SANTOS, M. S. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: AnnaBlume, 2003.

SANTOS, V. J. S. **Memória das lutas no campo: gestão dos fluxos de informação memorial em Pernambuco**. Recife: O Autor, 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SANTOS, V. S.; GALINDO, M.; SOARES, S. V. Informação e memória arquivística: o custodialismo e outras discussões paradigmáticas. **Enancib**, v. 16, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/3045/1234>> Acesso em: jun. 2016.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>> Acesso em: jun. 2014.

SCHANIDER, D.; BARRÊTTO, J. P. **A pinacoteca**. Recife: Stahl, 2014.

SCHEINER, T. C. M. Museu, museologia e a “relação específica”: considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal. **Ciência da Informação**, Brasília-DF, v.42, n.3, p.358-378, set./dez. 2015.

SCHIAFFARINO, J. Resgate histórico: câmara de Igarassu resgata a história enquanto se adéqua a Lei da Transparência. **Diário de Pernambuco**, 06 out. 2013. Disponível em: <[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2013/10/06/interna\\_politica,466134/camara-de-igarassu-resgata-a-historia-enquanto-se-adequa-a-lei-da-transparencia.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2013/10/06/interna_politica,466134/camara-de-igarassu-resgata-a-historia-enquanto-se-adequa-a-lei-da-transparencia.shtml)> acesso: jun. 2015.

SILVA, A. B. M. da (et al.) **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1998.

SILVA, C. F. P. da. A Teoria da Memória Coletiva de Maurice Halbwachs em Diálogo com Dostoiévski : Uma Análise Sociológica Religiosa a partir da Literatura. **Revista Theos** – Revista de Reflexão Teológica da Faculdade Teológica Batista de Campinas. Campinas – SP, 6.ed., v.5, n.2, dez. 2009. Disponível em: <[http://www.revistatheos.com.br/Artigos/Artigo\\_06\\_2\\_01.pdf](http://www.revistatheos.com.br/Artigos/Artigo_06_2_01.pdf)> Acesso em: abr. 2016.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, G. F. M. da. **Políticas públicas**: acesso, disseminação e uso da informação e da cultura nas bibliotecas públicas pernambucanas. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SILVA, L. R. C. da (et al.). Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. In: Congresso Nacional de Educação, IX. / Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, III. **Anais...** Paraná: PUCPR, 2009.

SILVA, M. da. **O arquivo e o lugar**: a custódia arquivística como responsabilidade pela proteção aos arquivos. São Paulo. 2015. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SILVEIRA, F. C. J. N. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 3, p. 67-86, 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/9464>> Acesso em: jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Sendas entre o visível e o invisível: a biblioteca como “lugar de memória” e de preservação do patrimônio. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, v.13, n.5, out. 2012, artigo 03. Disponível em: < <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abcib/article/view/17735> > Acesso em: jan. 2016.

SOUZA, M. da P. N. de. Abordagem inter e transdisciplinar em ciência da informação. In: TOUTAIN, L. M. B. B. (org.) **Para entender a ciência da informação**. Salvador: EDUFBA, 2007. p.75-90.

SUAIDEN, E. J. **Biblioteca Pública Brasileira**: desempenho e perspectivas. São Paulo: INL, 1980.

TANUS, G. F. de S. C. Arquivos, bibliotecas e museus: várias histórias. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 28, n. 1, p. 85-100, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/biblos/article/download/3784/3004>> Acesso em: mai. 2016.

TAVARES, A. L. de L.; SILVA, P. M. da. A biblioteca particular de Joseph Comblin como espaço de memória e preservação, João Pessoa – PB. **Enancib**, v. 13, 2012. Disponível em: <[enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/view/3931/3054](http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/view/3931/3054)> Acesso em: jun. 2016.

TORRES, F. H. **1º Relatório sobre o escritório técnico do Iphan em Igarassu (PE)**: Casa do Patrimônio. Igarassu: Iphan, 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VERRI, G. M. W. (org.) **Memorart**: tecnociência, memória e cultura urbana na formação brasileira. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.